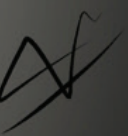




Autoritarismo à espreita

V. 11 – N. 2 – 2022



REVISTA DO NESEF
FILOSOFIA E ENSINO

AUTORITARISMO À ESPREITA

ISSN 2317- 1332

Curitiba

2022

COORDENAÇÃO

Geraldo Balduino Horn
Hélio Camilo
Valéria Arias

CONSELHO EDITORIAL PERMANENTE

Alejandro Cerletti (UBA)	Emmanuel José Appel (UFPR)	Marcos Lorieri (UNINOVE)
Anita Helena Schlesener (UFPR/UTP)	Euclides André Mance (IFIL)	Maria Cristina Theobaldo (UFMT)
Antônio Edmilson Paschoal (PUCPR)	Felipe Ceppas (UFRJ)	Mauricio Langón (IPES/ ANEP - UY)
Antônio Joaquim Severino (UNINOVE)	Giselle Moura Schnorr (FAFIUV)	Odilon Carlos Nunes (UFPR)
Bernardo Kestring (Unibrasil)	Gustavo Ruggiero (UNGS - ARG.)	Ricardo Costa de Oliveira (UFPR)
Carmen Lúcia F. Diez (UNIPLAC)	Jelson Roberto de Oliveira (PUCPR)	Patrícia Del Nero Velasco (UFABC)
Celso Fernando Favaretto (FEUSP)	José Antônio Martins (UEM)	Roberto de Barros Freire (UFMT)
Delcio Junkes (UFPR)	José Benedito de Almeida Júnior (UFU)	Rodrigo Pelloso Gelamo (UNIMEP)
Celso de Moraes Pinheiro (UFPR)	Jorge Luiz Viesenteiner (PUCPR)	Tânia Maria F. Braga Garcia (UFPR)
Celso Luiz Luidwig (UFPR)	Junot Cornélio Matos (UFPE)	Vanderlei de Oliveira Farias (UFFS)
Dalton José Alves (UNIRIO)	Lucrécio Araújo de Sá Júnior (UFRN)	Walter Omar Kohan (UFRJ)
Danilo Marcondes (PUCRJ)	Marcelo Gonçalves	
Darcisio Muraro (UEL)	Marcelino (NEP-UFPR)	
Domenico Costella (IFIL)	Marcelo Senna Guimarães (Colégio Pedro II - RJ)	
Elisete Tomazetti (UFSM)		

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Delcio Junkes (UFPR)	Geraldo Balduino Horn (UFPR)	Luciana Vieira de Lima (FACET)
Edson Teixeira de Rezende (FESP-PR)	Giselle Moura Schnorr (UNESPAR-UV)	Márcio Jarek (UFRJ)
Elisane Fank (CEP)		Valéria Arias (CEP/NESEF)

APOIOS

Setor de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE-UFPR NESEF
Coletivo do NESEF e NESEF/CNPq

COLABORAÇÃO

Diagramação: Bardo Revisão (bardo.revisao@gmail.com)
Coletivo do NESEF

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DOS CONTEÚDOS DESTA PERIÓDICO DESDE QUE CITADA A FONTE, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DOS EDITORES E LEGISLAÇÃO QUE REGULA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

AUTORITARISMO *MADE IN BRAZIL*: o monstro em tod@s nós | 7
@s Editor@s

FASCISMO À BRASILEIRA E TOTALITARISMO NEOLIBERAL | 11
Marilena de Souza Chaui

TERRA EM TRANSE: BESTEIRA, CINISMO E SÍNDROMES
AUTORITÁRIAS | 22
Benito Eduardo Araujo Maeso

AINDA SOBRE “NÓS” E “OS OUTROS”: REFLEXÕES ACERCA DA
VIOLÊNCIA E DA SUBMISSÃO AUTORITÁRIA NO BRASIL | 32
Isabela Simões Bueno

“SE NÓS NÃO TOMAR CUIDADO, ATÉ A PALAVRA
TRABALHO PODE DEIXAR DE EXISTIR”: UM ENSAIO SOBRE
EMPREENDEDORISMO E A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA NO
CONTEXTO NEOLIBERAL | 46
André Bakker da Silveira

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: A SUBJETIVIDADE
NEOLIBERAL COMO RESPOSTA A VIOLÊNCIA
INSTITUCIONALIZADA | 58
Fernanda M. Torrentes Gomes

NOTAS SOBRE *WHITEMAN*: O INDIVÍDUO AUTORITÁRIO NO
TRAÇO DE ROBERT CRUMB | 74

Felipe Serafim Vieira

SERVIDÃO DA VIOLÊNCIA: ENSAIO SOBRE O VERDE-
AMARELISMO E A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA | 83

Matheus Scartezini Pedrini

SOBRE INFORMAÇÃO E AUTORITARISMO: O INÍCIO DE UMA
JORNADA ATRAVÉS DO ABISMO | 100

Pedro Henrique Rodrigues

APRESENTAÇÃO

AUTORITARISMO MADE IN BRAZIL: O MONSTRO EM TOD@S NÓS

Esta edição da revista do NESEF é resultado de intensos debates no âmbito acadêmico sobre um fantasma que assombra a história republicana brasileira: a constante ameaça de instalação de modos autoritários de governo. Mais do que um cacoete falsamente associado a uma imaturidade das instituições ou a um primitivismo da democracia em nosso país (uma ideia defendida por muitos autores que estudam tais questões, mas que guarda em seu interior uma visão preconceituosa de um povo incapaz de buscar sua própria autonomia), o conjunto de textos que compõe este dossiê aponta que tal comportamento hostil de uma parcela de nossa população às regras democráticas pode apresentar raízes histórico-sociais, mas também psicológicas, construindo um círculo vicioso no qual os maneirismos e condicionamentos psicológicos constroem e são simultaneamente construídos pelas condições sociais objetivas, que no Brasil são marcadas pelos signos da desigualdade como modo de vida.

Dois pilares teóricos perpassam todos os artigos deste número: os estudos de Theodor Adorno sobre a constituição das personalidades autoritárias - com a detecção, por parte do pensador alemão, da existência de um conjunto de traços de personalidade que, submetidos a determinados estímulos, levariam indivíduos e grupos de diferentes espectros políticos e coordenadas sociais a abraçarem discursos e práticas fascistas - e as análises de Marilena Chaui, professora emérita da USP e uma de nossas maiores intelectuais, sobre os modos de violência presentes de alto a baixo nas relações sociais brasileiras, em todas as classes, etnias ou gêneros, como elementos constitutivos da sociabilidade nacional. Sob o véu mítico do povo acolhedor e sem conflitos, escondem-se preconceitos, agressividade, rancor, hostilidade e ódio ao diferente. E, nos últimos anos, tais males não existem mais de forma tão escondida assim.

Abre o dossiê o esclarecedor texto da própria filósofa intitulado *Fascismo à brasileira e totalitarismo neoliberal* – uma análise instigante sobre semelhanças entre duas linhas de pensamento da extrema direita nacional: o Integralismo e o bolsonarismo, este último pensado por

Chauí como um amálgama entre certos elementos do primeiro e a radicalização do neoliberalismo como um novo modo de totalitarismo, que encontra sua expressão na tomada do espaço público pelo interesse particular não apenas do mercado (ente onisciente que é a ontologização deste interesse de poucos sem rosto), mas também de grupos, *rackets* ou até milícias. Da análise histórica de Plínio Salgado e Miguel Reale até uma aguda observação de como o Brasil bolsoguedista se mostrou campo fértil para as práticas neoliberais, como um modo de vida na qual a guerra de todos contra todos é o estímulo da socialização, Chauí busca marcar também as diferenças e pontos de contato entre os fenômenos históricos totalitários do século XX e do atual período no Brasil.

No comentário ao texto de Chauí, o professor Benito Eduardo Maeso (USP/UFPR) busca se debruçar sobre outra característica do bolsonarismo como *ethos* (ou *pathos*) coletivo: seu descolamento da realidade fática. Para isso, com base não apenas em Chauí e Adorno, mas também no conceito de Besteira conforme colocado por Deleuze e Guattari, o foco de análise é o comportamento tragicômico e negacionista daqueles que enxerga(va)m no capitão Messias o salvador contra a deterioração dos costumes e a degeneração da sociedade. Contra o tipo psicológico denominado por Adorno como *Alucinado*, a solução seria investir no chamado contradiscurso chauiniano?

O texto da professora Isabela Simões Bueno (FESP/PR) resgata outra dimensão importante do autoritarismo nacional: em *Ainda sobre Nós e os Outros*, a autora tensiona tal par conceitual buscando desnudar as relações sociais que, para alguns, legitimam o autoritarismo e a violência. Aqui, Adorno e Chauí são articulados com o pensamento de Achille Mbembe e de Grada Kilomba para um olhar sobre a herança colonial e escravocrata existente na construção da sociedade brasileira, cindida entre o *ingroup* e o *outgroup*, entre casa-grande e senzala, desde sua implantação.

Uma aproximação entre a personalidade autoritária adorniana e a personalidade do empreendedor, característica do neoliberalismo, como *ethos* no qual as fronteiras entre privado e público se dissipam, é o foco de André Bakker da Silveira (UFPR) em “Se nós não tomar cuidado, até a palavra trabalho pode deixar de existir”, frase do entregador Galo de Luta que dá título ao texto. Se uma das facetas do neoliberalismo é a construção de subjetividades voltadas ao sucesso individual, muitas vezes caracterizadas pela afirmação do empreendedorismo como meio para este fim, é possível buscar pontos de contato entre o tipo autoritário adorniano e o sujeito neoliberal empreendedor, como apresentado por Pierre Dardot e Christian Laval.

Já Fernanda Torrentes Gomes (UFSC), em *Racionalidade instrumental: a subjetividade neoliberal como resposta à violência institucionalizada*, expande a análise de Adorno e Chauí, além de outras autoras e autores, em direção à compreensão da racionalidade instrumental como uma ferramenta usada para justificar a violência direcionada aos chamados *outgroups* nas sociedades ocidentais modernas, mas especificamente no contexto neoliberal brasileiro. Com isso, é possível observar a existência

de uma lógica *de* exclusão e *na* exclusão dos grupos chamados minoritários dentro do contexto social, como as populações excluídas economicamente, em vulnerabilidade ou pobreza, as mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas LGBTQIAP+, imigrantes, PcDs, etc. Se a razão e o reconhecimento da racionalidade/subjetividade somente são concedidos de acordo com os fins que se desejam atingir, tal resposta da subjetividade neoliberal não seria emancipatória, mas profundamente alienante sob uma capa de reconhecimento das individualidades.

Em *Notas sobre Whiteman: o indivíduo autoritário no traço de Robert Crumb*, Felipe Serafim Vieira (UFPR) realiza um interessante experimento a respeito da temática da personalidade autoritária, por meio da aproximação entre os postulados de Adorno e a obra do cartunista norte-americano Robert Crumb. A história de Whiteman, um típico homem branco de classe média do pós-guerra nos EUA, demonstra vários dos aspectos teorizados por Adorno sobre a questão da formação danificada do indivíduo no capitalismo tardio, como o significado de sociedade falsa, a dinâmica existente e interdependente entre necessidade e satisfação, bem como a formação e propagação do preconceito nas ações e pensamentos dos indivíduos.

Matheus Scartezini Pedrini (UFPR), em *Servidão da Violência: ensaio sobre o verde-amarelismo e a personalidade autoritária*, busca articular cinco movimentos relacionados ao conceito de servidão voluntária explorado por La Boétie e Chauí. Partindo de uma leitura a contrapelo do conto “*Aqueles que se afastam de Omelas*”, da autora Ursula K. Le Guin, Pedrini traz a ideia da servidão voluntária a um diálogo com os conceitos adornianos e com a história do autoritarismo social no Brasil por Chauí, concluindo com a denúncia do presente autoritário que busca de todas as formas perpetuar-se.

Encerrando este número, Pedro Henrique Rodrigues (PUC-PR) explora uma dimensão crucial para a propagação do pensamento autoritário nos tempos atuais – e, notadamente, na dinâmica de fomento do autoritarismo no Brasil: a ascensão descontrolada da Sociedade da Informação. Em *Sobre informação e autoritarismo: o início de uma jornada através do abismo*, o autor articula as análises de Adorno sobre Indústria Cultural e Personalidade Autoritária com as definições chauinianas sobre ideologia, trazendo à baila, também, *insights* teóricos de Manuel Castells, Byung-Chul Han e Paulo Arantes, buscando analisar em que nível a sociedade em rede colaborou para a ascensão do autoritarismo e seus desdobramentos.

Esperamos que a leitura desta edição da Revista do NESEF seja proveitosa a tod@s @s pesquisador@s que se interessam sobre o tema, visto que, ainda que o projeto (explicitamente) autoritário tenha sido oficialmente derrotado nas urnas no último 30 de outubro e que, ao menos formalmente, a democracia brasileira tenha sobrevivido a um duríssimo teste de corrosão interna, as análises reunidas aqui mostram que os alertas de Adorno e Chauí continuam atuais: a propensão ao autoritarismo não deve nunca ser negligenciada, pois se manifesta

e reside tanto nos indivíduos como nos alicerces estruturais de uma sociedade. Na sociedade brasileira, perfeita para o neoliberalismo mais radical, onde o público e o privado se misturam e se indistinguem, uma sociedade desigual, violenta e saudosa de um passado que nunca ocorreu, este perigo se mostra com muitos rostos e está sempre à espreita.

@s Editor@s

FASCISMO À BRASILEIRA E TOTALITARISMO NEOLIBERAL¹

Marilena de Souza Chauí²

Resumo

A ideologia integralista, disseminada no Brasil a partir de Plínio Salgado e Miguel Reale, foi aparentemente derrotada como projeto político pelo Estado Novo e a ditadura de Vargas. No entanto, com diversas atualizações, permaneceu na sociedade brasileira como ideologia da classe média urbana, nacionalista, patriótica, cristã-conservadora, defensora do Estado forte, da família e do anticomunismo. Consideramos que tal permanência é sustentada pela estrutura violenta e autoritária da sociedade brasileira, na qual há um descompasso entre o privilégio de poucos e a ausência de direitos de muitos, e amplificada pela ascensão do neoliberalismo como forma econômica e social dominante. A união entre a sociabilidade neoliberal e tal estrutura de violência legitimária, para tais classes sociais, soluções autoritárias como as propostas pelo bolsonarismo enquanto prática política.

Palavras-chave: Integralismo; neoliberalismo; bolsonarismo; totalitarismo; sociedade.

- 1 A autora informa que este texto utiliza alguns elementos de uma entrevista dada por ela ao Observatório Político, publicada no dia 26/04/2022, acrescido de trechos novos para uma aula/conferência ministrada na disciplina Tópicos de Filosofia Política I, do PGFILOS/UFPR, no primeiro semestre de 2022. O conteúdo da aula direcionada a@s discentes de pós-graduação foi disponibilizado para publicação como artigo a pedido da autora.
- 2 Professora Emérita da FFLCH/USP nas áreas de Filosofia Moderna, Filosofia Política e Estética. Doutora *honoris causa* pela UnB, pela UFS, pela Universidade de Córdoba e pela Universidade Paris VIII, entre outras. Autora de mais de 30 livros, dentre os quais *A Nervura do Real*, *Convite à Filosofia* e *O que é Ideologia*. E-mail: mchaui@usp.br

BRAZILIAN-STYLE FASCISM AND NEOLIBERAL TOTALITARIANISM

Abstract

The Integralist ideology, disseminated in Brazil by Plínio Salgado and Miguel Reale, was apparently defeated as a political project by the rise of Estado Novo and Vargas dictatorship. However, with several updates, this ideology remained in the Brazilian society rooted in the urban middle classes (characterized as nationalist, patriotic, conservative Christian, defender of the strong State, the family, and profoundly anti-communist). We consider that such permanence is sustained by the violent and authoritarian structure of Brazilian society, in which there is a mismatch between the privilege of the few and the absence of rights of the many, and amplified by the rise of neoliberalism as the dominant economic and social form. The amalgam between neoliberal sociability and this structure of violence would legitimize, for Brazilian middle classes, authoritarian solutions such as those proposed by Bolsonarianism as a political practice.

Keywords: Integralism; Neoliberalism; Bolsonarianism; Totalitarianism; Society

Em 1932, em nome da extrema direita brasileira, Plínio Salgado lança o *Manifesto Integralista*, criador da Ação Integralista Brasileira como partido político. A doutrina integralista, desenvolvida nos anos 20, se transforma em ação partidária de construção do Estado Forte, com centralização política e a defesa do Estado de tipo corporativo fascista fundado em três pilares: Deus, Pátria e Família. Salgado assume e defende um fascismo de tipo salazarista.

Seu espiritualismo, vindo do cristianismo conservador, torna problemática sua adesão à explicação científica da realidade brasileira, e seus textos oscilam entre a afirmação da necessidade de criar uma *consciência* nacional e o apelo ao *sentimento* nacional. Para conciliar pensamento e sentimento, coloca a consciência nacional do lado das elites pensantes, ou da classe média, definida por ele e por Miguel Reale como a classe da Ideia e do Pensamento, e coloca o sentimento nacional do lado da massa. Seu espiritualismo o leva a opor o Espírito e a Matéria. A matéria, porém, não é tratada do ponto de vista da base econômica material ou do modo de produção econômica e sim como fraqueza da carne e pecado. Por isso, na crítica ao capitalismo liberal, a oposição entre capital e trabalho, aparece como oposição entre o luxo pecaminoso dos ricos e a pobreza digna, mas também critica a aspiração dos trabalhadores ao luxo capitalista, que destrói a vida comunitária e familiar, pautada pela simplicidade. Na crítica ao marxismo, a materialidade nunca é tomada a partir das relações de produção, mas como matéria física e biológica, como evolucionismo naturalista e como ateísmo. A crítica à democracia liberal é considerada inadequada ao Brasil porque é ausência de disciplina e de ordem, presença de facções partidárias

que dissolvem a unidade e a organicidade social, e levam à luta das classes, estas entendidas não a partir das relações de produção, mas como categorias profissionais que deverão organizar-se em corporações, para alcançar a harmonia social controlada e regulada pelo Estado forte e centralizado, que instituirá a colaboração das classes.

O pensamento de Plínio Salgado se apresenta principalmente como doutrinário e pedagógico, razão pela qual ele escreverá em *O Integralismo perante a Nação* que o integralismo exerceu sua ação no Brasil sob três formas: “1) desenvolvendo intenso esforço cultural, através de cursos, conferências, centros de pesquisa e de estudos de problemas nacionais e humanos; 2) organizando-se no sentido da maior eficiência de um magistério moral e cívico de preparação da juventude e de um magistério social objetivando ampla assistência às classes populares; 3) instruindo o povo brasileiro acerca do que lhe convém saber de sua tradição, de suas realidades, de suas possibilidades, de seu futuro”.

Embora Plínio Salgado insista sempre em que a transformação da AIB em partido político foi algo transitório e não essencial, algo necessário para fazer frente ao PC, que teria sido o único partido nacional no Brasil, e para fazer frente às oligarquias regionais), não há dúvida de que sempre o concebeu como um partido doutrinário. Tanto assim que Miguel Reale escreveu:

O Integralismo é a doutrina que não crê em soluções fragmentárias para a questão social e prega a necessidade do Estado forte para garantir o equilíbrio entre as várias classes; que faz do Estado um realizador de fins morais e sustenta a necessidade de uma política voluntarista, capaz de acompanhar e dirigir a marcha rápida dos acontecimentos humanos; que faz do Estado a síntese das aspirações nacionais e o coordenador das atividades individuais; que combate o individualismo porque o homem só vale integralmente como membro de uma coletividade e como expressão de um grupo, mas se afasta do comunismo que aniquila o indivíduo, tornando-o um meio, um instrumento; que só compreende o internacionalismo como resultante dos valores específicos de cada povo, de cada Nação; que não admite a demagogia popular e a mentira do sufrágio universal; que não desconhece os imperativos da Tradição, mas não faz deles pontos de chegada e sim marcos de uma contínua evolução; que não se baseia na consideração exclusiva dos valores econômicos, mas em todos os valores espirituais do homem³.

Porém, não basta dizer o que o Integralismo não é e não quer, mas também é preciso dizer o que o Integralismo propõe. Escreve Plínio Salgado:

O Integralismo considera a autoridade como força unificadora que assegura a convergência e equilíbrio das vontades individuais e realiza o aproveitamento das energias da nação em

3 REALE, Miguel. “Súmula do Integralismo”, *Perspectivas Integralistas*, pp, 135-136

razão do bem coletivo. O Integralismo compreende o Estado como uma instituição essencialmente jurídico-política, detentora dos princípios da sabedoria para realizar a unidade integral da nação, coordenando e orientando numa diretriz única todos os grupos que a constituem e todas as forças vitais que a dinamizam. Na concepção integralista, o Estado reveste-se da suprema autoridade político-administrativa da nação controlando e orientando todo o seu dinamismo vital, subordinando-se, porém, aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum dos brasileiros. Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio e todos os veículos de pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas internacionais, de burgueses materialistas, de espíritos anárquicos e de agentes de Moscou; sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a de interesses particulares que a oprimem. Uma vez formado o Estado Integral, este não poderá permitir que se formem quaisquer forças que possam ameaçar a independência ou a integridade moral, econômica ou territorial da nação”⁴.

Podemos acompanhar o ideário integralista a partir da oposição que estabeleceu entre dois Brasis, o Brasil sertanejo rude, bárbaro e aventureiro, guardião das tradições, e o Brasil litorâneo, burguês, importado, legal, formal, liberal de fachada e deletério. Essa oposição permite um jogo entre a defesa dos valores nacionais míticos e a crítica do liberalismo e do perigo comunista, jogo que, por seu turno, permite a afirmação dupla de que há e não há a nação: há a nação como tradição selvagem e como sentimento nacional, e não há a nação em decorrência da fragmentação liberal, de sorte que a passagem do sentimento nacional à realidade nacional se fará pela criação de uma consciência nacional que criará, pela ação pedagógica e política, o Estado Nacional. O Estado está, assim, encarregado, simultaneamente, de criar a nação e de exprimi-la. O fato de que o elemento de unidade seja o Sertão e o de desagregação seja o Litoral significa, passando da geografia à economia política, que a nação deverá ser essencialmente agrária, pois o agrarismo significa: 1) nosso destino (a extensão do território, a fertilidade do solo e a ausência das fontes de energia para a indústria); 2) nossa forma de afirmar a identidade nacional; 3) nossa preservação contra os riscos dissolventes da civilização industrial, a monstruosa Era da Máquina e da civilização capitalista; 4) nossa garantia espiritual contra o materialismo burguês e proletário. Plínio Salgado escreve, em 1931, que o país está passivo e inerte, está *efeminado*. Será preciso, diz ele, reencontrar a virilidade, o *princípio masculino da nação*. O masculino *fecunda*, e o feminino *gesta*. O agrarismo significa, por um lado, a maternidade inesgotável do solo, e por outro lado, a agricultura sob orientação e controle estatais. O Estado Forte é o princípio masculino ou viril para a terra. Em resumo, Plínio Salgado adota o ideal de virilidade fascista,

4 SALGADO, Plínio. “Diretrizes Integralistas”, in *O que é Integralismo*. p. 110

pois essa imagem da masculinidade e da virilidade do agrarismo é uma adaptação local do ideal de virilidade fascista.

Plínio Salgado insiste que um dos males da civilização contemporânea é a liberdade. A liberdade significa ausência de disciplina, de ordem, de respeito à hierarquia e à autoridade naturais e constituídas. Essa liberdade, originada com as abstrações do liberalismo, tem como consequência não só o enfraquecimento das instituições e dos costumes, a dissolução da família, mas também provoca a luta das classes, abandonadas à sua própria sorte por um Estado fraco. O Integralismo, evidentemente, não será contrário à liberdade, mas só poderá admiti-la sob o controle da autoridade e da disciplina. A recomposição das instituições (em particular da família) e dos costumes depende da educação moral e cívica e esta depende de que haja um Estado Forte capaz de promovê-la. A criação desse Estado regenerador será tarefa política do Integralismo, mas, para compreender o porquê de sua necessidade, é preciso compreender a realidade presente. Essa compreensão baseia-se na análise das duas concepções de vida existentes: a concepção materialista e a espiritualista em luta uma contra a outra. Quando prevalece a concepção materialista, desaparecem todos os valores morais e espirituais e prevalece apenas o amor pelo dinheiro e pela riqueza, que produz indisciplina, desordem e licenciosidade. Quando prevalece a concepção espiritualista, a religião estimula valores espirituais e morais de solidariedade entre os homens, fortalece a família e o sentimento pátrio, eliminando desordens e conflitos.

O liberalismo e o comunismo, mediados pelo anarquismo, constituem formas exemplares da concepção materialista da vida. O liberalismo suprime a religião e divorcia Estado e sociedade, de modo que anulando os cimentos orgânicos entre os homens cria a luta de classes, deixa o capital sem segurança e o trabalho desprotegido, forja a ficção dos partidos políticos e a mentira do sufrágio universal, instaura a selvageria nas relações entre os seres humanos e desemboca na anarquia. Por sua vez, o socialismo, por ser ateu, é tão materialista quanto o liberalismo e é a consequência direta do próprio liberalismo. Para corrigir o individualismo liberal, cai no coletivismo, onde o Estado substitui Deus, escravizando os homens aos seus interesses, que são puramente materiais, isto é, econômicos.

O caso do Brasil é lastimável porque aqui o liberalismo (primeiro sob a influência de Portugal, depois sob a influência da Inglaterra) sequer foi resultado de uma proposta social, econômica e política nacional, mas pura importação e pura imposição de modelos externos por parte do explorador e do colonizador. Liberal de fachada, cosmopolita, individualista e atéia, a burguesia jamais percebeu o Brasil como nação e o dividiu chamando essa divisão de federação. A associação dos proprietários com o capital inglês e depois com o americano resultou na competição desvairada entre eles, com o nome de partidos políticos e eleições. A única resposta possível dos trabalhadores foi importar também uma concepção materialista, a comunista e a anarquista, para lutar contra os burgueses. Diante disso, somente o Integralismo apresenta

uma proposta revolucionária, porque somente nele há uma concepção espiritualista da vida. Por isso, dizem Salgado e Reale, o Integralismo se baseia nas idéias trazidas pelo fascismo, as idéias de: 1) indivíduo integral (espiritual, moral, político e econômico); 2) sociabilidade natural e sagrada trazida pela família, de harmonia social trazida pela organização das classes sociais em corporações profissionais e das corporações em centros de colaboração entre as profissões; 3) de hierarquia natural e moral como fundamento da autoridade, de tal forma que o pai é a autoridade natural sobre a família, o Estado é a autoridade natural e moral sobre a sociedade e Deus é a autoridade necessária sobre tudo.

No caso de Plínio Salgado, o pensamento conservador de extrema direita se realiza pela passagem de uma suposta análise sócio-política para a avaliação religiosa e moral da realidade social e política e pelo papel conferido à tradição e ao Estado. Seu pensamento e sua pregação possuem um destinatário muito preciso: a classe média urbana, definida por ele e por Miguel Reale como a classe da Idéia ou do Pensamento. Plínio Salgado escreve:

O erro do marxismo foi sua concepção meramente formal das classes e a criação que ele mesmo fez de uma 'classe burguesa' e de uma 'classe proletária'. Nós integralistas, mais modernos do que os marxistas, não aceitamos o dualismo do Capital e do Trabalho.⁵

Por sua vez, escreve Miguel Reale:

Essa é a classe que faz a revolução porque é portadora da ideia. As outras camadas sociais, as superiores e as inferiores, recebem dela a seiva vivificadora, mas as últimas sobem de mãos dadas com ela. Quando os homens da classe média *perdem sua posição social e econômica*, dá-se uma revolução que pode ser tanto na linha do desespero bolchevista como no sentido orgânico do Integralismo.⁶

E Salgado:

O ódio de uns [capitalistas] e de outros [comunistas] contra o espírito elevado da classe média e as mentalidades cultas não tem limites [...] Não se trata, porém, de classe média e sim da inteligência e da cultura, da moralidade e do espírito que criam a dignidade humana, determinando que esta paire acima das lutas mesquinhas, consciente dos superiores destinos da criatura humana".⁷

Eis porque um dos slogans preferidos de Salgado foi: "a pátria do burguês é onde está seu dinheiro, a do trabalhador é onde está seu

5 SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. *Op. cit.*, p. 90-101.

6 REALE, Miguel. *O capitalismo internacional*. Apud CHAUI, Marilena. *Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro*, BH, 2014

7 SALGADO, Plínio. *O que é Integralismo*. *Op. cit.*, p. 42-43.

trabalho, a pátria da classe média é a nação e por isso somente a classe média tem pátria”.

Resumindo os principais pontos do programa integralista:

- **O antiliberalismo:** não como afirmação do socialismo e sim como defesa da total intervenção do Estado na economia e na sociedade civil. Em sua face inicial, ambos se apresentam contra a ordem burguesa liberal e conseguem a adesão da maioria da classe trabalhadora, que sofria as misérias da recessão e do desemprego;
- **A colaboração de classe:** afirmação de que o capital e o trabalho não são contrários nem contraditórios, mas podem e devem colaborar em harmonia para o bem da coletividade. No lugar das classes sociais, propõem (e criam) as corporações de ofício e de categoria, de que participavam patrões e assalariados, de modo a ocultar a divisão entre o capital e o trabalho. A idéia de Estado Corporativo havia sido elaborada pela Igreja Católica e exposta na bula do papa Leão XIII, *Rerum Novarum*, escrita contra socialistas e comunistas;
- **Aliança com o capital industrial monopolista e financeiro:** isto é, com os setores do capital cuja vocação é **imperialista**, exigindo a conquista de novos territórios para a ampliação do mercado e o acúmulo do capital;
- **Nacionalismo:** a realidade social é a Nação, entendida como unidade territorial e identidade racial, linguística, de costumes e tradições. A nação é o espírito do povo, a **pátria-mãe** dos antepassados de sangue, una, única e indivisa;
- **Corporativismo:** a sociedade, como propunha o papa Leão XIII, deve ser organizada pelo Estado sob a forma de corporações do trabalho e do capital, hierarquizadas por suas funções e harmonizadas pela política econômica do Estado;
- **Partido único que organiza as massas:** em lugar de classes sociais, a nação é vista como constituída pelo povo e este é a massa organizada pelo partido único, que a exprime e representa. O partido organiza a sociedade não só em sindicatos corporativos, mas também em associações: de jovens, de mulheres, de crianças, de artistas, escritores, cientistas, de bairro, de ginástica e dança, de música, etc. A relação entre a sociedade (a nação) e o Estado é feita pela mediação do partido;
- **Ideologia de classe média ou pequeno-burguesa:** no modo de produção capitalista, há uma camada social que não é proletária-camponesa, nem é a proprietária privada dos meios de produção, não é burguesa; trata-se da classe média ou pequena-burguesia, constituída por comerciantes, profissionais liberais, intelectuais, artistas, artesãos independentes e funcionários públicos. Essa classe adere completamente aos valores e os costumes da burguesia e teme a proletarização, sendo por isso antissocialista e anticomunista. Embora admire

a burguesia, sente rancor por não possuir a riqueza e os privilégios burgueses.

O Integralismo como partido político foi derrotado pelo Estado Novo e a ditadura de Vargas. No entanto, como diversas atualizações, permaneceu na sociedade brasileira como ideologia da classe média urbana, nacionalista, patriótica, cristã-conservadora, defensora do Estado forte, da família e do anti-comunismo. De onde vem essa permanência? Penso que ela se sustenta na estrutura violenta e autoritária da sociedade brasileira.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista e patrimonialista, a sociedade brasileira é oligárquica e por isso marcada pelo predomínio do espaço privado (da vontade pessoal arbitrária e dos interesses econômicos) sobre o espaço público (da lei e dos direitos), de tal maneira que os partidos políticos são clubes privados dos poderosos e a prática da representação jamais se concretiza. As relações sociais se realizam como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece, e as diferenças e assimetrias são naturalizadas como desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como cidadão. As relações entre os que julgam iguais são de “parentesco” ou “compadrio”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou cooptação; e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Cindida entre os privilégios (dos dominantes) e as carências (dos explorados), a sociedade brasileira ocupa os primeiros lugares nas avaliações mundiais da desigualdade e da miséria.

A ausência do reconhecimento dos direitos leva a conceber a cidadania como privilégio de classe, uma concessão da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidirem e por isso, no caso das classes populares, os direitos, ao invés de percebidos como conquistas dos movimentos sociais organizados, aparecem como concessão do Estado, dependendo do arbítrio do governante mantê-los ou retirá-los por meio de “reformas trabalhistas”. Os conflitos sociais são considerados sinônimo de perigo e desordem, recebendo três respostas: a repressão policial e de milícias privadas para as camadas populares, a repressão militar para movimentos políticos de contestação, e, no espaço institucional, o desprezo condescendente pelos opositores e o uso do poder judiciário para impedi-los de agir ou desacreditá-los, graças aos meios de comunicação, que não só monopolizam a informação, mas também difundem a idéia de que o consenso é a unanimidade e a discordância é ignorância, atraso ou perigo, disseminando a idéia da necessidade do Estado Forte, isto é, a ditadura do Poder Executivo sustentado pelas Forças Armadas.

As lutas pela posse da terra desencadeiam a criminalização de seus líderes, cujos assassinatos permanecem impune; os trabalhadores

do agro-negócio são conhecidos como “boias-frias” porque, iniciando a jornada de trabalho de madrugada, sua refeição (quando têm o que comer) se reduz a um punhado de arroz e ovo frios. Os acidentes de trabalho, tanto no campo quanto na cidade, são imputados à incompetência e ignorância dos trabalhadores e não às péssimas condições de trabalho. A população das grandes cidades se divide entre um “centro” e uma “periferia”, na qual estão ausentes todos os serviços básicos (luz, água, esgoto, calçamento, transporte, escola, atendimento médico), sua distância fazendo com que o tempo de locomoção da casa ao trabalho e retorno faça a jornada de trabalho durar até 15 horas; e, no caso do “centro”, está naturalizado o abismo que separa os chamados “bairros nobres” e os bolsões de pobreza (cortiços, favelas e moradores de rua).

O racismo não é percebido como tal e assegura a naturalidade das exclusões sociais e culturais bem como a desigualdade salarial, pois, os negros são considerados infantis, ignorantes, safados, indolentes, raça inferior e perigosa, e os indígenas, em fase final de extermínio, são considerados legalmente irresponsáveis (isto é, excluídos da cidadania), preguiçosos (isto é, mal-adaptáveis ao mercado de trabalho capitalista), perigosos, devendo ser exterminados ou, então, “civilizados” (isto é, entregues ao mercado de mão-de-obra sem garantias trabalhistas porque “irresponsáveis”). O machismo também não é percebido como tal seja na opressão às mulheres na vida doméstica, seja pelos estupros impunes, seja no trabalho, onde a desigualdade salarial entre homens e mulheres é considerada natural; e as mulheres que trabalham (se não forem professoras, enfermeiras, assistentes sociais ou empregadas domésticas) são consideradas *prostitutas em potencial* e as prostitutas, degeneradas cujo cortejo aumenta com a chegada da perigosa multidão de outros *perversos* sexuais – LGBTQIAP+ -, que devem ser prontamente eliminados.

Esses traços têm levado a caracterizar a atual adoção da economia e política neoliberais como retorno do fascismo. Penso que essa designação não é exata, embora o parentesco com a tradição fascista seja evidente, isto é, o autoritarismo totalitário. Penso que, apesar das ressonâncias fascistas, o neoliberalismo é a forma de um novo totalitarismo.

Totalitarismo por que em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas. O totalitarismo é a afirmação de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores.

Novo por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, como fica evidente no projeto da Ação Integralista Brasileira, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas

esferas sociais e políticas não apenas como um tipo determinado de organização: *a empresa* - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. Deixando de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores republicano-democráticos, passa a ser considerado homogêneo ao mercado. Isto explica porque a política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos, que aumenta todas as formas de desigualdade e exclusão. O indivíduo é definido como empresário de si mesmo, treinado para ser um investimento bem-sucedido e para interiorizar a culpa quando não vencer a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, destruindo a percepção de si como membro ou parte de uma classe social e de uma comunidade, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

Sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão pública e sim como questão jurídica, no melhor dos casos, e como questão de polícia, no pior dos casos. Os governantes são chamados com um título próprio do mundo empresarial, isto é, são chamados de gestores. Via de regra esses gestores operam como *gângsteres* mafiosos que institucionalizam a corrupção, alimentam o clientelismo e forçam lealdades. Como o fazem? Por meio do medo. A gestão mafiosa opera por ameaça e oferece “proteção” aos ameaçados em troca de lealdades para manter todos em dependência mútua. Como os chefes mafiosos, os governantes também têm os *consiglieri*, conselheiros, isto é, supostos intelectuais que orientam ideologicamente as decisões e os discursos dos governantes, estimulando o ódio ao outro, ao diferente, aos socialmente vulneráveis (imigrantes, migrantes, refugiados, LGBTQIAP+, sofredores mentais, moradores de rua, negros, pobres, mulheres, idosos) e esse estímulo ideológico torna-se justificativa para práticas de extermínio; transformam todos os adversários políticos em corruptos, embora a corrupção mafiosa seja, praticamente, a única regra de governo; e buscam ter controle total sobre o poder judiciário por meio de dossiês sobre problemas pessoais, familiares e profissionais de magistrados aos quais oferecem “proteção” em troca de lealdade completa.

Ideologicamente, o neoliberalismo à brasileira recupera a afirmação do Integralismo de que os inimigos são os liberais, os socialdemocratas e os marxistas e, também à maneira do Integralismo, os gestores perseguem todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apóia, e os diabólicos, que os contestam, pretendendo fazer uma purificação ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros oferecem aos gestores argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos, etc., transformando medos, ressentimentos

e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio. Esse discurso violento e autoritário suscita o reaparecimento de um imaginário religioso conservador e de extrema-direita, a chamada teologia da prosperidade, desenvolvida pelo neopentecostalismo. Essa teologia possui três pilares: 1. A ideia do indivíduo como empresário de si mesmo, destinado à luta mortal de competição no mercado de trabalho; 2. A ideia de Estado Forte encarnado na autoridade decisionista do governante; 3. A ideia de que o governante governa pela graça de Deus [Edir Macedo e unção/consagração de Bolsonaro no dia de Reis].

Referências

CHAUI, Marilena. **Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

REALE, Miguel. *Perspectivas Integralistas*. In: _____. **Obras políticas: 1ª fase - 1931-1937. Tomo III**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934

SALGADO, Plínio. **O Integralismo Perante a Nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955

SALGADO, Plínio. **O Que é o Integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933

TERRA EM TRANSE: BESTEIRA, CINISMO E SÍNDROMES AUTORITÁRIAS⁸

Benito Eduardo Araujo Maeso⁹

Resumo

Em *A Personalidade Autoritária*, Adorno lista algumas características psicossociais que marcam o comportamento de indivíduos que, sob determinadas circunstâncias, dariam vazão sem pejo a delírios anti-democráticos e opressores, classificando tais comportamentos como síndromes e tipos psicológicos assemelhados ao delírio e à paranoia. Dentre estes, a alucinação e o cinismo – a recusa deliberada entre verdadeiro e falso – são conceitos-chave para a compreensão do desejo autoritário dos indivíduos. Já Deleuze observa que um dos pilares de sustentação do que denomina de microfascismo se encontra na chamada besteira, afirmação da totalidade de um único pensamento dominante sobre a multiplicidade que é constitutiva da sociedade. Assim, se a identidade dos indivíduos tende à paranoia, seu dialeto de expressão seria, em si, a própria besteira. Este texto busca, a partir desta aproximação conceitual, analisar a expressão de comportamentos antissociais na atualidade brasileira. Afinal, se, como dito por Deleuze, o papel da filosofia é combater à besteira, o que fazer numa sociedade na qual esta virou sinônimo de verdade?

Palavras-chave: besteira; cinismo; autoritarismo; alucinação; Brasil

8 Este artigo expande elementos apresentados no minicurso “Besteira, cinismo e *fake*: modos de combate” ministrado no XIX Encontro Nacional ANPOF nos dias 11 e 12/10/2022. O conteúdo do curso é derivado da disciplina ministrada no PGFILOS-UFPR sobre o autoritarismo social no primeiro semestre de 2022.

9 Pesquisador em pós-doutoramento da FFLCH/Universidade de São Paulo. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR. Pesquisador Associado do Centre Marc Bloch e da Humboldt Universität Zü Berlin. Professor do IFPR – Campus Colombo. Autor de *As Diferenças em Comum: Deleuze, Marx e o Agora* (2020). E-mail: benito.maeso@ifpr.edu.br

“EARTH IN TRANCE”: BÊTISE, CYNICISM AND AUTHORITARIAN SYNDROMES

Abstract

In *The Authoritarian Personality*, Adorno lists some psychosocial features that characterize the behavior of individuals who, under certain circumstances, would embrace antidemocratic and oppressive delusions. He classifies such behaviors as syndromes and psychological types that are similar to delirium and paranoia. Among these, hallucination and cynicism - the deliberate refusal between true and false - are key concepts in understanding the authoritarian desire of individuals. Deleuze, on the other hand, observes that one of the sustaining pillars of what he calls microfascism is found in the so-called *bêtise* (stupidity), an affirmation of the totality of a single dominant thought over the multiplicity that is constitutive of society. Thus, if the identity of individuals tends toward paranoia, their dialect of expression would itself be *bêtise*. This article seeks, using these conceptual approaches as a standpoint, to analyze the rise of antisocial behavior in current Brazilian society. After all, if, as Deleuze said, the role of philosophy is to combat against *bêtise*, what can philosophers do in a society in which *bêtise* and truth has become synonymous?

Keywords: *bêtise*; cynicism; authoritarianism; hallucination; Brazil.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2022. Em frente ao quartel do Exército, dispostos em círculos, manifestantes inconformados com o resultado do segundo turno das eleições para a presidência da república, na qual o ex-presidente Lula (PT) derrotou o concorrente à reeleição Jair Bolsonaro (PL), ligam as lanternas de seus telefones celulares e apontam para o céu, entre gritos pedindo ajuda de seres intergalácticos para destituírem o candidato eleito e restaurarem a “ordem”¹⁰.

A despeito do inusitado e cômico que cerca o fato, este pode ser entendido como sintoma de um problema maior que perpassa o tecido social, a saber, o desafio da convivência entre pessoas com visões de mundo não apenas diferentes, mas em muitos momentos abertamente antagônicas e hostis entre si. Ao lado de cada um ou uma de nós, existem pessoas aparentemente detentoras de conhecimento, ponderação ou de modos até simpáticos, daquelas que educadamente saúdam os demais no elevador e perguntam do tempo, mas que, sob determinados estímulos, abraçam sem pejo comportamentos e ideias claramente irracionais, hostis e delirantes. Ainda que isto não seja exatamente um processo novo, é consenso que tal paradoxo foi potencializado com a ascensão das redes sociais e de relacionamento, assim como à enxurrada do que se convencionou chamar de *Fake News*. Porém, algo mais profundo do que um embate entre certo e errado,

10 Jornal A Tarde, edição de 22/11/22. Disp. em <https://atarde.com.br/politica/brasil/bolsonaristas-pedem-por-intervencao-alienigena-em-porto-alegre-1212223>. Acesso em 29/11/2022 12:08

verdadeiro e falso, no qual bastaria mostrar a verdade e assim libertar tais concidadãos e concidadãs deste transe hipnótico, parece operar neste processo psicossocial.

O assim chamado *fake* mostrou-se permeado de uma concretude da qual não se suspeitava, possuindo dimensão material e apresentando efeitos visíveis e profundos na chamada realidade, desnudando e amplificando o ressentimento latente, a antipolítica e a mentalidade de competição de todos contra todos que já estavam presentes na sociedade.

Logo, se tais elementos já existiam no tecido social, suas origens são anteriores à sucessão atual de eventos que se alternam entre o cômico e o trágico. Para entender os processos originários destes fenômenos, é preciso retornar a tentativas anteriores de explicação de eventos que guardam certa proximidade com os atuais, para então buscar mobilizar e articular forças de criação com potencial para uma intervenção concreta em uma realidade (um constructo social, material e ideológico) que, em seu cerne, funciona dentro dos ditames de conceitos como os de Cinismo e Alucinação, conforme Theodor Adorno, e Besteira, conforme Gilles Deleuze. Também será feito recurso ao pensamento de Marilena Chauí sobre o que a autora denomina contradiscurso – uma operação conceitual na qual as contradições de uma ideologia são exploradas e radicalizadas de forma imanente – como possível estratégia de ruptura do discurso cínico, alucinado e cheio de besteira que domina o debate político dentro de grupos e comunidades.

Besteira e delírio

Gilles Deleuze dirá que uma das funções da filosofia é constringer a besteira com todas as forças, “fazer da besteira algo vergonhoso. [A filosofia] Não tem outra serventia, a não ser a seguinte: denunciar a baixeza do pensamento em todas as suas formas” (DELEUZE, 2018a, p. 136). Mas, ao mesmo tempo que define um objetivo para o ato filosófico, o autor francês acaba por trazer à baila a seguinte questão: afinal, o que é essa besteira que tanto deve ser combatida?

A besteira não pode ser confundida com o erro. Um discurso ou um pensamento podem ser construído inteiramente de verdades e acertos, porém ser completamente “besta”, isto é, expressão de um modo limitado de pensar (Cfe. DELEUZE, 2018a, p.105) no qual há a imposição de um modo de pensar dominante sobre as multiplicidades dos chamados “dominados”. A besteira seria um tipo de avesso do pensamento, seu reflexo distorcido: a baixeza pensada. Um pensamento não-efetivado, não diferenciado, um fundo indeterminado que, todavia, se apresenta ao sujeito como possibilidade *do pensar e para pensar*. E falar besteira não pode ser resumido em proferir um discurso tolo ou sem fundamento, mas significa a ação daqueles que se contentam com a reprodução sem critério de questões, discursos e

chavões já conhecidos. A besteira não é fruto do não saber, mas de uma falsa sensação de conhecimento¹¹.

Para Deleuze, “a besteira não é nem o solo nem o individual, mas a relação na qual a individuação traz o solo à superfície sem conseguir lhe dar forma” (2018 a, p. 151), ou seja, a besteira constrói-se na interação entre indivíduo e mundo-cultura, reforçando a rigidez das formas de compreensão e si e do mundo,

A começar pela mais perigosa, embora inevitável, das fixações: aquela que incide sobre a pessoa, sobre o *eu* [*moi-je*], este vírus moderno e contemporâneo de onde saiu toda imagem do pensamento, de onde emana todo dogmatismo, de onde decorre toda besteira. (...) Pois é exatamente em torno do “eu” que a besteira se forma, com seu rosto de olhos fixos, segura de si mesma, surgindo do fundo dos lugares-comuns, das ideias feitas, dos falsos problemas¹².

Logo, a besteira é uma afirmação de uma falsa identidade do “sujeito” que a proclama, o que leva à conclusão, conforme Zabunyan (*apud* STIEGLER, 2015, p. 46), de que a besteira em si deve ser compreendida como “minha própria besteira”, tendo um caráter individual e simultaneamente de grupo, se for possível vê-la como sendo fruto de um processo simultâneo de individuação e desindividuação. Se o ser humano é capaz de produzir besteira, isso ocorre por que seu processo de individuação parte de elementos constitutivos do tecido social dos quais nenhum indivíduo consegue realmente se libertar totalmente. Assim, a formação da identidade é simultaneamente um processo de afirmação e reforço de valores cuja realidade se encontra fora do indivíduo e que o desindividualizam, o reduzindo a padrões pré-formatados e identidades fixas.

Se a identidade é paranoica e obsessiva, autorreferente e solipsista, a besteira é o dialeto no qual tais características se expressam livremente, o que é visível na afirmação da identidade do “cidadão de bem” como portador de uma moral socialmente perdida que deve ser resgatada a qualquer preço. Como diversos vídeos de TikTok mostram, os autointitulados “defensores da liberdade, de Deus e da Pátria/família” – é importante lembrar que o próprio conceito de pátria é uma expansão das relações de poder do *pater* com seus filhos e filhas – usam

11 Stiegler (2015) em seu estudo sobre a besteira em Deleuze, faz uma provocativa e interessante referência à posição hegeliana sobre a ilusão do conhecimento, a qual, para este comentador, conjuga-se admiravelmente à visão deleuziana sobre besteira e, por extensão, o senso comum, tido como de conhecimento pleno pelas pessoas, como perpetuador desta modalidade discursiva e de pensamento: “O bem-conhecido em geral, justamente por ser *bem-conhecido*, não é *reconhecido*. E o modo mais habitual de enganar-se e de enganar os outros: pressupor no conhecimento algo como já conhecido e deixá-lo tal como está” (HEGEL *apud* STIEGLER, 2013, p.171). Essa falsa sensação de conhecimento detalhada por Deleuze parece dialogar com os conceitos de discurso competente, conforme Chauí, e de Semiformação, conforme Adorno, o que abre espaço para estudos posteriores sobre o tema.

12 SCHÉRER, 2005, s/p

como justificativa para sua guerra santa contra o diferente a necessidade de *salvar o futuro* para seus herdeiros.

Alucinação coletiva

Esta definição e caracterização da besteira acaba por apresentar pontos em comum com a definição de ideologia enquanto forma de compreensão, operação e existência organizada e a partir do conjunto de determinantes culturais e sociais que se complementam às convicções prévias do indivíduo ou grupo, tendo *sentido* e *valor* para tais. Este caráter lacunar do discurso ideológico (cfe. CHAUI, 2016, *passim*) faz o ouvinte completar os espaços conceituais-discursivos como desejar, gerando identificação com o agente propagador e com a informação enviesada, ou seja, com a besteira.

Tal processo de atribuição de sentidos relaciona-se com a dissolução da divisão epistêmica, social e de significados entre os conceitos de verdadeiro e falso. Partindo-se do postulado de que o determina tal separação é o sentido (campo cuja extensão é maior do que cada um destes conceitos – verdade e/ou falsidade - separadamente), qualquer pensamento ou informação *podem* ser consideradas “verdadeiras” desde que façam sentido para o agente discursivo. Em segundo lugar, porque a construção deste sentido ideológico exige um movimento simultâneo de negação de tudo que não se encaixa no discurso – mesmo que sejam pensamentos ou fatos mensuráveis – e de validação das convicções prévias sob um verniz de mensurabilidade ou correspondência, de forma a organizar psicologicamente as contradições que operam tanto no manejo das informações como na personalidade do indivíduo, dando-lhes a coerência que uma análise puramente factual das informações apontaria como inexistente.

Este segundo processo, crucial até mesmo para conceituarmos a besteira, já é rastreado por Adorno (2019, *passim*) em seus estudos sobre a sobrevivência do autoritarismo no pós-II Guerra. Dois traços fundamentais são salientados pelo autor alemão sobre o indivíduo que reúne em si as condições para o desenvolvimento da personalidade autoritária: suas características cínicas, entendendo estas como a dificuldade ou negação da separação entre falso e verdadeiro, conforme já descrito, e o que Adorno chama de tipo social *Alucinado*. Neste, o problema da separação falso/verdadeiro, ou da atribuição de sentido, é abordado por outro prisma: o falso torna-se o próprio índice de verdade em si, uma verdade construída sem necessidade de correspondência completa aos dados e que passa a ter valor absoluto para quem a abraça, o que, no limite, chega a abarcar o próprio conceito do real e sua compreensão deste.

O alucinado tem, como características básicas, uma profunda sensação de frustração em relação às relações sociais que almeja estabelecer, tendendo ao isolamento e à elaboração de um mundo interior imaginário e de alta complexidade. Também se caracteriza por traços

paranoides e propensão ao fanatismo em torno de um ideal, um líder ou uma ideologia, na qual buscam expressar uma sensação de falsa superioridade em relação aos demais integrantes do *ingroup* (do qual faz parte) e do *outgroup* (os grupamentos sociais externos à célula social que lhe dá abrigo e segurança). Muitas vezes isso é percebido pelo profundo preconceito que tal indivíduo sente em relação aos integrantes do *outgroup* e por sua necessidade de demonstrar um conhecimento ou erudição sobre temas diversos, ainda que, na realidade, não tenha domínio de tais assuntos. Aqui, o conceito adornoiano conversa diretamente com a posição deleuziana de que a besteira é caracterizada não pelo desconhecimento, mas pela ilusão de conhecimento.

À pseudo-coesão discursiva, ainda que recheada de contradições patentes como “intervenção militar para a manutenção da democracia”, segue-se a pseudo-coerência entre discurso e prática, ou entre fato e convicção. Assim como a novilíngua mostrada por George Orwell em sua obra *1984*, com oximoros como “Guerra é paz, escravidão é liberdade, ignorância é força”, a aliança entre o comportamento cínico e a personalidade alucinada funciona inclusive pelo fato de que o sujeito que adota tais discursos e práticas não percebe (ou ignora deliberadamente) a dissonância cognitiva existente entre sua visão de mundo e os processos que ocorrem na realidade.

Uma pessoa que realmente creia que a Terra é plana, e não um geoide, acreditará que os fatos da realidade *ocorrem e se explicam* metodologicamente tendo esta característica (o planeta plano) como axioma prévio, independentemente do consenso científico e das explicações corroboradas em sentido contrário à crença deste sujeito. Em uma perversão do método cartesiano, o fato da pessoa poder pensar tal absurdo dá a ela a convicção de que *há valor de Verdade* no pensamento apenas pelo fato de tal pensamento poder ter sido formulado. Ou, ainda, o indivíduo alucinado e cínico pode até ter consciência do alcance de seus atos, mas deliberadamente prefere não se importar com isso ou se esconder sob o dístico de “apenas cumprir ordens” em nome de uma universalidade fictícia ou uma coerência de superfície entre ação e pensamento.

Também é preciso observar que, conforme Adorno, o tipo alucinado apresenta uma interessante característica que parece se conjugar admiravelmente ao estabelecimento de verdades próprias ou customizadas: a tendência de tais indivíduos em abraçarem teorias da conspiração, o que ocorre pela necessidade de se sentirem superiores aos demais (visto que “conheceriam” segredos vedados à maioria) e, ao mesmo tempo, também como parte de uma comunidade na qual encontram acolhimento, reconhecimento e validação de seus raciocínios. O estapafúrdio, a besteira e a falsidade passam a ter validação não por seu conteúdo, mas pelo modo de apresentação e pelas fontes de emissão. As constantes histórias sobre reviravoltas de última hora a respeito dos resultados eleitorais do último pleito sendo planejadas e executadas em segredo pelo grupo do capitão Messias e seus acólitos (histórias que surgem, a cada 72 horas, tanto nos EUA entre os desiludidos com a derrota de Trump como aqui no Brasil), em um plano espetacular que,

no momento certo a ser aguardado, salvaria a Nação e desmascararia uma ou todas as fraudes das quais seus seguidores estão convencidos da ocorrência (postura pejorativamente chamada nos grupos de Internet de “os cavaleiros do aguardem”), assim como as teorias de que o presidente eleito foi substituído por um sócia¹³, entre outras, sugerem que a distorção da realidade é efeito da construção de um ecossistema informacional no qual, por um simples processo de identificação, cada indivíduo funciona como emissor de informação e como validador da informação advinda de outra pessoa. Em suma, um delírio autorreferente a nível pessoal e grupal, no qual o único critério de distinção entre falso e verdadeiro é a convicção prévia dos integrantes do grupo, que precisam disso para dar sentido a seus discursos e ações.

PENSAR besteira, DIZER Besteira, FAZER besteira: há diferenças?

Ao nos debruçarmos no quadro nacional, não faltam exemplos de besteira, alucinação e cinismo no amálgama de verdeamarelismo, populismo do Messias, negacionismo científico e neoliberalismo selvagem que nos cerca, referendados pela circulação ininterrupta de informações em aplicativos de mensagens e redes sociais cujo valor de verdade é reforçado pela identificação com o emissor da informação. Mas, para além de saber quais seriam as condições que permitiriam a construção do sentido (e da negação de sentido) dos valores de verdade, falsidade, identidade e diferença, urge passar do discurso à prática. O que podem fazer aqueles que lidam com a busca da verdade numa sociedade na qual a alucinação, o cinismo, a besteira como *modo de vida*, o mais bem-acabado exemplo do Falso, viraram sinônimos da própria verdade concreta?

Quem pensa contempla a besteira – como discurso baixo ou como fundo que nos provoca a reação de constrangimento – e é tomado/a por um ímpeto de vergonha que se volta contra o objeto contemplado ou pensado de forma simultânea, para que este objeto/pensamento seja, de alguma forma, constrangido. Deste constrangimento surge o que Deleuze chamaria de “ato criativo” do pensamento: o confronto com os consensos já estabelecidos – portadores das besteiras – abrindo as potências criadoras do pensar. Assim, o filosofar funcionaria como uma barreira contra o excesso de besteira que o próprio pensamento pode produzir.

A partir do que Austin (*apud* STIEGLER, 2013, p. 159-160) observa sobre a dimensão performativa da linguagem, não há realmente uma diferença ou separação entre pensamento e ação, visto que discursos

13 Esta teoria tem uma variação especialmente delirante que circula em grupos de pessoas revoltadas com o resultado da votação do dia 31 de outubro: a de que, novamente por meio da intervenção alienígena, as mentes do atual e do próximo ocupante do Planalto foram trocadas de corpo. Por causa disso, ainda que o atual ocupante derrotado não ocupasse corporalmente a cadeira de presidente, seria ele que exerceria o poder pelos próximos anos.

são perpassados e perpassam a realidade. A construção de um discurso que impõe identidades e valores de negação da diferença – um discurso alucinado, cínico e pleno de besteira – equivale às ações que são validadas e validam tal discursividade. Este *looping* referencial, no qual o que conta como baliza de veracidade é o viés prévio de confirmação, explica como opera a retroalimentação entre discursos alucinados e atitudes como a que abre este texto: se os fatos negam o discurso, os fatos estão errados.

Contra a alucinação e a besteira, contradiscursos?

Em síntese, a questão a ser enfrentada é como combater a besteira e a alucinação para pessoas que, por comodismo, interesse ou paranoia, recusam-se a ouvir qualquer fato dissonante de sua convicção inicial. Alguns caminhos podem residir em uma apropriação do conceito de contradiscurso, conforme abordado por Chauí: promover o desmonte do discurso ideológico – o discurso da besteira – não pelo preenchimento daquilo que supostamente lhe falta, mas pelo reconhecimento das fraturas, buracos e paradoxos deste discurso, o que permitiria produzir o desmantelo de suas ideias de forma imanente, ou seja, “encontrando uma via pela qual a *contradição interna* ao discurso ideológico o faça explodir” (CHAUI, 2013, p.139).

Abandona-se, então, uma lógica de falta, de busca da universalidade, para o engendramento da singularidade do objeto analisado, evitando a oposição e carência em relação ao universal (ideológico) e buscando a gênese do singular capaz de desmantelar a própria ideia desta universalidade naturalizada. Virar a besteira pelo avesso, de forma imanente, não transcendente a ela, mostrando suas contradições a partir de sua própria enunciação, da prece ao *meme*? Ou, em uma ótica mais próxima à de Adorno, uma contestação simultânea da importância deste discurso autocentrado e um apelo aos interesses diretos das pessoas que replicam tal discurso? Como observado pela professora Sabrina Fernandes em sua conta na rede de *microblogging* Twitter, uma possibilidade é “perguntar o que a pessoa vê de importante naquela informação” (referindo-se, no dia 07/10/2022, a uma *Fake News* de que a deputada travesti Erika Hilton seria ministra em um governo Lula). A notícia é sabidamente mentirosa, mas qual seria o problema se fosse verdadeira? Muitas pessoas apenas replicaram tal informação sem nem refletir sobre seu significado ou avaliar se tal fato realmente teria impacto em suas vidas.

Do contradiscurso, pode-se ambicionar uma contra-prática, uma contra-ação? Numa sociedade que, de cima a baixo, mostra-se cínica no sentido adorniano, o cinismo é acompanhado pela busca da satisfação dos interesses individuais sobre os coletivos. Paradoxalmente, quanto mais convencidos os indivíduos estão de que suas ações alucinadas convergem na direção de tal satisfação, mais é perceptível que os efeitos reais de seus atos vão contra esta premissa. Seria uma estratégia

possível partir deste paradoxo de interesses para, dialeticamente, extrair um “universal provisório flutuante” a partir destes singulares? Uma política *menor* que não opere significantes vazios no qual a pessoa precise se reconhecer ou reconhecer sua identidade, mas que crie tal identidade e reconhecimento a partir da imbricação indivíduo/grupo? Como é possível a alguém imerso nesta realidade própria perceber que seus interesses concretos somente podem ser realmente atendidos fora do delírio alucinatório no qual julga viver (ou, em termos muito cotidianos, a promessa do acesso à arma, vestir-se de azul ou rosa ou evitar banheiros *unissex*, seja o que isso for, não coloca mais comida na mesa do trabalhador)? A luta contra a besteira, a alucinação e o cinismo exige uma dimensão material que se coloca para além da simples denúncia de ideologias ou da promoção de bandeiras de construção de um tecido social diverso: passa, novamente, pela luta franca para o entendimento e apropriação, pel@s individu@s, da compreensão de que é preciso transformar suas condições de vida de forma simultaneamente individual e coletiva. Contra os discursos da besteira, do cinismo e da alucinação, a realidade dos fatos.

Referências

ADORNO, Theodor W., **Aspectos do novo radicalismo de direita**. SP: Ed. Unesp, 2020

_____, **Estudos sobre a personalidade autoritária**. SP: Ed. Unesp, 2019

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. RJ: Zahar, 1985

CHAUÍ, Marilena. **Contra a servidão voluntária**. Escritos v.1. BH: Autêntica, 2013

_____, **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Escritos v.2. BH: Autêntica, 2014

_____, **Sobre a Violência**. Escritos de Marilena Chauí v.5. BH: Autêntica, 2017

_____, *Ideologia e educação*. **Educ. Pesqui.**, SP, v.42, n.1, p.245-257, jan-mar/2016

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. 1ª. ed. SP: Paz e Terra, 2018a

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. SP: n-1, 2018b

SCHÉRER, René. *Aprender com Deleuze*. **Dossiê: “Entre Deleuze e a educação”** • Educ. Soc. 26 (93) • Dez 2005 • <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400003>

STIEGLER, Bernard. *Doing and saying stupid things in the twentieth Century: bêtise and animality in Deleuze and Derrida*. Trad. Daniel Ross. **Angelaki**, n. 18, vol. 1 (2013), pp. 159-174. DOI: 10.1080/0969725X.2013.783436

_____. **States of Shock: stupidity and knowledge in the XXIst Century**. Cambridge: Polity, 2015

AINDA SOBRE “NÓS” E “OS OUTROS”: REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA E DA SUBMISSÃO AUTORITÁRIA NO BRASIL

*Isabela Simões Bueno*¹⁴

Resumo

O campo político proporciona terreno fértil para a compreensão a respeito das profundas cesuras sociais existentes na população brasileira. São múltiplos os significados e as divisões entre “nós” e “os outros”, principalmente no que concerne à legitimação do autoritarismo e do exercício da violência. Nesse sentido, nosso escrito almeja estabelecer o eixo de ligação entre política e moral como forma de identificar possíveis traços inerentes à construção de distintos sistemas de valores capazes de produzir relações de, por um lado, submissão, e, por outro, da agressão autoritária dirigida por, nos termos de Theodor Adorno, um *ingroup* em direção a um *outgroup*. Para tal, no caso específico do Brasil, será preciso resgatar a herança colonial e escravocrata do país – o que, para Achille Mbembe, pode ser considerado como uma linha de corte crucial entre ambos os grupos supracitados.

Palavras-chave: Alteridade; Autoritarismo; Colonialidade; Violência.

¹⁴ Doutoranda e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa de Ética e Filosofia Política. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Professora do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior do Paraná (FESP-PR). E-mail: isabelasimoesbueno@gmail.com

ABOUT “US” AND “THE OTHERS”, STILL: REFLECTIONS ON VIOLENCE AND AUTHORITARIAN SUBMISSION IN BRAZIL

ABSTRACT

The political field provides fertile ground for understanding the deep social rifts that exist in the Brazilian population. There are multiple possible meanings and divisions between “us” and “the others”, especially regarding the legitimation of authoritarianism and the exercise of violence. In this sense, our writing aims to establish the axis of connection between politics and moral behaviour as a path for identifying possible inherent traits to the construction of different systems of values capable of producing relationships of, on the one hand, submission, and, on the other, authoritarian aggression directed by, in Theodor Adorno’s terms, an ingroup towards an outgroup. In order to do so, in the specific case of Brazil, it will be necessary to rescue the country’s colonial and slave-holding heritage – which, for Achille Mbembe, can be considered as a crucial cut-off line between both aforementioned groups.

Keywords: Authoritarianism; Coloniality; Otherness; Violence.

Introdução

O presente artigo possui como objetivo central explicitar possíveis implicações da defesa de valores morais convencionais, através da submissão a figuras de autoridade, no exercício da violência e da agressão por parte de determinados grupos em relação a indivíduos compreendidos como subversivos ou avessos às convenções sociais defendidas.

Nesse sentido, será preciso mapear a construção do discurso que opõe a moralidade de um grupo ao desejo de punição aos seus não-integrantes – em outras palavras, o que opõe “nós” aos “outros”. Para tal, tornaremos aos escritos de Achille Mbembe (2016, 2018), através dos quais almeja-se sublinhar os processos de colonização e o sistema escravagista como um importante marco para a cesura e a diferenciação entre civilizações. É também a partir de Mbembe que será possível discorrer sobre as práticas de violência e dominação exercidas por um conjunto social em detrimento de outro(s).

Em segundo lugar, com vistas a enfatizar a influência do moralismo nesta cesura identificada por Mbembe, explorar-se-á a adesão aos valores convencionais da classe média por parte dos grupos autoritários que exercem a violência; adesão esta compreendida através da variável do convencionalismo. O convencionalismo pode ser explicado com base nos estudos de Theodor Adorno (2019) e na imbricação traçada pelo pensador entre esta variável com ainda duas outras: a submissão autoritária e a agressão autoritária.

Por fim, as reflexões de Marilena Chaui (2021) a respeito da violência autoritária poderão ser de grande valor para que possamos estabelecer um diálogo entre o pensamento de Adorno e de Mbembe com a realidade brasileira atual, de tal sorte que se tornará possível identificar o componente moral nas manifestações evidentes de violência por parte de grupos autoritários em direção aos “outros”.

“Nós”, os “Outros” e o emprego da violência

A fim de iniciar as reflexões propostas pelo presente artigo, parece primordial compreendermos de que maneira se constrói a cesura entre “nós” e “eles”, ou “outros”. Isso porque tal divisão é o critério que justifica e avaliza o emprego da violência e do autoritarismo de um grupo sobre outro: os sujeitos que integram o “nós”, porquanto adeptos da moralidade e dos valores convencionais que devem ser defendidos, identificam no “outro” a depravação de seu conjunto de valores e o desrespeito a estes; motivo pelo qual, por conseguinte, o “outro” deve ser punido e constitui objeto no qual o sujeito autoritário desconta sua violência.

Conforme ver-se-á com maiores detalhes posteriormente, destaca-se que a violência não é arbitrária, mas inevitável consequência da formação da unidade de um grupo através da submissão a uma autoridade. Ao versar sobre a divisão do *ingroup* e do *outgroup*, Adorno (2019, p. 142) explica que a escolha do indivíduo por não se rebelar contra as figuras autoritárias de dentro do seu próprio grupo – como, por exemplo, o pai ou o soberano –, além da aceitação acrítica do conjunto de valores médios deste, acarreta na repressão dos impulsos de hostilidade e rebeldia que seriam dirigidos às figuras de autoridade.

Destarte, se impulsos hostis e rebeldes não podem ser direcionados a membros do *ingroup*, é ao *outgroup* que eles se dirigirão, sendo canalizados através do advento de mecanismos de violência e de atitudes de cunho agressivo. O *ingroup*, portanto, precisa condenar os membros do grupo diverso para que seja possível descontar seus impulsos violentos através, por exemplo, da punição justificada pela imoralidade ou degeneração do outro.

Em caráter suplementar, Michel Foucault (2005, p. 95), no contexto de suas reflexões acerca do exercício do biopoder e da distribuição da vida e da morte no interior de uma população identifica o racismo como o principal meio de fragmentação do campo social entre “nós” e “outros”. O pensador compreende, sob este prisma, que o racismo é o corte principal, a linha divisória entre os indivíduos que têm direito a viver e aqueles que devem morrer (FOUCAULT, 2005, p. 304). Ele atua como uma maneira de defasar e separar radicalmente alguns grupos no interior da população em relação a outros, e, a partir disso, fragmenta o campo biológico e social.

Assim, com o objetivo de eliminar os potenciais perigos e ameaças à vida daqueles que pertencem ao grupo social compreendido como

“nós”, justifica-se o emprego da violência por parte do Estado sobre os “outros”, sendo ele o “protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça” (FOUCAULT, 2005, p. 95). Foucault atribui ao racismo a função de estigmatizar, marcar e segmentar o “outro”, para que seja plausível transformá-lo em inimigo e possibilitar a “morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado)” (FOUCAULT, 2005, p. 305) tanto na esfera estatal como infraestatal¹⁵.

Em suma, a distribuição da espécie humana em grupos e sua subdivisão em subgrupos opera com base em uma cesura de cunho biológico entre uns e outros; o que constitui, dentro do pensamento foucaultiano, a “raça” ou “racismo”. Sobre essa temática, elucida Achille Mbembe:

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2016, p. 128)

Se trazemos à tona o tema do racismo e deslocamos momentaneamente a análise para o nível das relações estatais, é porque em países como o Brasil faz-se imprescindível lembrar a herança colonial e escravagista que moldou nossa sociedade e até os dias atuais manifesta-se de diversas maneiras e perpetua-se no imaginário social. Desde o período da colonização, a divisão social dentro do contexto colonial ampara-se nas bases do discurso sobre a hierarquia de raças (brancos *versus* não-brancos) e de territórios (nações europeias *versus* o espaço colonial), bem como o exercício da violência sobre as populações colonizadas ganha força.

Com fulcro no pensamento de Mbembe (2016, p. 134), compreende-se que é no espaço colonial que as formas de guerra, de terror e de hostilidade renegadas pela ordem jurídica europeia podem operar livremente e, em contraste com a concepção de guerra como um conflito submetido a regras e princípios, os enfrentamentos nas colônias tornam-se puros e violentos massacres.

De partida, Mbembe dedica-se a explorar as formas coloniais de soberania. Para ele, ao curso da colonização moderna, o poder soberano atuava de formas excessivamente violentas, se comparadas às suas manifestações europeias, de tal sorte que a preocupação da soberania em legitimar sua própria presença quedava-se em segundo plano (MBEMBE, 2016, p. 132). Isso porque, em tratar-se de populações outras,

15 Compreende-se aqui o exercício da violência como um fenômeno que ultrapassa as esferas do poder estatal, à medida que se encontra presente também em níveis micropolíticos. Significa dizer que as relações intersubjetivas também se amparam na lógica racista e segregadora como uma de suas principais bases para a cesura entre “nós” e “eles”, de tal maneira que é possível identificar elementos autoritários e de hostilidade para além das ações do Estado racista.

o governo dos territórios coloniais não se exercia do mesmo modo como ocorria nos Estados europeus e suas próprias populações.

A temática da territorialização é particularmente cara a Mbembe: pode-se compreender, a partir do autor, que o emprego de tecnologias mortíferas e violentas nas colônias tornava-se possível pela demarcação da diferença entre o território do Estado soberano europeu e o território colonial. Na medida em que representam zonas desordenadas e habitadas por selvagens, as colônias podem ser governadas a partir da ausência absoluta de lei, da suspensão das garantias de ordem jurídica e da inexistência de controle sobre as práticas de terror e de violência.

É evidente o vínculo deste raciocínio de Mbembe com a noção de estado de exceção pensada por Carl Schmitt e retomada por Giorgio Agambem: na realidade, a soberania no espaço colonial somente se exerce enquanto um poder à margem da lei, e a guerra contra os selvagens nas colônias não está sujeita a normas jurídicas e tampouco é traduzida em termos de codificação legal (cfe. MBEMBE, 2016, p. 134).

Grosso modo, a aliança do exercício do poder soberano com a forma do estado de exceção garante que o direito de exercer a violência nas colônias não obedece a qualquer regra, de modo que “as guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador face a um inimigo absoluto” (MBEMBE, 2016, p. 135).

Há, ainda, que se enfatizar a importância do racismo em relações intersubjetivas como condição para o exercício da violência. Mbembe (2018, p. 36) indica que, no período da colonização moderna, a distinção entre o conquistador e o nativo, expressa pela negação racial de qualquer vínculo comum entre ambos, é o que possibilita que o espaço colonial possa ser governado na ausência absoluta de lei e mediante o emprego das mais diversas formas de terror e massacre.

Influenciado por Frantz Fanon (2004), o autor atribui à escravização dos povos africanos o caráter de um “retrato incontornável” da gênese das formas de exercício do terror na modernidade. O regime escravocrata, além de representar a configuração das formas de trabalho, de circulação de mercadorias e dos processos econômicos no período colonial, também serviu como alicerce para a formatação de modos de vida e subjetividades específicas, para a ordenação de “etiquetas de mando e obediência” (SCHWARCZ, 2020, p. 28), e, evidentemente, para a distribuição de relações de hostilidade.

Além de Mbembe, Lilia Schwarcz também destaca a escravidão como um laboratório de experimentações de formas inéditas de infligir aos corpos colonizados a violência. De acordo com a historiadora, aos senhores de escravos se atribui a “invenção de verdadeiras arqueologias de castigos, que iam da chibatada em praça pública até a palmatória” (SCHWARCZ, 2020, p. 28). Assim, o sofrimento imposto ao corpo do escravizado pode ser compreendido de diversas formas: como um “espetáculo de sofrimento” decorrente da disposição de tal corpo ao bel-prazer de seus senhores; como um “capricho ou ato de pura destruição” com vistas a promover o terror e distribuir amplamente o uso

de tecnologias de punição e castigos; e como um “mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade”, ao passo que é responsável por criar entre os escravizados o medo e incutir em seu imaginário as mais diversas manifestações da violência e do terror (MBEMBE, 2016, p. 132).

Dentro desse contexto, o que se verificou foi a operação de um mecanismo capaz de conferir aos indivíduos não-europeus¹⁶ características negativas rechaçadas pelo sujeito branco: o mecanismo da negação¹⁷ (*denial*) (KILOMBA, 2019, p. 44). Dessa maneira, confere-se aos povos colonizados uma série de estigmas que permitem caracterizá-los como povos a serem violentados e hostilizados: o degenerado, o bandido, o selvagem, entre tantos outros capazes de transformá-los em inimigos da dita civilização europeia.

Kilomba (2019), ao refletir sobre essa lógica, explicita o mecanismo de definição do “Outro” através da negação (*denial*). Isso significa que o colonizador nega seu projeto de colonização e o impõe ao colonizado, de tal sorte que, no momento em que o sujeito branco afirma algo sobre o “Outro”, o está fazendo a partir de características que recusa reconhecer em si próprio. Nas palavras da autora:

No racismo, a negação é utilizada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “eles querem tomar o que é nosso, por isso eles têm de ser controlados”. A informação original e elementar – “nós estamos tomando o que é deles” – é negada e projetada sobre o ‘Outro’ – “eles estão tomando o que é nosso”. O negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado, e enquanto o negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano¹⁸.

Nesse sentido, o sujeito branco projeta sobre o Outro tudo aquilo que teme reconhecer sobre si mesmo: o ladrão, o violento, o bandido, o indolente, o malicioso. Transforma-o, então, em um “objeto ruim” identificado como a ameaça, o perigo, o violento, o sujo, etc. Em suma, é por meio da projeção de características negadas e rejeitadas pelo sujeito branco, aspectos dos quais busca escapar, que o Outro se transforma em um inimigo sobre o qual o poder punitivo – e até mesmo o poder de morte – tem legitimidade para ser exercido.

As conclusões de Kilomba acerca do racismo exercido contra a população negra ressoam àquelas obtidas por Adorno e Horkheimer (1994) na ocasião de estudos acerca do racismo contra judeus, ou o antisemitismo, em *Dialética do Esclarecimento*. O pensamento psicanalítico

16 A utilização, nesta frase, do termo “não-europeu” não é por acaso: o mecanismo da negação (*denial*) retira do indivíduo qualquer identidade ou característica que ele possa realmente ter, a não ser aquelas a ele conferidas pelo colonizador através da projeção.

17 Poder-se-ia traduzir “*denial*” por “denegação”, a fim de evocar o significado psicanalítico do termo. Optou-se, no entanto, ao longo do presente artigo, pela utilização do termo “negação” para manter a fidelidade ao trabalho de tradução da edição tomada como referência bibliográfica.

18 KILOMBA, 2019, p. 34

possui especial relevância para a compreensão do antissemitismo na referida obra. Ao longo da redação, Adorno e Horkheimer utilizam-se dos conceitos freudianos de identificação e de projeção, de tal sorte que seja possível relacionar os mecanismos do aparelho psíquico com a gênese dos ideais antissemitas e racistas. Nesse sentido, a identificação pode ser definida como “a tendência a incorporar elementos exteriores à psique como parte dela própria”, ao passo que a projeção reflete “a tendência a perceber elementos da própria *psique* como externos e estranhos a ela” (ALVES JÚNIOR, 1998, p. 32). Em que pesem suas diferenças, ambos contribuem para a relação de separação entre o eu e o mundo e para a forma como um indivíduo recebe e interpreta dados exteriores.

Sob o prisma psicanalítico, os autores elucidam o esquema do antissemitismo como uma “falsa projeção” ou “projeção pática”, definindo-o da seguinte forma:

O antissemitismo baseia-se numa falsa projeção. [...] Se a mimese se torna semelhante ao mundo ambiente, a falsa projeção torna o mundo ambiente semelhante a ela. [A falsa projeção] transpõe o interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo de hostil. Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos ao objeto: *a vítima em potencial*. [...] No fascismo, esse comportamento é adotado pela política, o objeto da doença é determinado realisticamente, o sistema alucinatório torna-se a norma racional do mundo, e o desvio a neurose¹⁹.

Percebe-se no excerto supracitado a necessidade do indivíduo (nesse caso, o antissemita) em encontrar uma “vítima em potencial”, seja ela qual for. Quer-se ressaltar com isso o caráter intercambiável do lugar do indivíduo vitimizado, ou seja, o fato de que o antissemitismo possui menos relação com o judeu do que com o próprio antissemita. Nesse sentido, os grupos classificados como vítimas são intercambiáveis, sendo o recorte do grupo que recebe a nomenclatura de “judeus” um mecanismo, um símbolo pelo qual o antissemita projeta os impulsos negativos que não admite como seus próprios.

Os autores prosseguem afirmando que a projeção, cuja gênese se dá a partir do reflexo de tais impulsos, em um segundo momento é responsável por formar um “sistema de conhecimento do mundo como ordem fixa” e possibilitar a criação de todo um “mundo segundo sua imagem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1994, p. 177) exigindo que a vítima se coloque a serviço de seu agressor. Com efeito, tais criações decorrem das necessidades e das características psicológicas do indivíduo, e não do objeto ao qual a agressão é dirigida.

Sob este prisma, elucidam-se a criação de um universo no qual o *outgroup* representa todos os impulsos negativos, eis que necessário pelos membros do *ingroup* projetarem na imagem de outrem as

19 ADORNO, HORKHEIMER, 1994, p. 174. Grifos nossos.

características que negam em si mesmos. A violência direcionada ao judeu é, portanto, uma criação do próprio indivíduo antissemita – do mesmo modo que a violência contra o negro é forjada com intermédio do processo de projeção pelo qual passa seu agressor.

Convencionalismo, submissão e agressão autoritária

Com base nas considerações trazidas até agora, é certo que o exercício da violência (o qual, no Brasil, conforme previamente exposto, encontra suas raízes na continuidade da racionalidade e das práticas coloniais) depende de relações intersubjetivas que ultrapassam a esfera do exercício do poder formal ou institucional. Nessa toada, parece especialmente relevante refletir acerca da relação entre os mecanismos de submissão e dominação autoritárias e a moral vigente em determinada sociedade, de tal sorte que se possa compreender a importância atribuída à preservação dos valores convencionais pelos indivíduos e grupos autoritários como elemento de justificação da prática da violência e da hostilidade face aos “outros”.

Sob este prisma, Theodor Adorno (2019, p. 137), ao conduzir uma série de testes e estudos com o objetivo de investigar os fenômenos do antissemitismo, do fascismo e do autoritarismo, identifica um forte vínculo entre o convencionalismo e o preconceito. Para o autor, o convencionalismo pode ser pensado como uma rígida adesão aos valores convencionais, de classe média, de uma determinada sociedade – adesão essa intimamente ligada às diversas manifestações de preconceito no seio dessa mesma sociedade.

Tal conclusão do autor advém da aplicação de uma pesquisa empírica²⁰ conduzida durante os anos 1940 nos Estados Unidos, composta majoritariamente por quatro questionários direcionados a 2.099 pessoas divididas em 21 grupos. Os questionários traziam quatro escalas temáticas, quais sejam: AS (Antissemitismo), E (Etnocentrismo), PEC (Conservadorismo Político-Econômico) e F (Fascismo), cujas respostas eram acompanhadas do fornecimento de dados gerais (tais como associação a partido político, grupo religioso, profissão, renda, entre outros) pelos respondentes, além de algumas questões projetivas que deveriam ser respondidas de modo discursivo em poucas linhas.

A partir dessa pesquisa, Adorno e os demais pesquisadores puderam classificar os entrevistados e identificar suas opiniões e posicionamentos preconceituosos com base em suas pontuações nas quatro escalas, resultando na conclusão de que aqueles que pontuavam mais alto (sobretudo nas escalas E e PEC) eram considerados como os mais dotados de atitudes e discursos de preconceito.

Assim, o resultado oriundo das escalas E e PEC possibilitaram aos pesquisadores pensar na adesão aos valores convencionais como

20 Maiores detalhes acerca do procedimento empregado por Adorno et al. podem ser consultados na apresentação à edição brasileira de “*Estudos sobre a personalidade autoritária*”, redigida pela organizadora da obra, Virginia Helena da Costa.

uma variável a ser investigada em cada um dos entrevistados, relacionando-a com itens inseridos no questionário que faziam referência a diversas manifestações de preconceito (ADORNO, 2019, p. 134). Além disso, em conjunto com essas manifestações, evidenciou-se a partir da escala E uma disposição geral à glorificação de figuras autoritárias pertencentes ao *ingroup* e de submeter-se a elas de maneira acrítica. Donde decorre que, em nome destas e da defesa de sua autoridade moral, membros pertencentes ao *ingroup* assumem atitudes violentas e punitivas em relação a indivíduos do *outgroup*.

Por esta lógica, parece especialmente relevante destacar a adesão rígida aos valores convencionais da classe média (a saber, o convencionalismo) com as tendências de submissão e de agressão autoritárias. Compreende-se a primeira, na esteira de Adorno (2019, p. 135), como a atitude submissa e acrítica às autoridades morais do *ingroup*, e a segunda, a inclinação a vigiar, condenar, rejeitar e punir as pessoas do *outgroup* – ou seja, aquelas que não adotam os mesmos princípios morais e subvertem os valores convencionais do primeiro grupo.

Adorno (2019, p. 137) através de suas pesquisas a hipótese de que a suscetibilidade ao fascismo é um fenômeno que se expressa com maior evidência na classe média por estar em sua cultura. Deste modo, os melhores ajustados a essa cultura seriam mais propensos a expressar opiniões preconceituosas. Malgrado o resultado da aplicação dos questionários pelo autor e os demais pesquisadores não tenha permitido realizar uma ligação fácil e direta entre a defesa dos valores convencionais e o preconceito, é possível relacionar o convencionalismo com os aspectos morais da vida, tais como padrões de conduta, a identificação das autoridades que impõem esses padrões e a punição dos subversivos e infratores (ADORNO, 2019, p. 145).

De maneira análoga, a submissão autoritária também se relaciona diretamente com a moralidade de um grupo e com os valores em voga em determinada sociedade. As pesquisas de Adorno (2019, p. 140) trazem o desejo de um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado e a obediência e respeito pela autoridade como aspectos centrais dessa submissão, sem que, no entanto, fossem evocadas figuras específicas.

Acerca do assunto, o autor esclarece que foram evitadas referências diretas a ditaduras e figuras políticas, enquanto a principal ênfase recaiu sobre as próprias *atitudes* de obediência e respeito, além das relações diante da autoridade em geral. Em outras palavras, tratou-se de considerar a submissão autoritária como uma atitude geral no que concerne a figuras de autoridade variadas, tais como pais, pessoas mais velhas, líderes, poderes sobrenaturais, entre outras (ADORNO, 2019, p. 141).

Daí decorre o fato de que os resultados da pesquisa e da pontuação nas escalas formuladas pelos pesquisadores não representam apenas a submissão a uma figura autoritária específica, e nem mesmo a somente uma categoria: mais do que isso, obtém-se um conjunto de respostas capazes de apontar a “necessidade emocional exagerada e

generalizada de submeter-se” a uma autoridade e obedecê-la, seja ela de cunho político, religioso ou familiar (ADORNO, 2019, p. 141).

A principal consequência da submissão autoritária para a análise do exercício da violência para com os “outros” parece bastante evidente. Conforme já brevemente mencionado na seção anterior, além da manipulação facilitada dos indivíduos submissos por parte das figuras autoritárias a quem se submetem, porquanto assimiladores acríticos dos valores convencionais representados pelas autoridades, a hostilidade e rebelião contra essas figuras por parte dos submissos quedou-se reprimida. Sobre a temática, versa Adorno:

Os aspectos “ruins” dessas figuras [as autoridades do *ingroup*] – que eles sejam injustos, egoístas, dominadores – são então vistos como existindo nos *outgroups*, que são acusados de ditadura, plutocracia, desejo de controle e assim por diante. E esse deslocamento de imaginários negativos não é a única maneira pela qual a hostilidade reprimida é manejada; frequentemente, ela parece encontrar expressão na agressão autoritária. [...] O indivíduo que foi forçado a renunciar aos prazeres elementares e a viver sob um sistema de rígidas restrições e que, portanto, se sente sobrecarregado provavelmente não apenas buscará um objeto sobre o qual possa “descarregar”, mas também ficará particularmente irritado com a ideia de que outra pessoa está “se safando de algo”²¹.

Da citação acima, podem-se extrair três conclusões, quais sejam: primeiro, que a submissão às figuras de autoridade pertencentes ao mesmo grupo do indivíduo leva à projeção e a denegação de características negativas presentes nas próprias autoridades do *ingroup* àquelas que não pertencem a ele – os “outros”. Segundo, que a repressão da hostilidade e da rebelião não dirigida a essas autoridades, eis que enaltecidas de modo acrítico, tem como desdobramento a agressão autoritária e a prática da violência em relação ao *outgroup*. E, terceiro, que os outros que não obedecem ao mesmo sistema de valores e regras nos quais o *ingroup* está inserido gera mal-estar e sofrimento ao submisso, na medida em que infere que os demais obtêm algum tipo de vantagem ao “se safar de algo” ao não se submeterem.

Por conseguinte, ainda de acordo com Adorno (2019, p. 143), a submissão e a agressão representam, respectivamente, o sadismo e o masoquismo das relações autoritárias. Isso porque a angústia carregada pelo indivíduo que se submete acriticamente à autoridade advém de sua incapacidade de questionar ou subverter os valores convencionais que defende, direcionando quaisquer impulsos de agressividade àquelas que violam esses valores. Assim surge o desejo de condená-los, rejeitá-los e puni-los através da violência.

Nas palavras do autor, “na agressão autoritária, a hostilidade que fora originariamente despertada e dirigida a autoridades do *ingroup* é

21 ADORNO, 2019, p. 142

deslocada para os *outgroups*” (ADORNO, 2019, p. 144), ao passo que os indivíduos submissos são psicologicamente incapazes de atacar as autoridades de seu próprio grupo. Deste modo, compreende-se a imprescindibilidade do exercício da violência por parte de membros do *ingroup* em relação ao *outgroup*.

Imagens brasileiras da violência e do autoritarismo social

Ao examinar a temática da violência no Brasil contemporâneo, Marilena Chaui elenca o autoritarismo social como sua principal origem e forma. De acordo com a filósofa, a violência pode ser caracterizada como “a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro, sua manifestação mais evidente encontrando-se no genocídio e no *apartheid*” (CHAUI, 2021, np). Evidente a consonância da afirmação da autora com os argumentos expostos nas seções anteriores do presente artigo: se hoje no contexto brasileiro verificamos as mais diversas e hostis manifestações da violência (não raro, inclusive, de maneira naturalizada em nossas relações sociais), é ao “outro”, ao *outgroup*, que ela se dirige.

Diante desse cenário, a autora busca analisar as ações (ou, melhor dizendo, a inércia) de Jair Messias Bolsonaro frente à pandemia da Covid-19 e ao elevado número de mortes ocasionados pelas escolhas políticas realizadas pelo presidente e endossadas acriticamente por seus seguidores. As semelhanças das relações estabelecidas por Bolsonaro para com seus apoiadores com as características elencadas por Adorno para definir a submissão e a agressão autoritária são evidentes: a defesa irrefletida dos valores morais convencionais adotados pelo líder, a subserviência à figura de autoridade e a obediência e o respeito absolutos a ela, sem espaço para qualquer tipo de subversão ou discordância, são apenas algumas das conexões que podemos estabelecer entre os estudos de Adorno acerca da personalidade autoritária e o exercício do governo por parte do atual Presidente da República.

Mister trazer à tona, ainda, a hostilidade, a violência e a crueldade direcionadas pelo líder e por seus seguidores àqueles que não compactuam com seu conjunto de valores e convicções. Nesse sentido, Marilena Chaui (2021, np) questiona o motivo pelo qual as atitudes de Jair Bolsonaro frente à pandemia não foram lidas por boa parte da população brasileira como verdadeiramente hostis, violentas e cruéis. É possível citar, dentro desse contexto, “o descaso diante da morte de seus governados, a desmontagem do SUS em plena pandemia, os cortes de verbas para a saúde, a recusa da compra de vacinas, a defesa de algo potencialmente moral como a cloroquina, o inominável auxílio emergencial de R\$150,00 e a recusa de condenar as empresas que usam trabalho escravo, infantil e de idosos” (CHAUI, 2021, np) como manifestações de um fazer político baseado no exercício da violência e na promoção do genocídio.

Entre os diversos procedimentos de violência destacados por Chaui, cabe elencarmos especialmente o da exclusão. Tal procedimento

caracteriza-se pelos processos de divisão e de diferenciação entre os grupos ditos “violentos” e “não-violentos”, atribuindo a primeira alcunha ao “outro” (ou, na terminologia da autora, “eles-não-brasileiros-violentos”), sempre em oposição ao “nós”, brasileiros e não-violentos. Nesta acepção, tem-se a criação do ideal de que a violência é praticada por indivíduos que não fazem parte da nação, ainda que, conforme expõe Chauí (2021, np), tenham nascido e vivam no Brasil. Constrói-se, portanto, a figura da nação brasileira não-violenta e, simultaneamente, a ficção de um “outro” violento.

Como exemplo tipicamente brasileiro desta lógica, Chauí cita a herança colonial e escravista carregada por nossa sociedade, especialmente manifesta pela hierarquia entre os grupos. Em sua concepção:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista e patrimonialista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público. É fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. *As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência*²².

A filósofa salienta que este processo de diferenciação entre “nós” e o “outro” se dá através da negação do reconhecimento deste último enquanto subjetividade, alteridade ou cidadão: a partir disso, as relações do primeiro grupo com o segundo são fortemente marcadas pela forma da clientela, da cooptação, da tutela ou, em casos mais acentuados, da opressão (CHAUI, 2021, np). Em contrapartida, as relações entre aqueles que se julgam como iguais dentro do *ingroup* se estabelecem de modo radicalmente distinto. Estas são construídas sob o prisma do parentesco, do compadrio e da cumplicidade, fortalecendo o elo comum entre os integrantes do “nós” em detrimento dos demais.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível esboçar a cadência dos fenômenos da defesa do convencionalismo, da submissão autoritária e da agressão autoritária como características manifestas do exercício da violência e da hostilidade nas relações sociais, políticas e intersubjetivas.

Conforme elucidado na primeira seção, a concepção do “outro” como o detentor da violência e como ameaça a ser combatida não se trata de fenômeno recente: na realidade, a construção de um grupo externo que reúne todas as características negativas que não são enxergadas entre “nós” data do discurso sobre raças cuja herança ainda assombra a sociedade brasileira. É, portanto, tarefa imprescindível intentar compreender de que maneira a lógica escravista e colonial

22 CHAUI, 2021, np. Grifos nossos.

perpetua relações de dominação através da oposição entre um *ingroup* e um *outgroup*.

Isso porque, se, conforme ensinado por Chauí (2021, np), as relações no interior do *ingroup* são travadas com base em ideias de parentesco e de compadrio, é em direção ao “outro” que serão canalizadas as mais diversas formas de violência e de hostilidade que não podem ser extravasadas contra os próprios membros e especialmente contra os líderes e autoridades do *ingroup*. Nessa toada, com base nas definições de Adorno (2019) a respeito do autoritarismo, dentre as quais destaca-se a obediência acrítica a uma figura de liderança, é seguro afirmar que os impulsos violentos represados pelos membros do *ingroup* encontram sua válvula de escape no *outgroup*, dado à necessidade daquele em condenar e punir este pelas suas ditas degenerações, perversões e subversões.

Longe de firmar conclusões abstratas ou generalistas, a derradeira seção deste artigo tratou de demonstrar exemplos concretos e contemporâneos de como o autoritarismo está presente no modo de fazer política e de travar relações sociais no Brasil, de tal sorte que procedimentos de exclusão e de diferenciação de determinado(s) grupo(s) – procedimentos estes, vale ressaltar, promovidos pelo grupo social defensor dos valores convencionais – atuem como catalisadores da violência dirigida a esses grupos e populações.

Referências

ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ALVES JÚNIOR, Douglas Garcia. **Depois de Auschwitz: a questão do anti-semitismo em Theodor Adorno**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998, 167p.

CHAUI, Marilena. Pela graça de Deus. **A Terra é redonda [online]**, 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/pela-graca-de-deus/>. Acesso em: 28/07/2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOVINSKY, Anita Waingort. Reflexões sobre o racismo: Portugal, séculos XVI-XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 26-35, março/maio 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

“SE NÓS NÃO TOMAR CUIDADO, ATÉ A PALAVRA TRABALHO PODE DEIXAR DE EXISTIR”²³: UM ENSAIO SOBRE EMPREENDEDORISMO E A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

*André Bakker da Silveira*²⁴

Resumo

Na obra *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (1950), Theodor Adorno apresenta características que dão forma ao tipo de subjetividade antidemocrática presente nos Estados Unidos na década de quarenta. Na tentativa de aproximar aquela pesquisa do contexto contemporâneo, propõe-se atualizar os apontamentos de Adorno comparando-os a um dos tipos de personalidade neoliberal atual, a personalidade empreendedora. Uma das facetas do neoliberalismo é a construção de subjetividades voltadas ao sucesso individual, muitas vezes caracterizadas pela afirmação do empreendedorismo como meio para este fim. Este artigo apresenta alguns pontos de entrelaçamento entre o tipo autoritário adorniano e o sujeito neoliberal empreendedor, como apresentado por Pierre Dardot e Christian Laval em *A Nova Razão do Mundo* (2016).

Palavras-chave: empreendedorismo; neoliberalismo; personalidade autoritária; radicalismo de direita; Theodor Adorno.

23 Paulo Roberto da Silva Lima (2022), conhecido como Galo de Luta, líder dos entregadores antifascistas, em entrevista concedida ao programa Panelaço, em 31 de março 2022.

24 Doutorando e mestre em Filosofia na linha de Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: andrebkks@gmail.com

“IF WE ARE NOT CAREFUL, EVEN THE WORD WORK MAY CEASE TO EXIST”: AN ESSAY ON ENTREPRENEURSHIP AND AUTHORITARIAN PERSONALITY IN THE NEOLIBERAL CONTEXT

Abstract

In *The Authoritarian Personality* (1950), Theodor Adorno pointed out characteristics that shape the type of undemocratic subjectivity present in the United States in the 1940s. In an attempt to bring that research closer to the contemporary context, Adorno's notes are updated by comparing them to one of the current neoliberal personality types, the entrepreneurial personality. One of the facets of neoliberalism is the construction of subjectivities aimed at individual success, often characterized by the affirmation of entrepreneurship as a means to this end. This work presents some points of intertwining between the Adornian authoritarian type and the entrepreneur neoliberal subject, as presented by Pierre Dardot and Christian Laval in *The New Way of the World* (2016).

Keywords: entrepreneurship; neoliberalism; authoritarian personality; right-wing radicalism; Theodor Adorno.

Na década de quarenta do século XX, Theodor Adorno participou, junto a uma equipe de pesquisadores, de um extenso estudo sobre perfis antidemocráticos e potencialmente fascistas nos Estados Unidos. O objetivo foi compreender as características desses indivíduos e observar quais são as motivações psicológicas e sociais que os levam a aderir a ideias autoritárias. A pesquisa resultou na obra *Estudos sobre a personalidade autoritária*, de 1950.

A hipótese que guiou os pesquisadores foi “a de que as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como que se unidas por uma ‘mentalidade’ ou por um ‘espírito’” (ADORNO, 2019, p. 71). Esse padrão refletiria tendências de personalidade das pessoas entrevistadas, tendências que as tornam suscetíveis às ideias fascistas.

A preocupação maior foi com o indivíduo potencialmente fascista, aquele cuja estrutura é tal que é capaz de torná-lo particularmente suscetível à propaganda antidemocrática. Dizemos “potencialmente” porque nós não estudamos indivíduos que eram declaradamente fascistas ou que pertenciam a organizações fascistas conhecidas. No momento em que a maior parte dos nossos dados foi coletada, o fascismo havia acabado de ser derrotado em guerra, portanto, não esperávamos encontrar sujeitos que abertamente se identificassem com ele; ainda assim, não foi difícil encontrar sujeitos cujo perfil era tal que indicava que eles prontamente aceitariam o fascismo se este se tornasse um movimento social forte ou respeitável²⁵.

25 ADORNO, 2019, p. 72

Neste breve texto, tenta-se fazer aproximações entre as características da personalidade autoritária e o que será chamado daqui em diante de perfil empreendedor. O intuito é, apenas, o de procurar relações entre uma das facetas mais proeminentes do neoliberalismo, o empreendedorismo de si, e aquilo que Adorno aponta em suas obras sobre o radicalismo e a personalidade autoritária²⁶.

A motivação para este texto nasceu de uma provocação feita por Paulo Roberto da Silva Lima (Galo de Luta), líder dos entregadores antifascistas, em uma entrevista recente, em que disse: “se nós não tomar cuidado, até a palavra trabalho pode deixar de existir. Porque o trabalhador não quer mais ser visto como trabalhador [...] ele prefere vestir a capa do empreendedor” (LIMA, 2022)²⁷. Lima se referia à forma como membros da sua classe (entregadores de aplicativo) internalizam – ou subjetivam – os discursos de seus empregadores, defendendo interesses que não seriam os seus e que os prejudicariam se efetivados, como a redução de direitos trabalhistas.

Acredita-se que o alerta do líder dos entregadores pode contribuir para uma leitura atual de Estudos sobre a personalidade autoritária, pois, já na introdução, Adorno apresenta um fenômeno que é bastante similar ao descrito pelo ativista:

[...] a tendência do pequeno homem de negócios a alinhar-se com o grande negócio na maioria dos temas econômicos e políticos não se deve inteiramente à crença de que essa é a forma de garantir sua independência econômica. Em casos como esses, o indivíduo parece não apenas não considerar seus interesses materiais, mas até ir contra eles. É como se ele estivesse pensando em termos de uma *identificação com um grupo maior*, como se seu ponto de vista fosse determinado mais pela sua necessidade de apoiar esse grupo e de suprimir grupos opostos do que pela consideração racional de seus próprios interesses²⁸.

Evidentemente, trabalhadores como Galo de Luta – entregadores autônomos a serviço de várias empresas – não devem ser equiparados a pequenos homens de negócios, mas a questão posta pela “racionalidade neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016) é que esses sujeitos são sim tidos e, muitas vezes, vem-se, dessa forma.

Assim, questiona-se sobre a possibilidade de se traçar um paralelo entre o perfil autoritário e o perfil empreendedor. Ao propor essa aproximação, não se pretende fazer uma crítica ao ato de empreender em si, tampouco gerar a culpabilização de indivíduos, dado que o empreendedorismo como forma de sobrevivência parece ser a regra no país. O que se pretende, efetivamente, é olhar para os efeitos do neoliberalismo enquanto racionalidade e modelo ético, político e econômico

26 *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (2019) e *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita* (2020).

27 Em raciocínio que inicia a partir do minuto 23 da entrevista.

28 ADORNO, 2019, p. 84-85, grifos nossos

na formação de identidades e para os perigos à democracia que a disseminação deste perfil pode engendrar.

Por empreendedor, refere-se a um tipo de perfil que internaliza e/ou defende o empreendedorismo como modelo a ser seguido. Como explicam Carmo *et al.* (2021), citando Peter Drucker, o perfil empreendedor reflete uma tendência profissional que leva pessoas a assumirem os riscos de um novo negócio, em vez de manterem-se na segurança de grandes corporações. Para eles, o empreendedorismo é uma “ideologia neoliberal” (CARMO *et al.*, 2021), que age na disseminação de um estilo de vida ou de um posicionamento diante da vida, como uma espécie de filosofia ou tomada de partido. Afirmam:

[...] este modelo ganha forma em trabalhos autônomos, temporários e relações cada vez mais provisórias e flexíveis. Desse modo, consolida-se uma ideologia do empreendedorismo que extrapola as fronteiras das organizações e se entrelaça no tecido social. As técnicas de gestão não são mais restritas aos gestores, são de conhecimento geral, uma vez que todos devem gerir sua própria carreira. Isto reforça o culto à personalidade e ao sucesso, o qual, segundo Tragtemberg, é uma ilusão de liberdade que colabora para o aumento do individualismo, para a desmobilização política e para o distanciamento da vida democrática (Paes de Paula, 2002)²⁹.

Em *A nova razão do mundo* (2016), Dardot e Laval vão além desse raciocínio. Para eles, “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p. 7). E, ainda:

[...] essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, *que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa*. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, *remodela a subjetividade*³⁰.

Encontrou-se em Virginia Helena Ferreira da Costa (2020) e Samir Gandesha (2017, 2018) tentativas de atualização das ideias de Adorno para o contexto neoliberal. Gandesha deixa explícito seu intuito de verificar “[...] como é possível reconstruir o conceito de personalidade autoritária no contexto de uma ordem neoliberal pós-keynesiana?”³¹

29 CARMO et al, 2021, p. 27.

30 DARDOT; LAVAL, 2016, p.17, grifos nossos

31 Texto original: [...] how may it be possible to reconstruct the concept of the authoritarian personality in the context of a post-Keynesian, neoliberal order?

(2018, p. 5, tradução nossa), assim como Costa, que busca realizar “[...] a comparação entre o Capitalismo de Estado de 1940, quando a obra foi escrita, e o tipo autoritário mais recente, vinculado ao neoliberalismo, como uma forma de atualização do conceito” (2020, p. 3).

Gandesha propõe uma mudança de chave na leitura adorniana da formação da personalidade, deixando de lado a formação do ego freudiana usada por Adorno e se valendo da noção de *identificação com o agressor*³² do psicanalista Sandor Ferenczi. De acordo com o autor:

[...] com base em sua experiência clínica com adultos que sofreram um encontro profundamente traumático com um adulto abusivo na primeira infância, Ferenczi raciocinou que a “identificação com o agressor” é uma resposta típica a condições de insegurança social e emocional generalizada (Ferenczi, 1949, 227). A compreensão especial de Ferenczi do conceito é particularmente atraente para nossos propósitos, na medida em que o capitalismo neoliberal implica, como característica central, a destruição direta de toda uma rede de seguridade social por meio do que Harvey descreve como privatização e mercantilização, financeirização, gerenciamento de crises e redistribuição ascendente de riqueza (ver Harvey, 2005).³³

No caso do empreendedorismo, a ideia de identificação com o empreendedor, mesmo quando se é um trabalhador precarizado, parece encontrar espaço na leitura da *identificação com o agressor*. Ou seja, a identificação com um sistema que implica a redução de garantias e de possibilidades de vida digna equivale a justificar as ações perversas de um agressor. Algo equivalente a uma síndrome de Estocolmo (GANDESHA, 2018, p. 11).

Toma-se essa ideia para aproximar a personalidade autoritária com o sujeito empreendedor, que internaliza o neoliberalismo e passa a defender uma forma de trabalho arriscada e prejudicial à sua saúde (presente em discursos como ‘trabalhe enquanto eles dormem’); e em que há pretensão de liberdade e autonomia, mas que, em realidade, há dependência de uma ideologia de positividade, superação e competitividade. Ademais, esses sujeitos parecem estar submissos a figuras consideradas vitoriosas, como grandes empresários e bilionários.

Dardot e Laval apontam como uma das principais contribuições do neoliberalismo para a ordem capitalista: a “dimensão antropológica

32 Em outro texto, Gandesha (2017, s/p) complementa essa ideia, afirmando que, ao associar Adorno e Ferenczi, é possível fazer a transposição da teoria adorniana do contexto do capitalismo de bem-estar keynesiano (em que o filósofo estava inserido) para o capitalismo neoliberal, o que permite que se aborde a personalidade neoliberal.

33 GANDESHA, 2018, p. 10, tradução nossa. Texto original: Drawing on his clinical experience with adults who had suffered a deeply traumatic encounter with an abusive adult in early childhood, Ferenczi reasoned that “identification with the aggressor” is a typical response to conditions of pervasive social and emotional insecurity (Ferenczi, 1949, 227). Ferenczi’s special understanding of the concept is particularly attractive for our purposes, insofar as neoliberal capitalism entails, as a central feature, the direct destruction of an entire social security network through what Harvey describes as privatization and commodification, financialization, crisis management, and upward redistribution of wealth (see Harvey, 2005).

do homem-empresa” (2016, p. 135). O recurso a Dardot e Laval é valioso, porque grande parte das análises sobre o neoliberalismo se concentraram em seus aspectos político-econômicos, isto é: “como um simples instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejosa de restaurar uma relação de força favorável *vis-à-vis* aos trabalhadores e, desse modo, aumentar sua parte na distribuição de renda” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 22). Dardot e Laval, porém, aumentaram o escopo de análise de forma a compreender o alcance amplo do neoliberalismo.

Em 2009, esses autores publicaram *A Nova Razão do Mundo*, livro que se tornou uma referência para os estudos sobre neoliberalismo. No prefácio da obra, definem, resumidamente, o neoliberalismo como “[...] o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (2016, p. 17).

Elaborando esta noção, os autores demonstram que o neoliberalismo é mais do que uma política econômica de retirada do Estado em prol do mercado e mais do que uma ideologia. O neoliberalismo é uma racionalidade que se estendeu ao mundo todo e que, para além da manutenção do acúmulo de capital, tem o propósito de transformar a sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24). É essa forma de entender o neoliberalismo que parece mais adequada para a associação com os trabalhos de Adorno, justamente por conter o elemento de subjetivação da opressão.

Não obstante Adorno tenha procurado as características subjetivas do autoritarismo (ADORNO, 2022)³⁴, ele reconhece a força dos elementos sociais objetivos como geradores do perfil preconceituoso.

[...] estamos convencidos de que a fonte última do preconceito deve ser buscada em fatores sociais incomparavelmente mais fortes que a “psique” de qualquer indivíduo envolvido. Essa premissa é corroborada pelos resultados do próprio estudo, na medida em que mostra que a conformidade a valores implicitamente promovidos pelo “espírito objetivo” da sociedade americana atual é uma das principais características de nossos sujeitos altos pontuadores³⁵. (ADORNO, 2022, p. 352).

Somada ao contexto, estão características individuais que facilitam a introjeção de ideias preconceituosas. Nessa linha, Adorno afirma que

[...] há razões para acreditar que os indivíduos, a partir de suas necessidades de se conformar, pertencer e acreditar, e por meio de dispositivos como a imitação e o condicionamento, muitas vezes assumam de forma mais ou menos pronta opiniões, atitudes e valores que são característicos dos grupos aos quais eles se associam. (2019, p. 86).

34 Ideias presentes no texto de Adorno Observações sobre “a Personalidade autoritária” de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford, traduzido por Virgínia Helena Ferreira da Costa (2022).

35 ADORNO, 2022, p. 352.

Com isso, é importante compreender que alguns indivíduos subjetivam o autoritarismo, tornando esta característica parte de suas personalidades. Se entendido como subjetivação do neoliberalismo, então o perfil empreendedor pode ser categorizado de maneira semelhante ao perfil autoritário e algumas características comuns podem ser pontuadas.

Primeiramente, nota-se que “o que o membro fascista procura é a ilusão de controle para compensar seu sentimento de impotência” (BENJAMIN, 1977 *apud* COSTA, 2020, p. 10). O perfil empreendedor, por sua vez, assume uma maneira de viver em que acredita ter total controle sobre sua vida profissional e, em última instância, sobre seu destino. Sucesso e fracasso são resultados diretos de suas ações. A descrição da citação pode ser associada ao perfil empreendedor que rejeita qualquer tipo de impotência. Mesmo empregados de empresas, por vezes, aceitam a alcunha de *colaboradores* como se o trabalho fosse um ato de colaboração com o empregador ou com a empresa, isto é, de trabalho conjunto³⁶, cooperativo, não hierarquizado ou subordinado. Quase como um ato de altruísmo ou solidariedade. O colaborador ocuparia um papel de igualdade ou até de superioridade em relação àquele com quem colabora.

A fala de Galo de Luta cabe, também, nesse ponto, já que entregadores – trabalhadores precarizados – prefeririam a alcunha de empreendedores. Ao se apropriarem desta denominação, mascaram a falta de controle, diluindo o *status* de trabalhador em algo entendido como mais nobre. É a ilusão de controle.

Nessa esteira, *Realismo capitalista*, de Mark Fisher, também contribui para a compreensão do perfil empreendedor, uma vez que explica que “o projeto neoliberal sempre foi sobre policiar vigilantemente um modelo de individualismo; os trabalhadores têm de ser vigiados continuamente pois podem sempre deslizar para a coletividade” (FISHER, 2021, p. 146). O empreendedorismo é uma faceta do individualismo no formato de uma recusa a ser como todos os outros trabalhadores assalariados, sem, contudo, dar-se conta do desejo paradoxal de ser como todos os outros empreendedores de sucesso. Desejo praticamente inalcançável.

Fisher apresenta ainda outro elemento de interesse: a incapacidade de enxergar alternativas para uma vida fora do modelo neoliberal dirige o mundo para o seu fim em termos ambientais e sociais. Talvez haja nisso aquilo que Adorno encontrara na então nova direita alemã dos anos 60 (ADORNO, 2020), mas que é perfeitamente compatível com a extrema direita atual: o desejo de destruição.

Seguindo a descrição das características da personalidade autoritária, Adorno destaca que “a constituição de tal padrão ideológico [...] necessita de artimanhas como a racionalização, estereotipia,

36 Etimologicamente, trabalhar (*laborare*) em conjunto (Merriam-Webster). No uso corrente, colaborar parece denotar, ao menos, um nível de igualdade entre as partes e de liberdade de escolha. Na prática, poucos são os trabalhadores que possuem liberdade de escolher qual será sua fonte de renda. Trabalhar é uma obrigação derivada da necessidade de existência material.

personalização e *pensamento de ticket* para se organizar”. (COSTA, 2020, p. 11, grifos nossos). Como o autoritário, há no perfil empreendedor algo como um pensamento de *ticket*, isto é, uma

[...] forma de perceber o mundo segundo um bloco de ideias previamente fornecido. Como um tipo de voto de legenda, ao aceitar uma das ideias, o indivíduo acaba aceitando todas as demais, sem que haja uma análise reflexiva de cada uma das noções separadamente. Dessa forma, a reflexão é dispensável e, com ela, o perigo de discordância e desorientação³⁷.

O pensamento de *ticket* se mostra quando, no desejo de escapar de um mundo e entrar em outro, pessoas influenciadas pela lógica empreendedora creem que com o esforço tudo é possível; assumem uma fé inabalável de que seu negócio dará certo; e seguem rigorosamente fórmulas e modelos ensinados a eles por ditos especialistas, de modo a escapar da *corrida dos ratos*³⁸.

Esses fatores, vistos em conjunto, aproximam-se da descrição que Horkheimer (*in* ADORNO, 2019, p. 29) apresenta do autoritário no prefácio de *Estudos*: ao mesmo tempo “esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e com medo constante de não ser como todos os outros, zeloso de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade”.

Em *Aspectos do novo radicalismo de direita*, como parte da mentalidade radical de direita, Adorno (2020) afirma que há o ódio ao socialismo ou a toda defesa de um Estado presente na vida das pessoas para garantir direitos humanos básicos. Em parte, esse ódio parece ser um reflexo de uma potencial limitação da liberdade e das capacidades individuais impostas por um Estado que garante o mínimo para a sobrevivência digna. É como dizer que o potencial humano só pode realmente florescer sem os limites impostos pelo acesso a direitos.

Não há, necessariamente, um teor antissocialista explícito em discursos empreendedores, mas há, certamente, uma incompatibilidade de valores: por um lado a prevalência do social e do bem comum e de condições mínimas de dignidade e, de outro, o foco no individualismo e na meritocracia. Esses comportamentos economicamente irracionais se devem

[...] na verdade a condições econômicas que negam a realização a inúmeros indivíduos e permitem a “integração” do indivíduo apenas na medida em que ele reage passivamente, por assim dizer, e renuncia – junto a sua autonomia subjetiva – a cuidar estritamente de si mesmo³⁹.

37 COSTA, 2020, p. 12.

38 Referência do livro *Pai Rico, Pai Pobre* de Robert Kiyosak, uma espécie de livro sagrado do empreendedorismo.

39 ADORNO, 2022, p.366

Tal descrição parece se encaixar bem ao contexto neoliberal, em que um indivíduo, mesmo em situação precária, adere a um discurso que não o contempla efetivamente. Gandesha complementa essa ideia ao explicar que o sujeito neoliberal

[...] deve subordinar-se e, portanto, identificar-se precisamente com os imperativos externos do princípio de desempenho predominante dessa ordem, tornando-se competitivo em relação a outros indivíduos. Ao mesmo tempo, para que os indivíduos façam isso com sucesso, essa adaptação ao exterior deve ser introduzida ou internalizada. O indivíduo deve, portanto, renunciar à reivindicação de uma vida plena. O custo psíquico dessa dialética de identificação e introjeção das forças externas no interesse da autopreservação é uma diminuição da capacidade do eu de experimentar e, em última análise, de agir. E isso detalha a dissociação. A vida que deve ser preservada a todo custo transforma-se, paradoxalmente, em uma simples sobrevivência; torna-se uma espécie de morte em vida⁴⁰.

Por fim, cabe mencionar o principal perigo do alastramento de um tipo de perfil empreendedor que adere de forma acrítica a certos discursos. Como defendem Dardot e Laval, não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo “que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

O individualismo promovido pela ideologia empreendedora também parece minar as fontes de solidariedade social. Como pregou Margaret Thatcher, uma das precursoras do neoliberalismo: “não existe essa coisa de sociedade. Há homens e mulheres individuais e há famílias” (THATCHER, 2013)⁴¹. Sendo assim, a disseminação dessas ideias é potencialmente destruidora das instituições e da própria democracia.

Robert Nozick, autor que pode ser lido como proponente das bases de uma teoria da justiça libertária (a versão moral do neoliberalismo) defende em *Anarquia, Estado e utopia*, de 1974, que “o Estado mínimo é o Estado mais amplo que se pode justificar. Qualquer outro, mais amplo, constitui uma violação dos direitos das pessoas” (2018, p. 191). Nessa concepção de justiça, o que conta é a forma como as pessoas adquirem e transferem suas propriedades, seus títulos – daí o nome *justiça como titularidade* –, sem interferências de nenhum tipo.

40 GANDESHA, 2018, p. 11, tradução nossa. Texto original: [...] must subordinate himself to and therefore identify precisely with the external imperatives of the prevailing performance principle of this order by making himself competitive in relation to other individuals. At the same time, for individuals to do this successfully such an adaptation to the outside must be introjected or internalized. The individual must, therefore, renounce the claim to a fulfilled life. The psychic cost of this dialectic of identification with and introjection of the external forces in the interest of self-preservation is a diminishment in the capacity of the self to experience and ultimately to act. And this entails dissociation. The life that is to be preserved at all costs turns, paradoxically, into a simply getting by; it becomes a kind of living death.

41 No original: there is no such thing as society. There are individual men and women and there are families.

Diante disso, Nozick (2018, p. 449) indaga: “a justiça não deve ser amenizada pela compaixão?” - e responde: “Não por meio das armas do Estado. Quando pessoas físicas decidem transferir recursos para ajudar os outros, isso está de acordo com a concepção de justiça com base na titularidade”. Trata-se, então, de uma sociedade em que só se alimenta quem merece (no sentido de conseguir criar meios para) se alimentar. Sem laços de solidariedade (sejam culturais, como a religião, sejam sociais, como a família, sejam políticos, como as lutas identitárias, sejam cívicos, como as instituições a exemplo da previdência social), resta também atacada a democracia.

Já no prefácio à edição brasileira de *A nova razão do mundo*, os autores declaram que “o sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era *pós-democrática*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8, grifos dos autores). Nesse sentido, pensar nas subjetividades formadas nesse contexto e que compõem a ameaça à democracia é necessário.

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. *A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo*⁴².

Talvez, o principal alerta a ser feito seja sobre o potencial antidemocrático da subjetividade empreendedora, assim como Adorno buscou evidenciar a personalidade autoritária como inerentemente antidemocrática. Aquilo que foi chamado aqui de perfil empreendedor não parece ser, por si só, intrinsecamente autoritário, mas, como representante do neoliberalismo, é constituído por elementos que podem ser potencialmente antidemocráticos, como o individualismo, a rejeição ao Estado e, sobretudo, a noção de que cada indivíduo é responsável por si. Com isso, o perfil empreendedor contém alguns elementos do perfil autoritário adorniano, o que deve ser motivo de atenção. Sendo assim, propostas educacionais voltadas à construção desse perfil, quando dissociadas de outros elementos críticos importantes, podem levar ao fortalecimento de uma sociedade profundamente antidemocrática com o tempo. Como avisa Gandesha,

[...] o neoliberalismo cria a tempestade perfeita dentro da qual o autoritarismo pode encenar um retorno misterioso. Em outras palavras, a colisão de um neoliberalismo supostamente

42 DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9, grifos nossos

orientado para libertar os mercados das “externalidades” e um neoconservadorismo supostamente orientado para libertar a política das “tirantias” cria as condições para que algo como o fenômeno Trump [e acrescenta-se, Bolsonaro] se torna possível⁴³.

Para a ideologia empreendedora não há nada subjacente senão o individualismo. A busca incessante pelo autoaprimoramento, pelo sucesso, não encontra barreiras. Nesse contexto, uma noção como a de dignidade humana não tem onde se fixar, o que pode levar um indivíduo a ignorar o bem-estar alheio em prol do seu sucesso. O neoliberalismo parece ter um efeito corrosivo na democracia e se, como se supõe, o perfil empreendedor é o sujeito neoliberal, não parece um salto muito grande imaginar que esse sujeito empreendedor é, também, potencialmente antidemocrático.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. Observações sobre ‘A Personalidade Autoritária’ de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 345–384, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/9878>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CARMO, L. J. O.; ASSIS, L. B.; GOMES JUNIOR, A. B.; TEIXEIRA, M. B. M. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **CADERNOS EBAPE.BR (FGV)**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/?format=pdf&lang=pt>

COSTA, Virginia H. F. “A personalidade autoritária” de Theodor W. Adorno: conceituação do “tipo antropológico autoritário” e atualizações no neoliberalismo. In: **44 Encontro Anual da ANPOCS, 2020**, Online. Anais 44 Encontro Anual da ANPOCS, 2020. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/>

43 GANDESHA, 2017, s/p, grifos nossos, tradução nossa. Texto original: [...] neoliberalism creates the perfect storm within which authoritarianism can stage an uncanny return. In other words, the collision of a neoliberalism supposedly oriented towards liberating markets from “externalities” and neoconservatism supposedly oriented towards liberating polities from “tyrannies” creates the conditions in which something like the Trump phenomenon becomes possible.

gt44/12497-a-personalidade-autoritaria-de-theodor-w-adorno-conceituacao-do-tipo-antropologico-autoritario-e-atualizacoes-no-neoliberalismo?path=44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt44

COSTA, Virgínia H. F. Introdução à tradução de: Observações sobre 'A Personalidade Autoritária' de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia, [S. l.]**, v. 44, n. 2, p. 345-384, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/9878>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

GANDESHA, Samir. The Neoliberal Personality. **Logos: a journal of modern society & culture**, 16, 2017. Disponível em: <http://logosjournal.com/2017/the-neoliberal-personality/>.

GANDESHA, Samir. "Identifying with the aggressor": From the authoritarian to neoliberal personality. **Constellations**, 25(1), 2018, 147-164. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.12338>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

LIMA, Paulo Roberto da Silva. **Galo de Luta - líder dos entregadores antifascistas**. Panelaço, 2022. 1 vídeo (25 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HxdlMwNt0iI>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MARGARET THATCHER: a life in quotes. **The Guardian**, Londres, 8 abr. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/08/margaret-thatcher-quotes>. Acesso em: 20 out. 2022.

MERRIAM-WEBSTER. Collaborate. In: **Merriam-Webster.com dictionary**. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/collaborate>. Acesso em: 20 out. 2022.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL COMO RESPOSTA A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

*Fernanda M. Torrentes Gomes*⁴⁴

Resumo

Este trabalho tem como objetivo explicitar, por meio do pensamento de Theodor W. Adorno e outros autores e autoras, a importância de compreender a racionalidade instrumental como ferramenta para justificar a violência direcionada aos chamados *outgroups* nas sociedades ocidentais modernas, mais especificamente no contexto neoliberal brasileiro. Neste sentido analisa-se como essa discussão encontra-se interligada a questões relacionadas a temas como raça, colonização e autoritarismo.

Palavras-chave: racionalidade, violência, neoliberalismo.

INSTRUMENTAL RATIONALITY: NEOLIBERAL SUBJECTIVITY AS A RESPONSE TO INSTITUTIONALIZED VIOLENCE

Abstract

This work aims to make explicit, by the through of Theodor W. Adorno and other authors, the importance of understanding instrumental

⁴⁴ Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Assistente social em São José dos Pinhais (PR). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE-UFSC) e do Núcleo de Estudos sobre Profissão e Instituição (NEPPI-UFSC). Pesquisadora na área de Serviço Social e Estudos Feministas e de Gênero. E-mail: fernandatorrentes@gmail.com

rationality as a tool to justify violence directed at the so-called *outgroups* in modern western societies, but specifically in the Brazilian neoliberal context. In order to accomplish that, there will be an analysis of how the discussions about this topic are linked to issues related to race, colonization and authoritarianism.

Keywords: rationality, violence, neoliberalism.

Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história (Krenak, 2020).

Introdução

O presente artigo procura analisar a produção de uma racionalidade instrumental que colabora para justificar o medo social e a violência direcionada àqueles considerados parte dos *outgroup*⁴⁵ nas sociedades ocidentais modernas, especificamente no contexto neoliberal brasileiro. Tal análise se baseará em estudos recentes sobre a construção da subjetividade no neoliberalismo colonial, assim como na pesquisa sobre a personalidade autoritária (2019) realizada por Theodor W. Adorno. Busca-se compreender de que maneira, nos regimes ditos democráticos, permanece a presença de opiniões, atitudes e valores autoritários que podem passar de um estado velado para uma defesa aberta de ações violentas contra determinadas populações em momentos específicos de crise social.

Em 1947 Theodor Adorno e Max Horkheimer já enunciavam no livro *Dialética do Esclarecimento* (1985) que a razão, em última instância, pode se transformar em algo irracional, onde a barbárie com uma roupagem científica e tecnicista passa a dominar todas as esferas da vida. Neste mesmo viés, já em 2020, Vladimir Safatle afirma que modelos socioeconômicos orientados por determinadas racionalidades geram modelos de governo, assim como geram modelos de gestão social de subjetividades. Hoje, mais do que nunca, tais modos não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de auto-regulação. Isso significa que não se vive da mesma forma dentro e fora de um sistema neoliberal.

Compreende-se que as concepções de doença e saúde, normal *versus* patológico, nós *versus* eles, diz algo a respeito da normativa neoliberal instaurada, deixando visíveis processos como, por exemplo, a criação de novos sintomas e diagnósticos psiquiátricos, ou mesmo a vivência em uma sociedade da auto-exploração. Esses pontos são centrais ao sistema econômico atual que produz um discurso que, em

45 Termo utilizado no livro "Estudos sobre a personalidade autoritária" para se referir ao inimigo escolhido pelo *ingroup*, aqueles que correspondem ao ideal do eu.

certa medida, instrumentaliza o desejo. Criam-se padrões de individualização, da mesma maneira que diversas facetas da vida psíquica que antes não recebiam atenção passam a receber, ou seja, desenvolve-se a personalidade humana entrelaçada com as condições sociais de seu tempo e suas mudanças e não com tendências “inatas”, “básicas” ou “raciais” (ADORNO, 2019, p. 81).

Neste artigo considera-se que a vida social não se resume a escolhas racionais, compreendendo que dentro da própria razão opera uma ideologia do ocultamento travestida em racionalidade. Por esse viés, fica mais simples explicar as razões pelas quais a criação de uma imagem estereotipada de determinadas populações pode levar até mesmo a justificativas de práticas de genocídio e massacres. Neste ponto, Adorno (2019) conclui que a racionalidade tem como um de seus determinantes a dimensão psíquica, perpassando a construção de afetos como amor, ódio, admiração, repulsa e medo, estes produtos da interação mediada pelos arranjos materiais que fazem parte do lugar em que ocupamos no mundo. Enfatiza-se igualmente que no contexto neoliberal a maneira como vivemos e nos relacionamos está atravessada pela lógica do consumo, do individualismo, do punitivismo, da concorrência e do “empreendedorismo de si mesmo”, o que impulsiona para a construção de fantasias estereotipadas direcionada a um inimigo inventado.

Os exemplos de fantasia estereotipada que a pesquisa de Adorno visibiliza podem ser conectados contemporaneamente ao que Maria Rita Kehl classifica como “ressentimento”: “uma constelação afetiva entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo” (KEHL, 2020, p.11). O ressentido é um vingativo que se apaixona negativamente, apesar de não se reconhecer como tal. Nessa perspectiva, narrativas voltadas a explicar a situação particular das pessoas em termo de merecimento, e não de processos estruturais, ganham espaço, colaborando com os ideais de uma economia capitalista de expansão constante que se baseia na exploração dos corpos e mentes dos sujeitos.

Investe-se na construção de indivíduos que incentivem e apoiem, por exemplo, medidas de controle sociais violentas voltadas a determinados segmentos, aqueles que oferecem “perigo” e “insegurança social”. Nesta lógica, a competição se torna uma questão de vida ou morte, o que torna uma opção válida excluir aqueles que não se enquadram na narrativa aceitável de ser humano. Como afirma Krenak (2019, p. 26) nosso tempo é especialista em criar ausências, no sentido de viver em sociedade e da própria experiência da vida.

Por fim, se tem como pressuposto que para entender o que permite que estes discursos ganham eco, espaço e legitimidade, é necessário a compreensão de como práticas e discursos autoritários conseguem conviver em harmonia com a democracia instaurada nos sistemas capitalistas avançados e, principalmente, nos países periféricos.

A razão transformada em algo irracional – tendência ao bárbaro

Que não te despojem de teu sentido inicial. É fácil crer no que crê a multidão (GOETHE).

No desenvolvimento da racionalidade instrumental predomina a defesa de uma organização tecno-científica, pragmática e trefista. Sobressai uma razão que contribui para o que Adorno (2019) considera um tipo de determinismo histórico: a ideia do retorno ao mito ideológico em que não há caminhos possíveis para além do oferecido pelo modo de produção capitalista. Como Ulisses no clássico *Odisseia* (2006), se retorna ao mito para explicar ideologicamente crenças fechadas que afirmam, por exemplo, o fim da história e a aposta no mercado como único mecanismo de regulamentação da sociedade (MOTA *et al.*, 2010).

Numa economia neoliberal sustentam-se tais afirmações com um discurso que ultrapassa a pretensa eficácia econômica deste sistema diante da produção de riqueza. Ela se dá principalmente através da exaltação moral dos valores atribuídos à livre iniciativa, a “independência” em relação ao Estado e a uma pretensa autodeterminação individual. Nesse sentido, é também necessário construir sujeitos moldados por uma subjetividade neoliberal, que compreendendo ser “empreendedores de si”, internalizem por meio de intervenção e reeducação constante essa racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível.

A produção de um tipo de relação a si, aos outros, e ao mundo é orientada através de princípios empresariais, nos quais as noções de investimento, performance, rentabilidade, competitividade fazem parte da equação. Segundo Safatle (2020, p. 30) este ideal empresarial é uma estratégia neoliberal necessária para formalização da sociedade com base no modelo da empresa. Ou seja, permite-se que a lógica mercantil seja usada como tribunal econômico contra o poder público, tornando fundamental que as políticas de proteção social passem a ser extensão e difusão desses valores.

O papel das organizações internacionais nos países considerados de terceiro mundo evidenciam esse cenário. A trajetória dos últimos vinte anos da cooperação do Banco Mundial com o setor educacional brasileiro em relação aos mais variados temas torna perceptível que a instituição vem ampliando suas funções técnicas e financeiras, assumindo um caráter cada vez mais político, formulando políticas globais e setoriais para a agenda dos países credenciados em seu financiamento, incluindo o Brasil (FONSECA, 1999). O Banco atua como agência financiadora de projetos para a área de infraestrutura econômica desde o final da década de 1940, sendo que seus créditos representam pouco mais que 10% da dívida externa do país. Sua importância ampliou-se, a partir dos anos 1970, quando passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social, trabalhando questões

voltadas ao “progresso”, “desenvolvimento sustentável”, “realismo”, “autonomia”, “equidade” e “pobreza”, sob o argumento de que os problemas que afetam um país na área econômica, demográfica ou ambiental afetam o mundo como um todo.

É nesta seara que estudos populacionais passam a ser realizados internamente pela instituição. Atribui-se ao nível primário a necessidade de maior capacidade de preparação de mulheres pobres e racializadas para a aceitação das políticas de planejamento familiar e também para o estímulo à intensificação de sua participação na vida produtiva. Objetiva-se o fortalecimento da “inteligência emocional”, a “otimização de suas competências afetivas”, propõe-se um trabalho de vigilância, controle, e autoavaliação constante de si, baseado em critérios que derivam do mundo empresarial. Com este incentivo organizações e corporações afirmam a partir de um “cálculo racional” dos custos e benefícios, que investir na educação de meninas e mulheres gera uma alta taxa de retorno para o desenvolvimento, principalmente no que se trata de soluções acerca das questões que envolvem pobreza e superpopulação, estabelecendo relação direta entre esses dois fatores.

Ações que visam o combate a pobreza concluem que a causa desse fenômeno social é relacionada a dificuldade que determinadas populações possuem em manter seus vínculos familiares e sociais, causando uma instabilidade no bom convívio da sociedade. Sendo assim, a “questão social” pode ser enfrentada por meio de iniciativas de empreendedorismo, integração social, empoderamento dos indivíduos e solidariedade mútua, ignorando a desigualdade social enquanto um componente da lógica de acumulação capitalista (SOARES, 2011). Importante registrar que no fim, o objetivo principal dessa iniciativa se constitui em sanar as consequências dos programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional na América Latina.

Outra questão importante neste cenário esta relacionada ao “modo de viver” neoliberal no qual a noção de sofrimento psíquico é equalizada como um déficit biológico desvinculado do entorno social. A antropóloga estadunidense Susan McKinnon, em seu livro *Genética Neoliberal* (2021, p. 10) chama atenção à crescente patologização da vida cotidiana, onde cresce a busca por marcadores genéticos, fisiológicos e neurocerebrais para pensar um “padrão adequado” de emoções. Para ela, a ascensão do neoliberalismo proporcionou uma espécie de política global para fazer a gestão do sofrimento humano que leva em consideração apenas uma única lei, uma única forma de entender a economia, uma única maneira de fazer ciência e justificar conhecimento.

A saúde e a doença deixam de ser pensadas como parte de um fenômeno político, assim, retira-se esta discussão do campo da ética e do conflito deixando o caminho aberto para que a gestão das demandas do campo mental e comportamental sejam regidas pela lógica do mercado

Em uma fórmula rápida: se o sofrimento no liberalismo e no capitalismo industrial de produção era por *privação*, ou seja,

dava-se no conflito entre as normas sociais vigentes e os desejos impedidos do sujeito, o sofrimento no neoliberalismo e no capitalismo de consumo pode ser melhor entendido na dinâmica do gozo, em que a questão não é a da adequação as normas sociais postas, mas a da autossuperação dos limites do sujeito a todo momento⁴⁶.

Trata-se aqui da busca por um bem-estar pautado em uma fantasia de vida melhor que aquela que se vive no presente, a promessa de reestabelecimento de uma pretensa normalidade do funcionamento orgânico, mais que isso, busca-se essa suposta “melhor versão de si”. Quanto a procura pela felicidade, sentimento que ronda o imaginário cultural, não seria mais algo a ser alcançado, mas sim, o efeito de um determinado tipo de indivíduo: individualista, fiel a si, resiliente, otimista com um alto grau de inteligência emocional (CABANAS; ILLOUZ, 2022).

Nessa perspectiva as técnicas de aprimoramento de si facilitam a adesão ao conformismo, e utilizam cada vez mais uma linguagem funcional, individualista e pragmática para fazer com que os e as trabalhadoras tentem dar conta individualmente das suas condições precárias de vida. Ainda, o que Adorno afirma sobre os aspectos da ignorância em 1944 parece bastante atual

Um é que ser “inteligente” hoje significa, em grande parte, cuidar de si mesmo, cuidar de suas vantagens, ao passo que, para usar as palavras de Weber, a “curiosidade ociosa” é desencorajada. Uma vez que a pertinência das questões econômicas e políticas para a existência privada, no entanto, ainda é largamente obscura para a população, as pessoas não se importam com coisas que aparentemente têm pouca influência em seu destino e sobre as quais não têm – e disso são vagamente conscientes – muita influência⁴⁷.

Novamente reitera-se a inversão dos processos sociais para algo natural. Tais fundamentos acabam por produzir o que Loureiro (2014, p. 390) vai classificar, parafraseando Freud ao contrário, de *o mal-estar na barbárie*. Pois, não se permite conceber a vida fora de um projeto de sociedade capitalista, ao mesmo passo que esse projeto traz exigências imaginárias próprias do individualismo que não atingem as expectativas prometidas aos indivíduos.

Nessa perspectiva o Estado ganha papel de destaque, mesmo com as reiteradas afirmações contrárias. A concepção de que no advento do neoliberalismo haveria menos intervenção do Estado do que em relação ao liberalismo clássico não se efetiva. No entanto, a questão que se levanta é: onde o Estado passa a intervir efetivamente neste contexto?

Pode-se afirmar que não se trata mais essencialmente da intervenção na esfera da coordenação da atividade econômica, e sim, em

46 NEVES et al, 2019, p. 147

47 ADORNO, 2019, p. 353

intervenções diretas na configuração das relações sociais e na estrutura psíquica dos sujeitos (SAFATLE, 2020, *passim*). Mais do que um modelo econômico o neoliberalismo seria uma engenharia social, com intervenções profundas nas dimensões produtoras de conflitos. Assim, ele bloqueia um tipo específico de conflito, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social, procurando impedir que instâncias como associações, movimentos sociais, sindicatos e instituições que venham a questionar a noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classes tenham relevância e poder de persuasão e pressão.

Quando se trata da conjuntura brasileira atual, considera-se que essa noção de vida vem sendo trabalhada a alguns anos. Congregam-se as promessas de boa vida do capitalismo contemporâneo, cada vez mais suspeitas, a um estado de servidão passional que, novamente, atesta o enraizamento do atual estado de coisas, mesmo entre os que se opõem a ele, o que Adorno já nomeava como “desejo apático por uma mudança radical”. Contudo, ainda sim, é possível observar insurgências, como explicita Loureiro

Se pusermos na panela de pressão brasileira os seguintes ingredientes, quase todos indigestos: o Programa de Pacificação das Favelas no Rio de Janeiro com suas UPPs, na verdade uma estratégia de guerra; a violência policial contra os moradores das periferias urbanas; as remoções forçadas exigidas pelos megaeventos; as políticas públicas que, ao incitar o empreendedorismo dos pobres, se, por um lado, canalizam sua energia para uma atividade governável, por outro, criam um sedimento reivindicativo à espreita para explodir; as lutas pela cidade, levadas a cabo por uma geração de “cidadãos insurgentes” exigindo a democratização do solo urbano; a “agonia do trabalho descartável, mostrando que o capitalismo como religião em sua forma contemporânea tornou-se um espantoso e interminável ‘ritual de sofrimento’⁴⁸.

A promessa do desenvolvimento contínuo, que tem em seu pacote uma inclusão social total a perder de vista, junto a um projeto civilizatório de uma felicidade-depois paga do sofrimento-agora (ARANTES, 2014) não convence a todos. Porém, este cenário tende à produção de sujeitos específicos como os negacionistas, o “empreendedorismo político” e os chamados cidadãos de bem.

Dentre esses sujeitos, destacam-se os componentes do atual governo brasileiro, visto que mesmo o quadro considerado “técnico” é formado por pessoas cuja capacidade intelectual nunca foi reconhecida pelos seus pares. Também não é certo afirmar que esses empreendedores políticos oportunistas mantenham uma relação meramente cínica e instrumental com as ideias que defendem (NUNES, 2022). A hipocrisia do cidadão de bem é, no fundo, o compromisso sincero com uma sociedade em que cada um “sabe o seu lugar”

48 LOUREIRO, 2014, p. 394

[...] onde mulheres são recatadas e do lar, negros andam de elevador de serviço, meninos são meninos e meninas são meninas, e ninguém reclama do pouco que tem. Mas acreditam nisso não pelo valor intrínseco desses preceitos, e sim pela distribuição de poder e benefícios pessoais que eles estabelecem. Acreditam sobretudo, em seu direito de ocupar a posição que esses valores lhes destinam nas relações de classe, gênero, raça: a de quem pode exercer a própria vontade sem limites⁴⁹.

É esse lugar que eles temem perder, se ressentem de ter perdido ou almejam alcançar. Para aqueles que estão na posição de “lumpen-elite”⁵⁰ (NUNES, 2022), sobra o ressentimento dirigido tanto para o Estado, como para os que se encontram numa posição social abaixo. São os que cobram o que W.E.B Du Bois nomeia de “salário psicológico”, encontrando compensação em sentir-se superior a empregada, ao garçom, ao negro (no caso do branco), a mulher (no caso do homem), da comunidade LGBTQIA+ (no caso das pessoas cis-héteros), e temem perder os privilégios que acreditam ser direitos. Desta maneira, a noção de cidadania passa a se referir não a garantia de direitos, deveres e acessos, mas a excepcionalidade dos que se encontram acima da lei, concepção fruto de um passado escravagista brasileiro que sobrevive junto a um presente moldado pelas ideias neoliberais.

Ainda mais grave, verifica-se que a democracia, principalmente quando se trata de países periféricos, permite em seu interior um estado de guerra permanente, comportando processos de escravidão junto a mais avançada tecnologia. Isto é, se instaura a produção da economia em cima da máxima exploração dos corpos, sem que isso indique uma contradição. Tais considerações inviabilizam de certa maneira o projeto ocidental iluminista em seu ideal.

Para Ailton Krenak (2020, p. 11) a ideia dos brancos europeus em colonizar o resto do mundo baseava-se na noção de um grupo de seres humanos esclarecidos com a missão de difundir um determinado jeito correto em estar na Terra. O líder indígena questiona “Será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência”? (idem, 2020, p. 11).

É certo que a violência atual pede uma justificativa política que abarque a consolidação de uma vida social que destrói qualquer figura de solidariedade ou alteridade, instituindo o medo do outro como afeto central, e a exploração colonial histórica como regra, como veremos a seguir.

49 NUNES, 2022, p. 101

50 Termo utilizado por Rodrigo Nunes (2022) para descrever os que presenciaram uma ascensão social de primeira ou segunda geração, ou que são herdeiros de famílias que viram sua riqueza encolher: “elas estão permanentemente numa espécie de meio do caminho: consumo elevado, mas a custo de endividamento; diploma universitário, mas sem brilho e em instituições de pouco prestígio; empresa própria, mas nunca operando em margem inteiramente confortável sem recorrer a evasão de impostos e outros expedientes ilegais” (p. 89).

Monopólio da violência: a morte física e simbólica como dinâmica da democracia no capitalismo periférico

As nossas metrópoles são, também elas, cindidas em duas. De um lado, está a minoria privilegiada que busca conservar ad aeternum uma ordem social à sua imagem e semelhança; do outro, amontoados em casebres insalubres, trabalhando cada vez mais e recebendo cada vez menos, estão os condenados da terra de nossos dias. O primeiro destes mundos aplaude o soldado, vê nele seu herói e protetor; o segundo é cauteloso, vê personificado no soldado o regime de opressão e espera o momento certo para agir (FANON, FRANTZ, 2005).

Em sua obra *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (2019) Adorno chega a conclusão que o fascismo não era um episódio isolado durante o período da Segunda Guerra Mundial, ele estava presente em grande parte da população norte-americana da época. O estudioso expõe como o autoritarismo possui relações culturais profundas com a organização socioeconômica do modo capitalista vigente. Ele procura então compreender as contradições psíquicas de seus entrevistados e entrevistadas, que em sua grande maioria não demonstravam abertamente serem pessoas antidemocráticas, mas deixam escapar traços potenciais fascistas suscetíveis à propaganda ideológica autoritária.

Nos resultados desta pesquisa empírica fica evidente que o contexto de preconceito antissemita no país era expressivo, mesmo com a coexistência de uma sociedade considerada democrática. De uma defesa velada, a um estado latente, muitas vezes não consciente, as ações violentas contra minorias desvelam um etnocentrismo que inclusive ultrapassa o antissemitismo.

A racionalidade do autoritário se mostra bastante irracional ao substituir uma reflexão mais profunda por estereótipos e racionalizações recebidas “prontas”. Suas opiniões – emitidas sob formas socialmente aceitas e difundidas que ocultam autoritarismos – seriam compreendidas como modos de afastamento da realidade externa, fruto de certa inacessibilidade às experiências vividas⁵¹.

Se o processo de esclarecimento do ocidente comportou, por exemplo, a ideologia nazista e seus frutos, como demonstra Adorno, para além, sempre autorizou estrategicamente vivências de horror contra aqueles que não fazem parte do “acordo civilizatório”. Nesta perspectiva, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018, p. 21) descreve a figura emblemática de um sistema de *plantation* onde o poder sobre a vida do outro assume forma de comércio. Para ele, o que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” aos povos “civilizados” da Europa.

51 COSTA, 2019, p. 28

No Brasil, o tratamento aos “selvagens” iniciado com a invasão portuguesa, assumiu em seu regime de classes uma dimensão peculiar. Adaptou-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, as tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida, o chamado desenvolvimento do subdesenvolvimento: ele não implica que a economia dependente não possa crescer economicamente, mas sim que, “quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados” (MARINI, 1992, p. 89).

Ou seja, o desenvolvimento de alguns países é resultado precisamente do subdesenvolvimento de outros. Florestan Fernandes (2008, p. 25) explicita nesse sentido que os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos; passaram da antiga Metrópole lusitana para o principal centro de poder do imperialismo econômico nascente

Um exemplo banal é suficiente para esclarecer esse aspecto: o liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra⁵².

Desta maneira, o que foi chamado de “modernização” significava em certo sentido uma “europeização” (expansão de uma sociedade ocidental). Onde uma burguesia que não se identifica com seu país, como é o caso do Brasil, perpetua uma ideologia do colonialismo, construída por meio do pensamento da elite intelectual colonizada (MOURA, 1994).

Todo o arsenal “científico” que vinha da Europa, e tratava de questões como a racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a “última palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado em sua função instrumental. Assim uma das justificativas para o subdesenvolvimento, seria a visão de que as áreas coloniais eram habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não branco que, por esta razão, permanece subdesenvolvido (MOURA, 1994). Qualquer vestígio deste discurso utilizado até hoje como argumento para justificar

52 FERNANDES, 2008, p. 27

a pobreza e o ódio aos pobres nos países classificados como “terceiro mundo” não é coincidência.

Contemporaneamente o modo de ser correspondente a (re)produção das relações sociais burguesas na modernidade, em especial em meio ao processo de mundialização do capital no contexto neoliberal, fortalece e congrega valores de raízes culturais conservadoras e autoritárias, herança de uma história escravocrata e colonial sustentada por um discurso que nega a existência da violência institucionalizada. Essa negativa abarca, dentre tantas outras coisas, a narrativa sobre o fracasso do sistema penitenciário e da justiça penal brasileira, que em realidade evidenciam a funcionalidade da prisão regular: gerir ilegalidades, induzir reincidências, selecionar comportamentos. Enfim, promover um controle social extremamente necessário ao desenvolvimento das relações capitalistas, tendo como principal resposta aos desvios da população essa “instituição de sequestro”, conceito utilizado por Foucault (2009) para se referir à prisão e outras instituições de confinamento. A realidade operacional dos sistemas penais no capitalismo avançado é o genocídio (ZAFFARONI, 1991).

No neoliberalismo latino-americano e mais especificamente no brasileiro, não sendo possível a difusão da produção de subjetividades moldadas por um contexto de pleno emprego, de seguridade social, ou mesmo da assistência, se incentiva a produção de “subjetividades punitivas” que aceitem um poder punitivo cujo marco social tem como signo a morte em massa.

Da mesma maneira, a construção de políticas públicas, serviços e fazeres profissionais pautados em discursos baseados na insegurança e no medo autorizam o Estado de Direito a promover intervenções nos territórios e corpos daqueles considerados inaptos a conviver em sociedade. Sob o verniz de enfrentamento a “problemas sociais” se materializa uma política da matabilidade ancorada na lógica colonial. Neste sentido, a região das “veias abertas” vivencia um processo que desde a vinda dos europeus transforma tudo em capital: sua população, suas riquezas, seus recursos naturais, a fim de beneficiar os países centrais. Toma-se a violência e em seu extremo o extermínio, como uma prática baseada na visão de um “outro” que traduz a diferença, mas não qualquer diferença, a “má diferença” (MORAES, 2020), é preciso se proteger daquele cujo a humanidade é questionada, como explica Eduardo Galeano

Num mundo que prefere a segurança a justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança. Nas ruas das cidades são celebradas cerimônias. Cada vez que um delinquente cai varado de balas, a sociedade sente um alívio na doença que a atormenta. A morte de cada mal vivente surte efeitos farmacêuticos sobre os bem viventes. A palavra farmácia vem de *phármakos*, o nome que os Gregos davam as vítimas humanas nos sacrifícios oferecidos aos deuses nos tempos de crises⁵³.

Marilena Chaui, em seu texto *Pela graça de Deus* (2021), segue a mesma lógica, e considera o *autoritarismo social* a origem e forma da violência no Brasil. Situação que é ampliada e agravada pelo atual contexto político considerando o apequenamento do espaço público e a ampliação do espaço privado, no qual os interesses do mercado são as justificativas suficientes para o desvio do fundo público destinado à garantia aos direitos sociais. Nesse processo os direitos passam a ser privatizados e transformados em serviços vendidos e comprados no mercado, aumentando exponencialmente a divisão social e a desigualdade das classes sociais.

A violência congrega uma imagem unificada que exclui as instituições políticas e suas origens – a definição de violência surge para justificar a própria violência – e se inverte a lógica: violentos são aqueles que se colocam em situação “de risco”, que não tem uma ação razoável, ou são fontes de inseguranças sociais. Não só isso: as famílias e os jovens pobres e negros são desqualificados como potenciais cidadãos por uma lógica moral, mas também por um viés economicista e individualista: pela perspectiva do capital humano. Interessa, desta maneira, uma família que tenha renda suficiente para formar filhos e filhas com competências e habilidades para o mercado

Observa como os excluídos no atual estágio do capitalismo vivem uma “exceção de fato” que geralmente não foi decretada através do direito, em que a “exceção é norma”. Sobre suas vidas atua um Estado de exceção de Ihe nega os chamados “direitos fundamentais” para a existência de uma vida digna, condenando suas vidas a uma sobrevivência indigna que quase sempre culmina na morte, seja diretamente, ou por exposição ao risco de morte. Talvez essa não decretação jurídica do estado de exceção de fato, seja o ponto nodal para entendermos a razão de sempre se negar os horrores dos massacres, extermínios e genocídios vivenciados nas “democracias” capitalistas ocidentais, principalmente as latino-americanas, e sempre associarmos essas tragédias com os estados totalitários da Europa ou com as ditaduras passadas⁵⁴.

Por este ângulo, a filósofa francesa Elsa Dorlin (2020, p. 159), defensora da ação feminista direta e da guerrilha urbana, crê ser indispensável compreender que a exigência da igualdade civil e cívica não pode ser dirigida pacificamente ao Estado capitalista, sendo ele a primeira instância a institucionalizar a injustiça social. Colocar-se sob a sua proteção é ignorar que ele sustenta os dispositivos que torna parte da população vulnerável, ao mesmo passo que arma as instituições que golpeiam esses sujeitos e sujeitas. Assim como Chaui, a autora considera que o conceito de paz pregado por aqueles que defendem a ordem vigente, nada mais é que o escamoteamento da contradição e dos conflitos existentes.

54 MORAES, 2019, p. 162.

Considerações finais

*Em outras palavras, só uma paixão pode combater outra paixão
(Marilena Chaui, 2011)*

Conclui-se que a racionalidade instrumental age no sentido de gerenciar o modelo de Estado neoliberal em suas “legibilidades técnicas”. Esse conjunto de racionalidades faz com que todo o horror das violências, moralizações, disciplinamentos, encarceramentos em massa e mortes tidas como naturais justifiquem e legitimem os chamados “efeitos colaterais” de um processo que em solo brasileiro significa o extermínio de grande parte de sua população.

As políticas de austeridades implantadas, a redução do Estado com caráter social, a financeirização da economia, o endividamento generalizado da população e a ideia de uma luta de todos contra todos participam de um contexto em que a produção de pobreza e desigualdade aumenta consideravelmente, ao mesmo tempo em que se sustentam tais intervenções por meio da compreensão de que esta é a única maneira possível de viver no mundo. Esta narrativa construída tem como uma de suas consequências as “políticas de morte” físicas e simbólicas amparadas em uma concepção colonial e fantasiosa de sociedade, mesmo com a existência de direitos “garantidos formalmente”. Aí está a contradição não tão contraditória, o fato de preceitos fascistas sobreviverem em harmonia nas democracias ocidentais em lugar de serem inimigos em potencial.

Destaca-se que as sociedades lançam mão mais ferozmente dessas ferramentas disponíveis em seu arsenal na medida em que há uma instabilidade social; neste sentido, a construção de estereótipos passa a ser a estratégia de coesão programada. A intenção é manter o “acordo” de uma estrutura social que favorece uma pequena parcela da população ao passo que garante pequenos privilégios a outra parcela. Apela-se para um discurso científico que estabelece critérios para avaliar os indivíduos – se são saudáveis, capazes de se adaptar, e até mesmo se são normais – assim, além das mercadorias no sentido marxiano da categoria, as subjetividades viram também mercadorias a serem comercializadas.

Entende-se que atualmente a “utopia real” consiste na grande recusa desse sistema de normas, valores e práticas que mercantilizam todas as dimensões da vida. Encarar esse estado de coisas e dar um passo adiante institui-se como tarefa do tempo presente. Quando se trata de convicções, pode-se afirmar que as pessoas não assumem necessariamente um pacote completo, as contradições estão presentes, os interesses, desejos, valores e ações não são necessariamente constantes ou coerentes. Para Adorno com o estímulo certo qualquer sociedade pode ser fascista, contudo, pode igualmente caminhar no sentido oposto, sendo necessário saber diferenciar a liberdade do capital de uma liberdade que vise a emancipação humana. Deste modo, é necessário

pensar a saída com mediações que trabalhem as subjetividades atuais de um capitalismo como *ethos*, assim como a desmistificação da ideia de solidariedade como fraqueza.

No fim existe a importância de se cultivar o trabalho com o pensamento, de deixar-se afetar pelos desassossegos deste tempo, que em nada tem a ver com um universo isolado e individual e sim com o estado vivido no encontro dos corpos com outros corpos, com a diferença que arranca os sujeitos de si mesmos e os torna capaz de observar o outro com alteridade.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: fabricando cidadãos felizes**. São Paulo: Ubu, 2022.

CHAUI, Marilena. **Pela graça de Deus**. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/pela-graca-de-deus/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Apresentação à edição brasileira. In: ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019. p. 13-28.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa: uma filosofia da violência**. São Paulo: Ubu, 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, p. 01-24, dez. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 133.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOUREIRO, Isabel. Em busca do futuro perdido: a tarefa política da nova geração. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 59, p. 389-396, dez. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista*. São Paulo: Ubu, 2021.

MORAES, Rômulo Fonseca. *O Extermínio da juventude negra: uma análise sobre os “discursos que matam”*. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliiana Feix. *O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina*. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: Universitária Ufpe, 2010. p. 35-67.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. 1994. Disponível em <<http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>>. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

NEVES, Antonio; ISMERIM, Augusto; COSTA, Fabricio Donizete da; SANTOS, Luckas Reis Pedroso dos; SENHORINI, Mario; BEER, Paulo; BAZZO, Renata; COELHO, Sonia Pitta; CARNIZELO, Viviane Cristina Rodrigues; SILVA JUNIOR, Nelson da. *A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si*. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 125-177.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e o mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.

SAFATLE, Vladimir. *A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral*. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 17-46.

SOARES, Suamy R. *A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas Mulheres: um debate a ser repensado*. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 5., 2011, São Luiz. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/A_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_AS_POLITICAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em: 08 abr. 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Revan, 1991.

NOTAS SOBRE *WHITEMAN*: O INDIVÍDUO AUTORITÁRIO NO TRAÇO DE ROBERT CRUMB

*Felipe Serafim Vieira*⁵⁵

Resumo

Estas notas foram pensadas como uma análise da personalidade autoritária por meio da história de Whiteman, do quadrinista Robert Crumb. A história de Whiteman, escrita e desenhada por Crumb, demonstra vários dos aspectos anteriormente já teorizados por Theodor Adorno, quando este se debruça sobre a questão da formação danificada do indivíduo no capitalismo tardio. Temas clássicos dos estudos adornianos são abordados brevemente como o significado de sociedade falsa, a dinâmica entre necessidade e satisfação, bem como a formação do preconceito.

Palavras-chave: Adorno; Crumb; indivíduo; personalidade autoritária; teoria crítica

NOTES ON WHITEMAN: THE AUTHORITARIAN INDIVIDUAL BY ROBERT CRUMB

Abstract

These notes are intended as an analysis of authoritarian personality through the story of Whiteman, by comic book artist Robert Crumb. The story of Whiteman, written and drawn by Crumb, demonstrate many of the previously aspects already theorized by Theodor Adorno, when he focuses on the question of the damaged formation of the individual

55 Mestrando em Filosofia do PGFILOS/UFPR na área de Teoria Crítica, com ênfase em estética e política, atuando principalmente nos seguintes temas: Adorno, Benjamin, Paulo Arantes, Teoria crítica da arquitetura e Filosofia política. Integrante do Grupo 'Política na Era da Emergência'. E-mail: felipesfvieira@gmail.com

in late capitalism. Classic themes of Adornian studies are briefly addressed, such as the meaning of false society, the dynamics between need and satisfaction, as well as the formation of prejudice.

Keywords: Adorno; Crumb; individual; authoritarian personality; critical theory

*In all congested areas
bodies wander about
with something to do.
Behind the thinker's brow
revolutionizing plans.
They concern elections lists,
extra-marital opportunities,
wig shops.*

Enzensberger, *Rush-hour Traffic*

Já era depois do fim do mundo, mas o cartunista Robert Crumb coloca em seu quadrinho *Whiteman* (1971) o subtítulo “Uma história sobre a civilização em crise”. Civilização, se seguirmos a tradição dialética, já é barbárie e, se está em crise, significa possibilidade de abertura, alternativas de pensamento para sua resolução, ou ainda, horizonte de expectativa desbloqueado. A América de Crumb não parece se aproximar dessas acepções. De notável misantropia, o quadrinista *underground* americano mostra por vezes uma inclinação conservadora no sentido em que faz uma crítica demolidora do progresso moderno, mas que de fundo quer uma volta ao passado como utopia retrospectiva. Isso para dizer que esse subtítulo “civilização em crise” tenha sido colocado com certa dose de cinismo, tendo em vista a forma pelo qual aquela sociedade era retratada em seus quadrinhos.

Quanto ao “herói” da história em questão, *Whiteman*, vemos o esforço de Crumb para pintar o retrato do típico homem branco da classe média nos Estados Unidos do pós-guerra. *Whiteman* carrega em si certa dose de ressentimento: “Eu tentei! Deus sabe que eu tentei” ele diz enquanto faz uma expressão de angústia ao caminhar pela cidade grande e movimentada. Mas, de certa forma, *Whiteman* ainda compra certa esperança vendida em lata, já que “*Whiteman* sempre mantém o cabelo arrumado” e “*Whiteman* usa desodorante proteção 24 horas”. No entanto, se trata apenas de aparência. Num dos quadrinhos vemos nosso “herói” babando, olhos arregalados, cabelo desarrumado, revelando o que é que ele quer no final das contas: “Sexo! Sou tão viril! Eu leio playboy! Sou fodão!”. A astúcia de Crumb está em mostrar ao leitor que mesmo essa sociedade da abundância de mercadorias, usadas como contentores de pulsões destrutivas contra essa mesma sociedade, no seu limite, quando se trata de sua mercadoria mais bem-acabada - *Whiteman*, o indivíduo massificado - ela não consegue cumprir com o que oferece. Em outras palavras: estelionato social.

“Preciso manter o controle... sou um homem maduro! Um adulto inteligente! Com responsabilidades!”. Whiteman é um indivíduo que poderíamos dizer ser “bem ajustado”. Ele não aparenta ter sofrimento, ele conhece seus deveres e o faz tendo um norte concreto: “Sou um AMERICANO!” e continua “um cidadão dos ESTADOS UNIDOS!”. Essas duas falas encontram-se em quadros diferentes. No primeiro o plano de fundo apresenta a Casa Branca junto de uma bandeira dos Estados Unidos, já no segundo vemos casas típicas de um bairro residencial de classe média, mas com caças sobrevoando-as; em ambos os quadros nosso herói tem um semblante altivo, confiante. O cenário proporcionado pelo seu país natal é o que lhe dá o sustento para tal semblante. Mas não se trata apenas de feições, Crumb também marca o fim de todas as suas falas com um ponto de exclamação. Tudo o que Whiteman fala é testamental.

Breve *detour*: Um exemplo distante pode nos ajudar a contrastar essa posição – mesmo que ela já seja apresentada por Crumb de forma a ser ridicularizada – e ele vem de um desenho de Paul Klee chamado “Também ‘ELE’ um Ditador”⁵⁶. Exibido na exposição “Equilíbrio instável”, no CCBB de São Paulo, em 2019, a figura nariguda, calva, de barba grossa que compõe com o largo dorso um corpo que quase não dá espaço às pernas, aponta com um braço esguio para uma exclamação. O gesto com o dedo indicador para baixo é daquele de quem manda. Daquele que mesmo sem dizer uma palavra poderia impor sua ordem fazendo prevalecer sua vontade. “Faça! Ande! Espere!” Os verbos no imperativo fazem de sua fala um ritmo de *staccato*, isto é, a articulação entre o que vem antes e depois é precária⁵⁷, ele faz da sua linguagem um meio sem fim. O ditador de Klee não abre margem para questionamentos, não concede tempo para o exercício do pensamento, não projeta a longo prazo (ELE sabe que suas exigências são poderosas, mas também sabe que tem fôlego curto). ELE, o ditador de Klee, só o que faz é acumular ruínas, seu poder é maior assim. “Menos Proust, mais engenheiros!” poderia ser uma fala emprestada à ELE.

É oportuno lembrar o curioso texto de Adorno intitulado “Sinais de pontuação”, onde ensaia possíveis significados literários para pontuação textual para além de seu caráter técnico. Sobre a exclamação, Adorno a associa ao sinal vermelho de trânsito e, em outro momento, a associação é feita com a música: “Pontos de exclamação são como silenciosos golpes de pratos”. Adiante, ele dedica um fragmento exclusivo para exclamação:

56 Auch “ER” Dictator, 1933, Lápis sobre papel cartão, Berna – Suíça, Zentrurn Paul Klee.

57 Faça o desígnio de “precária” pois é necessário se atentar para a dinâmica (volume), em termos musicais, isto é, haveria uma linha de continuidade da articulação entre as notas ao redor do volume. O que ocorre em *staccato* é uma interrupção de som, mas há continuidade no sentido harmônico, e na articulação haveria uma continuidade da dinâmica. Feita tal ressalva, não vejo prejuízo no sentido metafórico empregado.

A essência histórica dos sinais de pontuação vem à luz no modo como, neles, o que se torna obsoleto é justamente o que um dia foi moderno. Pontos de exclamação tornaram-se insuportáveis como gestos de autoridade, com os quais o escritor pretende introduzir, de fora, uma ênfase que a própria coisa não é capaz de exercer [...]. Os pontos de exclamação, porém, degeneraram em usurpadores de autoridade, asserções de importância.⁵⁸

A partir desse trecho vemos como a exclamação, ou o gesto exclamatório, busca emprestar uma força que aquele que o enuncia não tem. Negativamente, podemos pensar, é índice de fraqueza. No desenho de Klee as pernas diminutas do Ditador representam sua frágil sustentação àquilo que seu gesto pretende aludir e, adiante, veremos como o traço de Crumb faz o mesmo, ao seu modo.

Whiteman tem o ditador de Klee dentro de si. No entanto, esse impulso imperativo vacila, afinal, o ditador é grande e pequeno ao mesmo tempo. Nos quadros seguintes o vemos falando coisas do tipo: “Preciso manter esta postura rígida ou tudo está perdido!” e mais adiante “Ufa! É uma tarefa pesada! Pode crer! Me dá dor de cabeça! Meus intestinos se recusam a funcionar... as entranhas pegam fogo... indigestão... azia...”. A estabilidade mental exigida para a postura do Whiteman lhe confere sofrimento físico; o valor a se pagar pela sua inscrição na sociedade é muito alto. Quando chega o momento de se impor diante de uma mulher que ele acha bonita, Whiteman fraqueja⁵⁹: “Não é à toa que meus nervos estão em frangalhos! Acho que vou voltar pro carro. Eu tentei... Deus sabe que eu tentei...” Nesse momento sua altivez vai embora; aquilo que a sociedade lhe prometeu ele, enquanto indivíduo, não consegue cumprir, disso decorre seu sofrimento, seu desalinho.

Foi possível observar, anteriormente, como aquilo que Whiteman realmente queria era sexo, agora, com sua mudança de postura, ele nos revela algo ainda mais enfático: ele quer matar. Em meio ao trânsito infernal da cidade grande (buzinas, xingamentos, motores barulhentos compõe o cenário), carregado de frustrações, já que as carências impostas à ele têm uma meta impossível de ser atingida, Whiteman fala da vontade de matar como uma paixão proibida, horrível e impensável: “Destruir. Cortar, Fatiar. Mutilar.” No cenário do engarrafamento

58 ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012.

59 Uma série de mediações seriam necessárias para associar a construção do personagem de Crumb e a personalidade autoritária no Brasil em 2022, mas de forma estrutural não é difícil traçar um paralelo, ao menos nesse ponto, entre Whiteman e o Presidente Bolsonaro que, em discurso de campanha no feriado da Independência do Brasil puxa o coro de “Imbrochável! Imbrochável! Imbrochável!” referindo-se a si mesmo diante da massa, mas, ao mesmo tempo, além de já ter admitido, em entrevista à Revista Playboy no ano de 2011 que brochou, sua atual esposa, Michelle Bolsonaro, falou como desejava que seu marido tivesse mais “energia dentro de casa”, bem como o “personagem” que ele encarna em público. Entre o indivíduo como Whiteman e o homem que ocupa o maior cargo do poder executivo do Brasil há uma imensidão, mas sua identificação com o fato de se demonstrar forte e fraco ao mesmo tempo é relevante ao pensar no tipo de avaria que seu aparelho psíquico passa para pode se ajustar.

essa sua atitude ganha contornos ainda mais dramáticos, sobretudo pensando na forma que Adorno pensa o indivíduo dessa sociedade americana: enquanto mônada:

É na perseguição dos interesses absolutamente particulares de cada indivíduo que se pode estudar com a maior exatidão possível a essência do coletivo na sociedade falsa, e pouco falta para que se tenha de conceber, desde o começo a organização dos impulsos divergentes, sob o primado de um Eu ajustado ao princípio de realidade [...]. Basta observar uma vez essas emoções, pelas quais o indivíduo se afirma energicamente contra o ambiente em que se insere, por exemplo, a cólera. O encolerizado aparece sempre como o chefe de quadrilha de si mesmo, que dá a seu inconsciente a ordem de cair de pancadas e em cujos olhos brilha a satisfação de falar pelos muitos que ele próprio é. Quanto mais alguém toma para si o partido da agressão, tanto mais perfeitamente representa o princípio repressivo da sociedade. Nesse sentido, mais talvez do que em qualquer outro, é válida a afirmação de que o mais individual é o mais universal.⁶⁰

O trecho acima foi extraído do aforisma intitulado *Plurale tantum*, expressão latina para se referir aos substantivos que se encontram apenas no plural (núpcias, óculos, etc.); a astúcia de Adorno ao escolher esse título é mostrar como o indivíduo encolerizado – que poderia muito bem ser o personagem de Crumb – não é um caso isolado, ele só é possível se forem muitos⁶¹. O Eu ajustado ao princípio de realidade não deveria, em si, representar um problema para Adorno, mas essa realidade é a da sociedade falsa, isto é, aquela que gera um curto-circuito entre necessidade e satisfação entre seus indivíduos. Como essa sociedade falsa também se impõe como totalidade (falsa), ela sempre deixará algo escapar, algum tipo de resto, suas patologias, ou, como é colocado acima, na forma de impulsos divergentes. É por essa via (engarrafada) que Whiteman revela o índice do falso na sociedade. Sua cólera é a demonstração do tipo de constituição subjetiva funcional dessa sociedade, funcionalidade baseada no sacrifício do indivíduo em nome de sua sobrevivência enquanto massificado, por isso nunca pode ser apenas um, seu desenvolvimento é sistêmico.

Vamos voltar para o nosso herói, Whiteman, e ver como é o desfecho de sua história. Com uma aparente quebra de expectativa,

60 Ibidem. **Minima Moralia: Reflexões a partir da vida danificada**; Trad. L. E. Bicca. – 2ª Ed. - São Paulo: Editora Ática, 1993.

61 O argumento desenvolvido por Adorno, o de que esse indivíduo não pode ser um caso isolado, ou seja, um louco ou burro, é retomado em sua palestra de 1967 *Aspectos do novo radicalismo de direita*, onde afirma que essas acusações – de loucura e burrice – não passam de velhos argumentos liberais que procuram encontrar déficits de racionalidade e de cognição, isto é, querem dizer que esse indivíduo é um desajustado, enquanto que o argumento adorniano demonstra como as tendências concretas do desenvolvimento capitalista é que o geram racionalmente. Em resumo: o argumento que faz acusações de irracionalidade não passa de um “consolo quietista burguês” (ADORNO, 2020, p. 50).

Whiteman não leva às últimas consequências seu desejo de assassinio. Ele é um indivíduo da sociedade totalmente administrada, afinal. O consumo desloca seus impulsos. Ele toma uns tragos, sente-se feliz, pensa em voltar para casa assistir o jornal da noite para finalizar seu dia. No meio do caminho ele é interrompido; alguns garotos, todos negros, o interpelam na rua. Nosso herói agora nos revela algo ainda pior que seus impulsos descontrolados por sexo e sangue, ele agora demonstra medo: “Não posso suportar... e se alguém me vir neste estado? Neste estado de MEDO!” ele confessa. Mas os garotos não vêm para assaltá-lo ou lhe desferir pancadas, eles até o acoçam, mas explicam que estão indo ao desfile e que Whiteman é como qualquer um deles, ele é, afinal, “um produto legítimo da Grande Depressão”, um estropiado. Sua história termina com o questionamento de se deve ou não se juntar ao desfile, mas sem nenhuma certeza: “Ah, quem sabe um dia!”.

Lembremos que a questão sobre o medo é central para Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, no sentido de que o projeto do esclarecimento é também um projeto para se livrar do medo. Partindo de um projeto antropológico mais amplo – do qual seu desenvolvimento extrapola os limites do presente artigo – em que a mera possibilidade de inscrição dos indivíduos no social depende de seu próprio sacrifício enquanto indivíduo, já que a norma geral desse social é a possibilidade de ser equivalente a tudo e a todos de acordo com grandezas abstratas, faz dele algo débil, enrijecido, avariado como se fosse mais uma peça da maquinaria. O sofrimento desse indivíduo não se restringe ao âmbito fisiológico. Também o psicológico – não à toa o recurso à psicanálise freudiana é oportuno, já que fala em um *aparelho psíquico* – é submetido à essa regra de trocas universais (notoriamente é a teoria do valor de Marx que está em operação) quando a expressão *Taylorismus des Geistes*, um taylorismo do espírito, é usada para designar uma homogeneização da atividade intelectual (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 199).

Mas o que esse sacrifício e esse sofrimento imposto ao indivíduo têm que ver com a questão sobre o medo? Ora, a forma como se lida com o medo na sociedade é o passo seguinte a ser pensado após a inscrição social, isto é, baliza a manutenção do indivíduo vivendo em sociedade. A contribuição específica contida na *Dialética do Esclarecimento*, bem como na *Minima Moralia* de Adorno, é que o medo não é encarado apenas na sua dimensão afetiva, mas na sua dimensão moral. Em princípio, medo é medo diante do desconhecido, do infamiliar, e, num sistema capitalista que reduz tudo ao seu valor de troca, isto é, sua capacidade de ser intercambiável por valores abstratos, esse problema estaria resolvido, já que a possibilidade de ser trocado inclui a capacidade de ser reconhecido – ao menos no âmbito da troca. Mas como essa imposição de totalidade pela universalização da troca é ainda ideologia, sua subsunção total é irrestrita sobre a realidade não é possível, ela deixa restos. No que concerne ao indivíduo (avariado, danificado, de pensamento enrijecido pelo alto custo que foi se inscrever socialmente) sua manutenção nesse sistema se torna problemática.

“A inteligência é uma categoria moral” (ADORNO, 1993, p. 173). Apesar do procedimento dialético de pensamento ter algo de sacrificial⁶², tendo em vista seu primado do objeto, a capacidade de julgar é capacidade de se afastar dessa existência que danifica os indivíduos, isto é, dá margem para inteligência se afastar do já conhecido, justamente aquilo que está enlaçado pelo supereu formado pelo social. Portanto, a moralidade dessa vida falsa, nos termos de Adorno, isto é, sua organização taylorista que soçobra qualquer possibilidade de autonomia, pode ser combatida pela inteligência, de modo que:

Contra a cisão do pensamento não adianta a síntese dos departamentos psíquicos tornados estranhos uns aos outros, nem a mistura terapêutica da *ratio* com fermentos irracionais, mas a auto-reflexão sobre o elemento de desejo que, de maneira anti-tética, constitui o pensamento enquanto pensamento.⁶³

Adorno conclui esse aforismo apontando que a tarefa do pensamento é a dissolução do modo puro desse desejo, ou seja, destituído da ideologia como apontada acima. Dito de outra maneira: há um caráter coercitivo na continuidade dessa ideologia e quebrar com ele é uma tarefa moral da inteligência que precisa vencer o medo. A falha dessa tentativa é o que vemos acontecendo com Whiteman. Voltemos para sua saga.

Omitimos propositadamente uma fala de Whiteman, logo no início da história, mas que é de suma importância para abordarmos uma preocupação adorniana relativa aos assuntos dos *Estudos sobre a personalidade autoritária*, embora ela se encontre mais explicitamente em seu texto (originalmente uma palestra apresentada nos Estados Unidos) chamada *Liderança democrática e manipulação de massas* (1951), um dos poucos trabalhos de Adorno originalmente em inglês e que visava, justamente, apresentar alguns pontos do grande livro escrito em conjunto com os pesquisadores de Columbia. Com efeito, a fala anteriormente omitida se encontra assim: “Acho que definitivamente preciso de algum tipo de tratamento!”. Apesar desse lapso de consciência, o que vimos ao longo de sua história foram as frustrações consequentes de postura diante das exigências da sociedade. Whiteman não é do tipo que vai ao analista.

De acordo com Adorno, o herói de Crumb seria portador de uma síndrome de caráter, sua dificuldade de tratamento reside justamente no fato de que seus portadores são avessos à busca de se tratamento:

[...] essas pessoas têm de defender seu próprio preconceito, dado que ele satisfaz numerosas funções, que variam desde uma pseudointelectual, o fornecimento de fórmulas fáceis e

62 Cf. Felipe Catalani, *Filosofia moral no mundo do pós-guerra: estudo sobre Adorno*. Dissertação de mestrado, USP, 2019. p. 136-137.

63 ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: Reflexões a partir da vida danificada*; Trad. L. E. Bicca. – 2ª Ed. - São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 174

uniformes para a explicação de todo o mal que existe no mundo, até a criação de um objeto para catexa negativa, de um catalisador da agressividade. [...] não parece provável que elas vão se emancipar de uma fixação em satisfazer esse objetivo que é determinada pela estrutura interna de sua personalidade, muito mais do que por esse objetivo.⁶⁴

A postura colérica, de início, e preconceituosa, ao final, são para Whiteman uma forma de estar em pé de igualdade com o princípio de realidade. O problema está em que, justamente, por ser *Plurare tantum*, que essa postura costura a base de apoio ao autoritarismo fascista na sociedade.

Vale dizer que, num raro momento propositivo de Adorno, ele ensaia uma possibilidade de transformação a partir desse indivíduo portador da síndrome de caráter. De acordo com o frankfurtiano a estrutura do preconceito nunca é apenas preconceito em si, mas sempre preconceito de algo. Seria, portanto, uma questão de deslocar o alvo do preconceito para que a alteração substancial ocorresse:

O mecanismo projetivo ao qual o indivíduo se encontra sujeito pode ser desviado de acordo com o princípio da menor resistência e as oportunidades oferecidas pela situação em que ele se encontra. [...] Dizemos apenas que a casualidade, arbitrariedade e debilidade do objeto escolhido *per se* podem ser transformadas em uma força com a qual se poderia fazer que esses sujeitos de mente antisemita duvidassem de sua própria ideologia. Quando eles aprenderem que quem eles odeiam é menos importante do que o fato de que eles odeiam alguma coisa, seus egos poderiam deixar de lado o ódio e, por aí, poderia ser que a intensidade de sua agressividade diminuísse. Nossa intenção é usar a mobilidade do preconceito para dominá-lo.⁶⁵

De certa forma, vimos um vislumbre disso no desfecho da história de Whiteman. Seu desejo de matar poderia ser consumado com algum daqueles garotos negros que o abordaram, mas eles o fazem se deslocar de posição, isto é, Whiteman reconhece que, ao fim e ao cabo, talvez não faça sentido manter sua postura naquela sociedade. É certo que Crumb para por aí, é possível que uma continuação onde seu herói se torna um indignado com o sistema e descobre como é a estruturação daquela sociedade que o condena ao sofrimento psíquico inevitável, soasse um clichê moralista que não é bem do seu feitio. Mas é justamente nessa sua *minima moralia* – a de Crumb, não a de Adorno – que reside uma possibilidade de abertura. O “desfile” que os garotos negros anunciam para Whiteman é um possível momento de inversão de poderes, destituição de valores estabelecidos, o momento de ver a banda passar.

64 Idem. Ibidem. https://aterraedonda.com.br/lideranca-democratica-e-manipulacao-de-massas/?no_cache=1&fbclid=IwAR2s_QkYwxuYXlaO5Q4O6pKz03q5Dis9sbv9sPGzLLPgL8dA6CV4B6oP100

65 Idem. Ibidem.

Referências

ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

_____. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

_____. **Gesammelte Schriften in 20 Bd.** Frankfurt am Main: Surhkamp, 1997.

_____. “Liderança democrática e manipulação de massas”. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/lideranca-democratica-e-manipulacao-de-massas/?no_cache=1&fbclid=IwAR2s_QkYwxuYXlaO5Q4O6pKz03qsDis9sbv9sPGzLLPgL8dA6CV4B6oP1oo>. Acesso em: 30 de julho de 2022

_____. “Sinais de pontuação” in **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012.

_____. **Minima Moralia: Reflexões a partir da vida danificada**; Trad. L. E. Bicca. - 2ª Ed. - São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BERGAMO, Monica. **Bolsonaro disse à Playboy que já ‘brochou’**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/09/bolsonaro-disse-a-playboy-que-ja-brochou.shtml>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020

CATALANI, Felipe. **Filosofia moral no mundo do pós-guerra: estudo sobre Adorno**. Dissertação de mestrado, USP, 2019.

CRUMB, Robert. “Whiteman” in **América**. São Paulo: Conrad, 2010

SERVIDÃO DA VIOLÊNCIA: ENSAIO SOBRE O VERDE- AMARELISMO E A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA

*Matheus Scartezini Pedrini*⁶⁶

Resumo

Conquanto sucinto, o presente ensaio articula cinco momentos, cada qual correspondendo progressivamente ao que chamamos de servidão da violência. Partimos de uma contraleitura do conto de ficção científica de Le Guin, o que nos leva à servidão voluntária em La Boétie, permitindo situar o autoritarismo social (e sua história) no Brasil com Chaui, em seguida, passando à propagação do autoritarismo através de Adorno e, concluindo, a denúncia do presente autoritário (presente governo Bolsonaro) que busca uma próxima violência (futuro governo Bolsonaro?).

Palavras-chave: Servidão, Violência, Verde-amarelismo, Personalidade autoritária

SERVITUDE OF VIOLENCE: ESSAY ON GREEN-YELLOWRISM AND AUTHORITARIAN PERSONALITY

Abstract

Although succinct, this essay articulates five moments, each one progressively corresponding to what we call the servitude of violence. We start from a counter-reading of Le Guin's science fiction tale, which

66 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista PIBID – Programa de Iniciação à Docência UFPR. E-mail: matep36o@gmail.com

leads us to voluntary servitude in La Boétie, allowing us to situate social authoritarianism (and its history) in Brazil with Chauí, then moving on to the spread of authoritarianism through Adorno and, in conclusion, the denunciation of the present authoritarian (present Bolsonaro government) who seeks a next violence (future Bolsonaro government?).

Keywords: Servitude, Violence, Green-yellowism, Authoritarian personality

Aqueles que ficam

“Eu o inventei com ardor. Serás meu primeiro leitor, isto é, ouvinte. De fato, por que o autor haveria de perder um ouvinte, nem que ele fosse o único? — riu Ivan. — Falo ou não?” (DOSTOIEVSKI, 2012, p. 341) — pergunta Ivan, d’*Os Irmãos Karamazov* (1879) de Dostoiévski, a seu irmão Aliócha, sobre o poema que escreveu⁶⁷, depois de já ter contado uma pequena história, que, por sua vez, contribuiu na inspiração do conto *Aqueles que se afastam de Omelas* (1976)⁶⁸, da autora norte-americana de ficção científica Ursula K. Le Guin, o qual desenvolve-se em três momentos.

No primeiro momento, há a apresentação da cidade de Omelas, qual seja: uma cidade aparentemente mais-que-utópica, funcionando como uma cidade perfeita em paz perpétua. Não há problemas em Omelas, de qualquer tipo que seja. *Tudo funciona, na mais alta felicidade e perfeição*. E tudo está tão bem que, no Festival de Verão de Omelas, todas as pessoas da cidade — velhos, jovens, mulheres, homens, crianças, e até mesmo cavalos — se reúnem em júbilo do *bem-estar social absoluto*, uma verdadeira harmonia cosmopolita. A descrição da cidade feita pela autora, demasiada exultante, torna claro a própria indescritibilidade dessa mesma harmonia. A trilha sonora dessa primeira parte do conto, se houvesse uma, repetiria em *looping* a *Morning Mood* de Edvard Grieg, como uma eterna manhã feliz, sonho kantiano, alegria cotidiana.

Tomando uma envergadura de quatro páginas no conto (mais da metade de sua extensão), a eloquente descrição culmina na felicidade das pessoas de Omelas como efetividade de uma pretensa perfeição. Qual é a obscuridade que engendra essa utopia? Como poderia haver uma *felicidade total* sem nenhuma suspeita de algo estranho? Seria ela mesma a expressão do sucesso de uma autarquia comunitária, expurgação de todos os tipos de males possíveis? Ou mesmo, então, haveria alguma figura, como um rei ou um governante, que teria instaurado esse estado de felicidade e paz perpétua?

67 O poema em questão, que bordejia esse ensaio, é *O Grande Inquisidor*, quinto capítulo d’*Os Irmãos Karamazov*.

68 A tradução do texto de Le Guin feita por nós neste ensaio é inteiramente de nossa responsabilidade.

Mas não havia rei. Eles não usavam espadas nem mantinham escravos. Eles não eram bárbaros. Eu não conheço as regras e leis de sua sociedade, mas suspeito que elas eram singularmente poucas. Da mesma maneira como conseguiram sem monarquia e sem escravidão, também o fizeram sem a bolsa de valores, o anúncio, a polícia secreta e a bomba⁶⁹.

Pois o povo de Omelas é, sobretudo, um povo feliz. Tão feliz a ponto de contagiar a própria narração, que não escapa ilesa: “Ó maravilha! Mas eu gostaria de poder descrevê-la melhor. Eu gostaria de poder te convencer.” (*Ibid.*)⁷⁰. Nenhum carro, avião ou trem: é devido à felicidade que não havia nem mesmo *necessidade* da tecnologia (sendo a felicidade a própria tecnologia): “[f]elicidade se baseia em um discernimento justo entre aquilo que é necessário, aquilo que não é nem necessário e nem destrutivo, e aquilo que é destrutivo” (LE GUIN, 2017, p. 7)⁷¹. Mas então o que seria necessário nessa cidade como fundamento dessa felicidade?

Uma satisfação generosa e sem fim, um triunfo magnânimo sentido, não contra algum inimigo externo, mas em comunhão com o melhor e mais justo nas almas de todos os homens em toda parte e com o esplendor do verão do mundo: isso é o que incha os corações do povo de Omelas, e a vitória que eles comemoram é a da vida⁷².

À base do uso de qual combustível vive, para falar como Chakrabarty (2013), em permanente expansão, a felicidade de Omelas? Estaríamos diante da descrição de uma sociedade na qual *a violência* efetivamente e afetivamente *não existe*, nem sendo mesmo concebível? “Você acredita? Você aceita o festival, a cidade, a alegria? Não? Então deixe-me descrever mais uma coisa” (LE GUIN, 2017, p. 8)⁷³. *In situ*, o segundo momento do conto opera brutalmente uma virada que responde nossa primeira questão, justamente ao negar a segunda.

“Em um porão debaixo de um dos belos edifícios públicos de Omelas, ou talvez na adega de uma de suas espaçosas residências,

69 LE GUIN, 2017, p. 6. No original: “But there was no king. They did not use swords, or keep slaves. They were not barbarians. I do not know the rules and laws of their society, but I suspect that they were singularly few. As they did without monarchy and slavery, so they also got on without the stock exchange, the advertisement, the secret police, and the bomb”.

70 “O miracle! but I wish I could describe it better. I wish I could convince you”.

71 “Happiness is based on a just discrimination of what is necessary, what is neither necessary nor destructive, and what is destructive”.

72 LE GUIN, 2017, p. 8. No original: A boundless and generous contentment, a magnanimous triumph felt not against some outer enemy but in communion with the finest and fairest in the souls of all men everywhere and the splendour of the world’s summer: this is what swells the hearts of the people of Omelas, and the victory they celebrate is that of life.

73 [Do you believe? Do you accept the festival, the city, the joy? No? Then let me describe one more thing].

existe um quarto. Tem uma porta trancada, e nenhuma janela” (*ibid.*)⁷⁴. Nesse minúsculo quarto escuro, “um mero armário de vassouras ou sala de ferramentas em desuso” (*ibid.*)⁷⁵, habita uma criança: ela – descreve perene e meticulosamente a autora – está sentada, nua, sobre suas próprias fezes e excrementos (o que provavelmente é a causa da massa de feridas infeccionadas em suas nádegas e coxas). De um lado, há uma tigela de comida e um jarro de água, de outro, um balde e dois esfregões; as únicas coisas com as quais a criança tem familiaridade (apesar de ter medo dos esfregões, amiúde). Ela poderia ser um menino ou uma menina, de fato, não há como saber. “Parece ter cerca de seis anos, mas, na verdade, tem quase dez. É débil mental [*feeble-minded*]. Talvez nasceu com defeito ou, talvez, tenha se tornado imbecil através do medo, desnutrição e abandono” (LE GUIN, 2017, p. 9)⁷⁶.

A descrição feita pela autora sobre a criança contrasta, radicalmente, com a descrição da cidade de Omelas. Afinal, qual é a relação de uma descrição com a outra? Como é possível que as duas estejam na mesma história, que *sejam* a mesma história? “Medo”, “desnutrição” e “abandono” se desenvolvem no conteúdo e no próprio estilo de escrita da descrição, na medida em que ela continua – dando o enlace das duas situações – através da *porta*. “E a porta está fechada. E ninguém virá. A porta está sempre trancada, e ninguém nunca vem” (*ibid.*)⁷⁷. Porém, observa a autora, há momentos em que a porta, chacoalhando terrivelmente, se abre: uma ou várias pessoas aparecem, ou chutando a criança para fazê-la levantar-se, ou ficando paradas olhando-a com olhos assustados e enojados. “A tigela de comida e o jarro de água são rapidamente preenchidos, a porta é trancada, os olhos desaparecem” (*ibid.*)⁷⁸. Apesar das pessoas na porta nunca dizerem nada, a criança, que nem sempre viveu nesse quarto, às vezes fala. Suas súplicas, dizendo que a partir de agora ela será boa e pedindo para que a deixem sair, nunca são respondidas pelas pessoas da porta. Vivendo com meia tigela de farinha de milho e gorduras por dia, “a criança costumava gritar por ajuda durante a noite e chorar bastante, mas agora ela só faz uma espécie de choramingo, ‘eh-haa, eh-haa’, e fala menos, cada vez com menos frequência” (*ibid.*)⁷⁹.

Daí a proeminência da Porta: através dela, todas as pessoas da cidade de Omelas *sabem* que essa criança existe, *todas passam por ela*. “Alguns deles chegam a vê-la, outros se contentam apenas em saber

74 [In a basement under one of the beautiful public buildings of Omelas, or perhaps in the cellar of one of its spacious private homes, there is a room. It has one locked door, and no window].

75 [a mere broom closet or disused tool room].

76 [It looks about six, but actually is nearly ten. It is feeble-minded. Perhaps it was born defective, or perhaps it has become imbecile through fear, malnutrition, and neglect].

77 [and the door is locked; and nobody will come. The door is always locked; and nobody ever comes].

78 [The food bowl and the water jug are hastily filled, the door is locked, the eyes disappear].

79 [The child used to scream for help at night, and cry a good deal, but now it only makes a kind of whining, “eh-haa, eh-haa,” and it speaks less and less often].

que ela [it] está lá" (*ibid.*)⁸⁰. E é fundamental que isso aconteça: todos sabem que essa criança *precisa* estar lá:

[...] alguns deles entendem o porquê, outros não, mas todos entendem que a sua felicidade, a beleza de sua cidade, a ternura de suas amizades, a saúde de suas crianças, a sabedoria dos seus estudiosos, a habilidade de seus fabricantes, mesmo a abundância da sua colheita e o clima agradável de seus céus dependem inteiramente do sofrimento abominável desta criança⁸¹.

Este é o exato momento em que as duas descrições feitas pela autora se complementam e, uma para com a outra, se sustentam: a felicidade absoluta de uma cidade sob a tristeza absoluta de uma criança. O plano do *costume*, sobre o qual falaremos mais adiante, é estritamente necessário para tal sociedade: a sustentação da felicidade de muitos pela tristeza de um, continua Le Guin, "é geralmente explicada às crianças quando elas têm entre oito e doze anos de idade" (*ibid.*)⁸². Os termos nos quais a autora condiciona a trama do conto "são estritos e absolutos", porém não menos obscuros. Quando cidadãos (geralmente crianças) de Omelas *conhecem* (a relação com) a criança, há, de fato, um explícito mal-estar, "não importando quão bem o assunto tenha sido explicado a eles" (*ibid.*)⁸³, mas que parece frente aos termos cultuados:

Eles gostariam de fazer algo pela criança. Mas não há nada que possam fazer. Se a criança fosse trazida à luz do sol para fora daquele lugar vil, se ela fosse limpa e alimentada e confortada, seria algo bom, certamente; mas se fosse feito, naquele dia e hora toda prosperidade e beleza e deleite de Omelas iria murchar e ser destruído. Esses são os termos. Trocar toda bondade e graça de cada vida de Omelas por essa única, pequena melhora: jogar fora a felicidade de milhares pela possibilidade da felicidade de uma: seria realmente deixar a culpa dentro dos muros"⁸⁴.

80 [Some of them have come to see it, others are content merely to know it is there].

81 LE GUIN, 2017, p. 9. No original: [Some of them understand why, and some do not, but they all understand that their happiness, the beauty of their city, the tenderness of their friendships, the health of their children, the wisdom of their scholars, the skill of their makers, even the abundance of their harvest and the kindly weathers of their skies, depend wholly on this child's abominable misery.]

82 [This is usually explained to children when they are between eight and twelve].

83 [No matter how well the matter has been explained to them].

84 LE GUIN, 2017, p. 10. No original: [They would like to do something for the child. But there is nothing they can do. If the child were brought up into the sunlight out of that vile place, if it were cleaned and fed and comforted, that would be a good thing, indeed; but if it were done, in that day and hour all the prosperity and beauty and delight of Omelas would wither and be destroyed. Those are the terms. To exchange all the goodness and grace of every life in Omelas for that single, small improvement: to throw away the happiness of thousands for the chance of the happiness of one: that would be to let guilt within the walls indeed].

É imprescindível que isso não aconteça, “nem mesmo uma palavra amável pode ser dita à criança” (*ibid.*)⁸⁵: são essas as condições para a vida nesse lugar. De fato, todos os que se criam lá, depois de perceberem a criança e se impactarem, começam, com o passar do tempo, a se convencer da legitimação da violência: não só que não haveria nada a se fazer pela criança, mas que seria melhor para a própria criança que ela se mantivesse do jeito que está, pois, na verdade, escreve a autora, “depois de tanto tempo, provavelmente seria infeliz sem paredes para protegê-la, sem as trevas para os seus olhos e seu próprio excremento para sentar-se por cima deles” (*ibid.*)⁸⁶. Seria pior para todos, melhor deixar as coisas como estão, e continuar a viver. Na verdade, a criança é uma benção (já convencidos), pois “[é] a existência da criança, e seu conhecimento sobre essa existência, que possibilita a nobreza da arquitetura de Omelas, a pungência de sua música, a profundidade de sua ciência” (*ibid.*)⁸⁷. Não é em absoluto um problema de liberdade. “Eles sabem que, como a criança, não são livres” (LE GUIN, 2017, p. 10)⁸⁸. Até tratam melhor suas crianças devido ao conhecimento da Criança e seu necessário sofrimento. Perante essa segunda descrição, a autora pergunta novamente a quem lê se acredita nisso.

“Mas há mais uma coisa a dizer – e essa é muito incrível” (LE GUIN, 2017, p. 11)⁸⁹: chegando ao terceiro e último momento do conto, a fim do impacto literário produzido pela autora norte-americana, transcrevo-o integralmente:

Às vezes, um dos adolescentes que vão ver a criança não vai pra casa chorar ou ficar com raiva. Não voltam, de fato, para casa. Às vezes, também, um homem ou uma mulher mais velha fica em silêncio por um dia ou dois e, depois, sai de casa. Essas pessoas vão para a rua e caminham sozinhas. Mantêm-se de pé e andam em linha reta para fora da cidade de Omelas, passando através de seus belos portões. Elas continuam, atravessando os campos agrícolas. Cada um vai sozinho, menino ou menina, homem ou mulher. A noite cai. O viajante tem de passar pelas ruas da vila, entre as casas com janelas de iluminação amarelada, passando à escuridão dos campos. Cada um, sozinho, vai para o oeste ou para o norte, em direção às montanhas. Eles continuam. Abandonam Omelas, escuridão adentro, e eles não voltam. O lugar para onde se dirigem é ainda menos imaginável para a maioria de nós do que a cidade da felicidade. Eu realmente não posso descrevê-lo. É possível que não exista.

85 [there may not even be a kind word spoken to the child].

86 [Indeed, after so long it would probably be wretched without walls about it to protect it, and darkness for its eyes, and its own excrement to sit in].

87 [It is the existence of the child, and their knowledge of its existence, that makes possible the nobility of their architecture, the poignancy of their music, the profundity of their Science].

88 [They know that they, like the child, are not free].

89 [But there is one more thing to tell, and this is quite incredible].

Mas eles parecem saber para onde estão indo, aqueles que se afastam de Omelas⁹⁰.

De fato, Ursula Le Guin resolve excelentemente a problemática de seu conto retornando ao título: perante, ao mesmo tempo, a cidade e a criança, bem como a fundação de sua relação sob a violência consentida, a resposta é a potência da *negação consistente* da fórmula bartlebyana, pois aqueles que se afastam de Omelas “prefe[rem] não” (MELVILLE, 2015, p. 64). Preferem não ficar, já para não voltar. Nesse sentido, *preferem não para poder não servir*. Ora, é também verdadeiro o exato contrário? Perguntaríamos: e aqueles que *ficam* em Omelas? Diríamos que, tomando de empréstimo o que escreve Paulo Arantes, “quem não enlouqueceu naquela primeira jornada de iniciação logo se acostumou” (ARANTES, 2011, p. 49).

Servidão voluntária

O conto de Ursula Le Guin ganha uma certa ressonância com o *Discurso da Servidão Voluntária* (1577), de Étienne de La Boétie. Sob nossa leitura, aquilo o que La Boétie chama de *servidão voluntária*, ou desejo de servir, é justamente o que acontece, em Le Guin, com aqueles que ficam em Omelas, e que, através da violência consciente, vivem suas vidas ao continuarem a servir, obedecendo aos termos condicionais da cidade em cena. Ora, mesmo que a tirania, se podemos assim dizer, operada em Omelas não se dê através de uma monarquia (como é o caso de La Boétie) ou mesmo até de um sistema aristocrático e oligárquico, mas da *quantidade mínima de violência necessária para fazer as coisas funcionarem*; vemos, então, na esteira do que Adorno chama de *sociedade administrada*, dois traços fundamentais, tanto em Le Guin quanto em La Boétie, da manutenção da violência como regime social, refrescando a análise da vida contemporânea: por um lado, há o costume, e, por outro – que é consequência do primeiro –, há a sustentação.

É nomeadamente sobre aqueles que continuam a servir, *em servidão voluntária*, que La Boétie se pergunta: “que monstro de vício é esse que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza nega-se ter feito, e a língua se recusa nomear?” (LA BOÉTIE, 1982, p. 13). É um oxímoro, pois há uma

90 LE GUIN, 2017, p. 11. No original: [At times one of the adolescent girls or boys who go to see the child does not go home to weep or rage, does not, in fact, go home at all. Sometimes also a man or woman much older falls silent for a day or two, and then leaves home. These people go out into the street, and walk down the street alone. They keep walking, and walk straight out of the city of Omelas, through the beautiful gates. They keep walking across the farmlands of Omelas. Each one goes alone, youth or girl, man or woman. Night falls; the traveller must pass down village streets, between the houses with yellow-lit windows, and on out into the darkness of the fields. Each alone, they go west or north, towards the mountains. They go on. They leave Omelas, they walk ahead into the darkness, and they do not come back. The place they go towards is a place even less imaginable to most of us than the city of happiness. I cannot describe it at all. It is possible that it does not exist. But they seem to know where they are going, the ones who walk away from Omelas].

contradição inerente, ou seja, “é impossível, do ponto de vista racional, reunir servidão e vontade livre” (CHAUI, 2013a, p. 133). Então, “como os homens, seres naturalmente livres, usaram a liberdade para destruí-la? *Como é possível uma servidão que seja voluntária?*” (CHAUI, 2013a, p. 126, grifo nosso). Tal é o enigma que se constitui na obra de La Boétie, enigma cuja decifração, segundo Marilena Chaui em *Amizade, Recusa do Servir* (1982), significa a distinção entre desejo de liberdade e desejo de servir: enquanto que o último “só se realiza pela posse imaginária de bens”, o primeiro “não é desejo de posse, mas uma maneira de viver *sem se submeter a nada e a ninguém*” (CHAUI, 2013a, pp. 133-134, grifo nosso).

Mas então por que há servidão voluntária? Por que desejar servir ao invés de desejar a liberdade? La Boétie nos mostra que “a primeira razão da servidão voluntária é o costume” (LA BOÉTIE, 1982, p. 24), é pela força do costume que a tirania se conserva, é “por isso [que] os que nascem sob a tirania não a percebem como servidão e servem voluntariamente, pois ignoram a liberdade. O costume, portanto, é o que nos *ensina a servir*” (CHAUI, 2013a, p. 128, grifo nosso). A segunda razão da servidão voluntária, que o autor coloca como sendo “a força e o segredo da dominação”, consiste na sustentação da tirania, que, como um esquema de pirâmide, tem como base a soma de cada um que serve. Nas palavras do autor,

[s]ão sempre quatro ou cinco que mantêm o tirano [...] cinco ou seis obtiveram o ouvido do tirano e por si mesmos dele se aproximam; [...] Esses seis têm seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seis fazem ao tirano. Esses seiscentos conservam debaixo deles seis mil, cuja posição elevaram; [...] Grande é o séquito que vem depois [...] não verá os seis mil mas os cem mil, os milhões que por essa corda agarram-se ao tirano servindo-se dela⁹¹.

Contra tal esquema, La Boétie propõe uma recusa do servir, reversibilidade da tirania: “decidi não mais servir e sereis livres; não pretendo que o empurreis ou sacudais, somente não mais o sustentai, e o verei como um grande colosso, de quem subtraiu-se a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se” (LA BOÉTIE, 1982, p. 16), ou seja, “basta não querer servi-lo, e ele tombará” (CHAUI, 2013a, p. 129). Ora, se é tão fácil livrar-se da tirania, então por que servimos voluntariamente aquilo mesmo que nos destrói? Chaui não se delonga:

Consentimos em servir porque não desejamos a liberdade. Consentimos em servir porque esperamos ser servidos. Servimos ao tirano porque somos tiranetes: cada um serve ao poder separado porque deseja ser servido pelos demais que lhe estão abaixo. [...] *A servidão é voluntária porque há desejo de servir, há*

91 LA BOÉTIE, 1982, pp. 31-32

*desejo de servir porque há desejo de poder e há desejo de poder porque a tirania habita em cada um de nós e institui uma sociedade tirânica*⁹².

Por conseguinte, a obra de La Boétie nos aparece contendo dois polos discursivos, dois eixos que constituem o *Discurso*: o negativo, a recusa da servidão voluntária e da tirania, e o positivo, a amizade. De uma certa maneira, como ressalta Chaui, ambos se complementam: “[a]ssim, desde o início [do *Discurso*], a amizade, *isótes philótes*, estava ali, ao alcance do leitor, pois é ela que introduz, pelo negativo, a servidão voluntária e a tirania” (CHAUI, 2013a, p. 74, grifo da autora). É a amizade que abre e fecha⁹³ o *Discurso*, cujo sentido “tacitamente orienta a quebra da servidão voluntária” (CHAUI, 2013a, p. 73). Seguindo a contrapelo, se a amizade é a recusa do servir (como o título do texto de Chaui já emplaca), *a servidão é a recusa da amizade*: não é amizade, mas cumplicidade, como diz La Boétie. Podemos avistá-la no Brasil através de uma manifestação singular.

Deus, Pátria e Família

Mantendo-se ainda na pesada abordagem que a obra de Chaui realiza, averiguemos um pouco mais a fundo aquilo que podemos chamar de raízes da servidão voluntária no Brasil. É precisamente em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000) que Marilena Chaui apresenta o conceito de *autoritarismo social* a partir da ideia de “Brasil” como *mito fundador* (que veremos mais adiante), cujo semióforo⁹⁴-matriz é a *nação*. Relativamente recente, a invenção de “nação”, segundo a autora, data da passagem da ideia de “caráter nacional” para a ideia de “identidade nacional”: “[o] primeiro corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do ‘princípio da nacionalidade’ (1830-1880) e da ‘ideia nacional’ (1880-1918), enquanto a segunda aparece no período da ‘questão nacional’ (1929-1960)” (CHAUI, 2013b, p. 163).

Traçando-a do século XII até o século XXI, a expressão da ideologia daquilo que a autora chama de *verde-amarelismo* pode ser facilmente acessada na atual bandeira da *nação brasileira*: por um lado, a *ordem* (o imaginário autoritário), isto é, “o ocultamento dos conflitos entre poderes regionais e poder central, e o ocultamento dos conflitos gerados pela divisão social das classes sociais” (CHAUI, 2013b, pp. 230-231) e, por outro, o *progresso* (o imaginário providencialista), isto é, um processo de evolução “que começava na família e terminava no

92 CHAUI, 2013a, p. 129, grifo nosso

93 “No princípio, anuncia que o desejo de servir poderia jamais ter surgido; no final, que os limites da amizade foram ultrapassados quando alguém recebeu o título de senhor” (CHAUI, 2013a, p. 75).

94 Segundo a autora, a palavra grega *semeiophoros* é composta pelas palavras *semeion* (signo ou sinal) e *phoros* (trazer para frente). “Inicialmente, um *semeiophoros* era a tabuleta na estrada, indicando o caminho; quando colocada à frente de um edifício, indicava sua função”. O semióforo, precursor do popular *semáforo*, “era a comunicação com o invisível, [...] um signo trazido à frente [...] por sua força simbólica” (CHAUI, 2013b, p. 153, grifo nosso).

Estado” (CHAUI, 2013b, p. 159), articulando uma *expansão econômica* – “cujo excedente não é investido em atividades produtivas e sim dirigido para o consumo das classes abastadas” – e um *consumo de luxo* – “um instrumento para marcar a diferença social e o fosso que as separava do restante da população” (CHAUI, 2013b, pp. 171-172).

Aliás, é entre os séculos XVI e XVII, no período da conquista e colonização da América e do Brasil, segundo Chaui, que os três componentes da construção de um *mito fundador*⁹⁵ aparecem, “sob a forma de três operações divinas” que respondem pelo Brasil (e pela América), como criações dos conquistadores europeus: “a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a História, e a vontade de Deus, isto é, o Estado” (CHAUI, 2013b, p. 194). Mais atualmente, esses três elementos⁹⁶ podem ser observados desde a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, no prelo da ditadura militar de 1964, até os dias de hoje, ante os signos no *slogan* “Deus, pátria e família”: a própria *fundação* do Brasil e o Brasil como *fundação*, sob “a construção ideológica do semióforo ‘nação’, [mais especificamente o da] ‘nação brasileira’” (CHAUI, 2013b, p. 182), que esconde a manutenção de um estado social a partir de uma hierarquia social, ou seja, da desigualdade.

O que nos interessa por ora é a mutação que o verde-amarelismo sofrerá sob a nova forma do capitalismo contemporâneo, a saber, o neoliberalismo, que, segundo a autora, favorece três aspectos de reforço dos privilégios:

- 1) a destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos do capital; 2) a privatização como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com a ajuda substantiva dos fundos públicos; 3) a transformação de direitos sociais [...] em serviços privados adquiridos no mercado e submetidos à sua lógica⁹⁷.

Segundo a filósofa, “no caso do Brasil, o neoliberalismo significa levar ao extremo a nossa forma social” (CHAUI, 2013b, p. 232), ou seja,

95 A filósofa lapida uma dupla abordagem do conceito de *mito*: o sentido etimológico, isto é, “de narração pública de feitos lendário da comunidade”, e o sentido antropológico, isto é, “essa [mesma] narrativa [como] solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUI, 2013b, p.150-151). Em seguida, ela insiste na expressão “mito fundador” distinguindo *formação* e *fundação*: enquanto a primeira se refere “não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em *transformação* e, portanto, na continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos percebidos como processos temporais”; a última, por sua vez, refere-se a “um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido” (CHAUI, 2013b, p. 151, grifo da autora). Numa palavra, enquanto “o registro da *formação* é a história propriamente dita, [...] [a] *fundação* pretende situar-se além do tempo” (CHAUI, 2013b, p. 151, grifo nosso).

96 Cada qual correspondendo, respectivamente, à sagração da Natureza, à sagração da História e à sagração do Governante (cf. CHAUI, 2013b, p. 194-225).

97 CHAUI, 2013b, pp. 231-232

a forma social na qual “a sociedade brasileira é polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes sem que isso seja percebido como violência” (CHAUI, 2013b, p. 230, grifo da autora). Naturalizando as desigualdades e exclusões socioeconômicas e afirmando a transcendência do Estado em relação à sociedade, o autoritarismo social, “assentado sobre o mito fundador, afirma a essencial não violência brasileira, a partir da imagem ufanista e verde-amarela do povo mestiço, ordeiro, pacífico, generoso, hospitaleiro e cordial” (CHAUI, 2013b, p. 230), e, portanto, exprime-se no próprio modo de funcionamento da política no Brasil.

Dezenove anos depois, o diagnóstico de Chauí acerca da sociedade contemporânea reflora-se ao definir o neoliberalismo como um novo totalitarismo. Mas por que “novo totalitarismo”? *Totalitarismo* porque no núcleo do neoliberalismo está o “princípio fundamental da formação social totalitária”, isto é, “a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque são concebidas como *organizações*” (CHAUI, 2019, s/p, grifo nosso). *Novo* porque “em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores”, ocorre o contrário, isto é, “a forma da sociedade absorve o Estado”, pois o totalitarismo neoliberal faz com que a sociedade se torne o espelho para o Estado, “definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações” (CHAUI, 2019, s/p), mas tendo a *empresa* como principal tipo de organização.

De Deleuze (1990) à Byung-Chul Han (2010), do controle ao cansaço, no neoliberalismo tudo se torna uma empresa (a escola, o hospital, a igreja, o Estado, e etc.), até mesmo as pessoas, que são *empresárias de si mesmas*. Tendo o “*autoritarismo social* como origem e forma da violência no Brasil” (CHAUI, 2021, s/p, grifo da autora), a mutação do mercado global, sob a forma da política neoliberal, amplia e agrava mais ainda essa violência, na medida em que aprofunda

o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses do mercado ao desviar o fundo público, destinado aos direitos sociais, para financiar o capital, de tal maneira que *tais direitos são privatizados* ao serem transformados em serviços vendidos e comprados no mercado, aumentando exponencialmente a divisão social e a desigualdade das classes sociais⁹⁸.

Vemos, então, que o autoritarismo brasileiro ganha um novo corpo social através da mistura da violência com as políticas neoliberais, principalmente com o avanço das tecnologias de informação nas últimas décadas. Estaríamos mesmo diante de um novo corpo ou teria ele um velho corpo, no entanto com roupas novas? Com que roupa ele se veste para sair?

98 CHAUI, 2021, s/p, grifo nosso

A nova roupa do autoritarismo nas vertigens do neoliberalismo

A análise do autoritarismo no Brasil tecida por Chaui leva-nos à obra de Theodor W. Adorno, especificamente a pesquisa realizada em *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (1950) e a conferência *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*. Esta última, proferida em 1967 para a União dos Estudantes Socialistas da Áustria, busca dar luz àquilo que “está sendo fermentado socialmente e que serve de lastro para esse novo radicalismo de direita” (CATALANI, 2020, pp. 32-33). Para Adorno, “os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram”, isto é, “os pressupostos dos movimentos fascistas [da primeira metade do século XX], apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduraram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45, grifo nosso).

A tese sustentada por Adorno, fundamentada nos *Estudos* e exposta na conferência, é a de que “a identificação com o sistema da Alemanha nunca foi de fato radicalmente destruída” (ADORNO, 2020, p. 50), e, dessa maneira, “os apoiadores do velho e do novo fascismo estão hoje espalhados por toda a população” (ADORNO, 2020, p. 48), não da mesma maneira, mas em diferentes graus. É em vista disso que o ponto fundamental da conferência de Adorno se dá no âmbito da *propaganda*: como “perfeição dos meios”, no sentido de “uma perfeição em primeiro lugar dos meios propagandísticos no sentido mais amplo”, “a propaganda é realmente a substância mesma da coisa” (ADORNO, 2020, p. 54), e, assim, nos movimentos de direita radical, “a propaganda constitui, por sua vez, a substância política” (ADORNO, 2020, p. 55). Ela serviria menos para a disseminação de uma ideologia “e mais para tornar as massas engajadas. A propaganda é, portanto, sobretudo uma técnica de psicologia de massas” (ADORNO, 2020, p. 67).

Sob esse espectro, Adorno ressalta que a única coisa que o aparenta realmente prometer algo é “alertar os potenciais apoiadores do radicalismo de direita sobre suas consequências, tornar-lhes claro que essa política inevitavelmente conduzirá seus próprios apoiadores à desgraça” (ADORNO, 2020, p. 58). Um dos sintomas desse novo radicalismo de direita é o anti-intelectualismo, isto é, nas palavras de Adorno,

[q]uem não se insere na divisão do trabalho, quem por meio de sua profissão não está ligado a uma determinada posição e, portanto, a um pensamento bastante determinado, mas que conservou a liberdade de espírito, é, de acordo com essa ideologia, uma espécie de patife e deve ser cortado fora. Entra aí ainda certamente o antiquíssimo rancor do trabalho manual contra o trabalho intelectual, mas de um modo completamente deslocado e tornado totalmente irreconhecível⁹⁹.

Somado a ele, “o medo de que o inconsciente torne-se consciente e o caráter autoritário formam aqui uma espécie de síndrome”

(ADORNO, 2020, p. 68), o que nos lança para a abordagem da psicologia social da personalidade autoritária em *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*: a partir de uma pesquisa coletiva baseada em questionários e entrevistas realizados com pessoas da população estadunidense da época, tanto em grupo quanto individualmente, esses dados foram cruzados com escalas¹⁰⁰ qualitativas construídas pelos pesquisadores. Com base nisso, observa-se baixos e altos pontuadores para cada escala do estudo, os quais correspondem a síndromes tipificadas. As que nos interessam, a saber, as síndromes dos altos pontuadores (o ressentimento superficial, o convencionalismo, a síndrome autoritária, o rebelde-psicopata, o alucinado e o manipulador) ressoam com a sociedade brasileira do século passado em diante. E é precisamente, como uma “bomba-relógio”, que a “descoberta da estrutura do apelo à personalidade fixada na autoridade” estabelece-se como “ponto nevrálgico” da psicologia social contemporânea:

[a]s tendências inconscientes que alimentam a personalidade fixada na autoridade não são tornadas conscientes pela propaganda, pelo contrário, *elas são ainda mais reprimidas no inconsciente, elas são artificialmente mantidas inconscientes*¹⁰¹.

Citada na conferência, Adorno observa nos *Estudos* que “[o] caráter potencialmente fascista deve ser considerado como um produto da interação entre o clima cultural do preconceito e as respostas ‘psicológicas’ a esse clima” (ADORNO, 2019, pp. 530-531), ressaltando a dificuldade de tal estudo devido ao fato de que os *padrões objetivos do preconceito*, descobertos na pesquisa de *Estudos*, “são tão disseminados em sua influência que explicar por que um indivíduo resiste a eles é tão difícil quanto explicar por que eles são aceitos” (ADORNO, 2019, p. 531). Por essa via, detecta o filósofo, “os baixos pontuadores apresentam um problema psicológico tão grande quanto os altos pontuadores” (*ibid.*) e, sendo assim, o autoritarismo se manifesta diferentemente dependendo do âmbito psicológico e social das pessoas.

Na trilha adorniana a respeito da personalidade autoritária e sua influência na política social, Marilena Chaui tece considerações sobre o atual caso brasileiro de radicalismo de direita, a saber, a ascensão do governo Bolsonaro. Tomando o “ódio ao pensamento” como porta-bandeira de sua política social, ela analisa o governo Bolsonaro a partir de dois conceitos: o conceito de *crueledade*, que é “a forma máxima da violência” (CHAUÍ, 2021, s/p), e o conceito de *cinismo* (conceito também explorado por Adorno) que é a recusa deliberada da clivagem entre o verdadeiro e o falso. Em sua análise, “podemos indagar porque a crueldade e o cinismo não são considerados por boa parte da população como o núcleo definidor da governança bolsonarista” (CHAUÍ,

100 As escalas que Adorno e os outros pesquisadores constroem e sobre as quais analisam os questionários e entrevistas são: AS (Antissemitismo), E (Etnocentrismo), F (Fascismo) e PEC (Conservadorismo político-econômico).

101 ADORNO, 2020, pp. 67-68, grifo nosso

2021, s/p). O que nos permite inferir alguns pontos de proximidade entre as análises de Adorno e Chauí com o atual autoritarismo brasileiro: 1) tanto na posição da personalidade autoritária em Adorno quanto no governo Bolsonaro, “[d]esaparece o que é abertamente anti-democrático. Pelo contrário: evocam sempre a verdadeira democracia e acusam os outros de antidemocráticos” (ADORNO, 2020, p. 64); 2) quando Adorno escreve sobre uma “pedantice pseudocientífica”, na qual “duvida-se dos números de judeus assassinados [no Holocausto]” (ADORNO, 2020, p. 70), o mesmo acontece com os números de mortos pela COVID-19 pelo governo Bolsonaro, através da força das *fake news* dentre as quais houve o claro enaltecimento à cloroquina (alegando ser um medicamento eficaz contra o vírus); e 3) “vacinar as massas” (ADORNO, 2020, p. 76) contra os truques do autoritarismo, tendo o governo Bolsonaro, a respeito do vírus da COVID-19 e do autoritarismo, feito o exato contrário, entrando em um processo de renovação do próprio verde-amarelismo.

Depois de outubro a paz será total

Às 20h39 do dia 3 de abril de 2018, o então comandante das Forças Armadas, general Eduardo Villas Bôas, publica em sua conta do Twitter: “nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”¹⁰². Um internauta interage: “Lula solto = INTERVENÇÃO MILITAR”. Era véspera do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi negado, sendo preso quatro dias depois. Lula também teve a candidatura impugnada no dia primeiro de setembro daquele ano, era ano eleitoral. Nos anos seguintes, nós sabemos o que acontece, em suma: Governo Bolsonaro e pandemia de COVID-19. A primeira parte do comentário do internauta se cumpre, Lula é solto, e a segunda parte, a partir do ano de 2020, começa a querer se cumprir.

Desde então, Jair Bolsonaro e seus apoiadores (o dito “bolsonarismo”) compõem uma narrativa de que as urnas eletrônicas não seriam confiáveis (as mesmas que o elegeram presidente em 2018 e cinco vezes a partir de 1998 como deputado federal), sendo até possível fraudá-las, apesar de não apresentar provas reais para tanto. O que esses ataques ao voto democrático escondem (mas nem tanto) são duas coisas: o desejo do séquito bolsonarista por uma intervenção militar e a possível derrota de Bolsonaro nas urnas em outubro do atual ano eleitoral, especialmente pelo agora candidato Lula, que tem vantagem nas pesquisas eleitorais dos últimos meses.

A tecnologia de democracia no Brasil tem uma história recente: em 1996, por grupos de engenheiros e pesquisadores ligados ao

102 Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315174660485122 (Acesso em 29/07/22).

Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – a partir dos quais as forças civil e militar trabalharam juntas – o sistema eleitoral brasileiro ganha como implementação as urnas eletrônicas. Contudo, a partir da ascensão do governo Bolsonaro, “de 2018 a 2020 aumenta em cerca de 55% a presença de militares na administração federal, conformando uma tendência à *militarização da gestão pública*” (NOZAKI, 2021, p. 9, grifo do autor). Mesmo com o aparelhamento militar feito às instituições públicas, qual seria a real possibilidade de um golpe militar?

No dia 24 de julho de 2022, o atual Presidente da República oficializa sua candidatura à reeleição pelo Partido Liberal, durante o evento de lançamento no Maracanãzinho, com a seguinte convocação: “Nós somos a maioria. Nós somos do bem. Nós temos disposição para lutar pela nossa liberdade, pela nossa pátria. Convoco todos vocês agora. Para que todo mundo, no sete de setembro, vá às ruas pela última vez. Vamos às ruas pela última vez”¹⁰³. Ao fundo, dentre as (mais ou menos) doze mil pessoas vestidas de verde-amarelo e segurando bandeiras do Brasil, a sonoplastia do evento emitia um som grave, como que preparando afetivamente para uma batalha, aparentando estar em um cenário dos filmes *Mad Max*. O que ele quer dizer com “última vez”?

Três meses depois, o resultado do primeiro turno das eleições efetiva Lula e Bolsonaro para disputarem o segundo turno. Agora, o cenário afunila as tensões: de um lado, o ex-presidente Lula e seu comprometimento com políticas sociais, de outro, o atual presidente Bolsonaro e seu projeto de privatização do país. De fato, o antagonismo entre eles nos mostra que a violência pode rumar à contra-violência, isto é, a desviolência da sociedade brasileira, ou à sobre-violência, ou seja, uma atenuação de suas raízes. Ora, se “[a] democracia brasileira sempre foi um Estado de Exceção” (RICCI, 2022, s/p), qual seria o próximo tipo de estado de exceção? Com Le Guin, La Boétie, Chauvi e Adorno, diríamos (ainda): servidão da violência.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

_____. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Francisco Lopez Toledo Correa, Virginia Helena Ferreira da Costa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sale Boulot: Uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história*. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 1, pp. 31-66, 2011.

103 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lc5rPotDjIM> (Acesso em 29/07/22).

CATALANI, Felipe. *Depois da meia-noite do século: Adorno e as análises do fascismo*. In: ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. *O clima da história: quatro teses*. Tradução de Denise Bottmann, Fernanda Ligocky, Diego Ambrosini, Pedro Novaes, Cristiano Rodrigues, Lucas Santos, Regina Félix e Leandro Durazzo | Coordenação e Revisão: Idelber Avelar. **Revista Sopro 91**, Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/culturabarbarie/docs/n91> (Acesso em 29/07/22).

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo*. 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo-por-marilena-chauí/> (Acesso em 29/07/22).

_____. *Pela graça de Deus*. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/pela-graca-de-deus/> (Acesso em 29/07/22).

_____. *Servidão voluntária ou o mau encontro*. In: _____. **Contra a servidão voluntária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. In: _____. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: _____. **Conversações (1972-1990)**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamazov**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LE GUIN, Ursula K. **The ones who walk away from omelas: A story**. New York: Harper Perennial, 2017.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrevente: Uma história de Wall Street**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RICCI, Rudá. *Discordo de Marilena Chaui: o bolsonarismo é fascista*. 2022. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/bolsonarismo-e-fascista/> (Acesso em 29/07/22).

SOBRE INFORMAÇÃO E AUTORITARISMO: O INÍCIO DE UMA JORNADA ATRAVÉS DO ABISMO

*Pedro Henrique Rodrigues*¹⁰⁴

Resumo

O presente artigo visa entender como a Sociedade da Informação, elucidada por Manuel Castells, Byung-Chul Han e Ruy Sardinha Lopes, pode ser um elemento importante no processo atual de ascensão do autoritarismo e seus desdobramentos, tomando por base os estudos feitos na década de 1950 por Theodor W. Adorno. Nestes, o filósofo mapeou o comportamento da personalidade autoritária e seus apoia-dores em potencial, numa época em que a comunicação global não possuía a mesma eficiência dos dias atuais.

Palavras-chave: Autoritarismo; Sociedade; Informação; Radica-lismo; Opinião.

ABOUT INFORMATION AND AUTHORITARIANISM: THE BEGINNING OF A JOURNEY ACROSS THE ABYSS

Abstract

This article aims to understand how the Information Society, elucidated by Manuel Castells, Byung-Chul Han and Ruy Sardinha Lopes, can be an important factor to support the rise of authoritarianism and its consequences nowadays, based on studies carried out in the 50's by

104 Especialista em Comunicação Digital e E-Branding pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e bacharel em Relações Públicas pela mesma instituição. E-mail: ph.rodrigues@outlook.pt

Theodor W. Adorno, in which the philosopher mapped the behavior of the authoritarian personality as well as its potential supporters at a time when global communication did not have the same efficiency.

Keywords: Authoritarianism; Society; Information; Radicalism; Opinion.

Uma história de revoluções

Ao longo da história da humanidade, várias foram as mudanças e transformações que aconteceram e tensionaram seu curso, revoluções sociais e tecnológicas que impulsionam os sujeitos a novas possibilidades durante a sua existência. Os cenários mudam com as oportunidades e novas técnicas são descobertas, aprendidas e dominadas, desde o mecanismo simples de uma roda até a transformação da própria informação. Mesmo os acontecimentos que deixaram máculas na história trouxeram avanços significativos no que se diz respeito à tecnologia, como o desenvolvimento de medicamentos e o próprio computador, que surgiu devido às necessidades que a Segunda Guerra tornou latentes. Porém, é válido ressaltar que muitas vezes as motivações por detrás dessas invenções são as mesmas que acabam destruindo o esclarecimento, que dificultam o pensamento crítico e são impregnadas pelo germe da barbárie (ADORNO; HORKEHEIMER, 1985, p.13).

Segundo Castells (1999), pensar que a inovação das tecnologias da informação trouxe e traz novas condições e possibilidades para a humanidade já não é novidade, dada a constituição de economias mais globalizadas, o relacionar-se com os quatro cantos do planeta de forma mais rápida, até a pura comunicação e o trânsito de informações para aqueles que querem ter acesso a elas. Os desdobramentos dessas novidades atingem várias camadas da existência humana, desde a dissolução ou o fortalecimento de economias ao simples contato mais rápido com quem se deseja. Han (2020) entende esse raciocínio ao dizer que, no trânsito da informação, viaja também o desejo, a atenção e a influência, que atinge um maior número de sujeitos, de forma irrestrita, em larga escala, muitas vezes com pouca criticidade, combinação que pode fortalecer indivíduos que pareciam adormecidos no curso histórico. Sujeitos estes afastados por seus atos atrozos contra a sociedade, por meio de regimes autoritários que ocasionaram fome, medo, guerra e aniquilação de milhões de pessoas, indivíduos que foram cristalizados na história, cujas testemunhas não os conseguem elidir da memória.

Atualmente, o eleitor enquanto consumidor não tem nenhum interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Não está disposto a um comum agir político, tampouco é capacitado para tal. O eleitor apenas reage de forma passiva à política, criticando, reclamando, exatamente como faz o consumidor diante de um produto ou de um serviço de que não gosta. Os

políticos e os partidos seguem a mesma lógica do consumo. Eles têm que fornecer. Com isso, degradam-se a fornecedores, que têm que satisfazer os eleitores como consumidores ou clientes¹⁰⁵.

O autoritarismo e suas variantes continuamente marcam o curso da história, com seus mecanismos de dominação e seus líderes, que se tornaram famosos pelos atos perversos que cometeram contra a humanidade ao longo do seu governo. Pouco tempo depois da queda do governo nazista, Theodor W. Adorno explora e documenta estes acontecimentos em sua obra sobre a personalidade autoritária, que tem por objeto de estudo mapear e entender possíveis apoiadores de tais líderes e suas motivações, para que seja possível se antecipar e evitar que se repitam os horrores vividos em Auschwitz.

Adorno (2019) passa a entrevistar diversos sujeitos nos Estados Unidos poucos anos após a derrota nazista, na tentativa de identificar potenciais simpatizantes com a causa, através de questionários e entrevistas que apontam o grau de aderência da pessoa ao fascismo, exposto através de concordância com o etnocentrismo, antissemitismo, conservadorismo exacerbado, entre outros perfis e sentimentos da época. Ao longo do estudo, ele acaba separando estes sujeitos no que chama de *síndromes*, usando classificá-los de acordo com o seu grau de apoio ao fascismo.

Quando Adorno publicou estes estudos, a revolução tecnológica da informação citada por Castells ainda não havia ocorrido, e o intuito deste artigo é investigar como essas novas tecnologias podem servir de apoio e favorecer a ascensão de novas figuras autoritárias e seus seguidores.

Um olhar para o Abismo

De todas as tragédias que a humanidade já viveu, os horrores causados pelo regime nazista sem dúvida foram dos pontos mais terríveis da história, no qual milhões de pessoas morreram. O mundo todo convergiu para sua segunda grande guerra, o que levou à fome e destruição tantos outros milhões de sujeitos, e a força motriz que iniciou esse conflito foi o desejo de supremacia, dominação, poder e influência, inspirado para os alemães na figura de seu *führer*, que prometia a grandiosidade do passado mesmo em detrimento da aniquilação do outro.

O conflito, que durou seis anos, deixou máculas na história e lições para se aprender e não se repetir. Vários foram os mecanismos, artimanhas e técnicas usadas durante o curso do regime nazista, mas talvez uma das mais terríveis foi o próprio uso da influência e do desejo ardente que o líder emanava a seus súditos. Este usou das fragilidades de sua nação, que se encontrava em decadência após a derrocada da Primeira Guerra, para se eleger, e prometeu o retorno de um país glorioso, merecido por direito, no qual o poder e influência desse povo

se alastraria pelo globo. Adolf Hitler, o *führer*, foi escolhido pelo povo alemão com seus discursos inflamados, que alimentavam o desejo por reconhecimento da população, que não só estava humilhada, mas vivia com os resultados de uma economia fragilizada de derrotados em uma guerra. Os alemães elegeram Hitler como chanceler nas eleições de 1932, e o momento propiciou o pensamento de *ticket*, em que o eleitor vota por concordar com partes do discurso do candidato que julga achar mais interessantes, ou com as quais se identifica, sem necessariamente se preocupar com todas as proposições feitas.

Deste modo, vários pontos pouco palatáveis ficaram ocultos e só vieram à tona conforme o verdadeiro plano se desenrolava, já que estes não eram tão óbvios ao cidadão que votava a favor de um êxito econômico, por exemplo, sem se questionar a qual custo, já que ele também não fora educado para ter um pensamento crítico político.

O esquema mental concomitante com a ignorância e a confusão pode ser chamado de falta de experiência política, no sentido de que toda a esfera política e da economia está “alheia” ao sujeito, de que ele não a alcança com inervações, ideias e reações concretas, mas tem que lidar com ela de maneira indireta e alienada. Contudo, a política e a economia, por mais alienadas que estejam na vida individual e em grande medida além do alcance da decisão e da ação individuais, afetam decisivamente o destino do indivíduo. Em nossa sociedade atual, na era da organização social englobante e da guerra total, até mesmo a pessoa mais ingênua toma consciência do impacto da esfera político-econômica, na qual, literalmente, a vida e a morte do indivíduo dependem de uma dinâmica política aparentemente distante¹⁰⁶.

A população alemã estava sedenta por melhorias em sua vida e acreditava que o partido nazista seria o precursor desta mudança. Porém, para alguns, as verdadeiras intenções só ficaram claras quando os campos de concentração, as fábricas de morte, vieram à tona, assim como quando o vizinho levado pelos oficiais da Gestapo – a polícia secreta nazista – não era mais visto, e tantos outros acontecimentos que causavam medo e constrangimento. A figura autoritária acaba engajando seguidores por meio dos desejos, seja pelo gozo da destruição, pela satisfação com a repressão do outro, pelo espelhamento no líder autoritário que incita seu aliado a assumir suas facetas mais obscuras, pela purificação de si pela condenação do outro, entre vários outros motivos que serviram de apoio para o regime alemão.

Com o término da Segunda Guerra, a Alemanha saiu mais uma vez derrotada, seu líder caiu, mas a sombra de sua autoridade permaneceu, tímida e oculta por um véu de vergonha, mas ainda viva. E são essas as fagulhas que Adorno investiga em seu livro *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*, no qual o filósofo se debruça a pesquisar, com o auxílio de outros especialistas, quais as chances de os acontecimentos

106 ADORNO, 2019, p.255

alemães se repetirem com um outro líder através do desejo popular e suas ideologias.

O termo “ideologia” é usado neste livro, como é comum na literatura atual, para representar uma organização de opiniões, atitudes e valores – um modo de pensar sobre o homem e a sociedade. Podemos falar de uma ideologia total do indivíduo ou de sua ideologia a respeito de diferentes áreas da vida social: política, economia, religião, grupos de minorias e assim por diante. As ideologias têm uma existência independente de qualquer indivíduo singular; e aquelas que existem em uma época particular são resultado tanto de processos históricos quanto de eventos sociais contemporâneos. Essas ideologias têm diferentes graus de apelo para diferentes indivíduos – questão que depende das necessidades do indivíduo e do grau com que essas necessidades são satisfeitas ou frustradas. Há certamente indivíduos que adotam para si ideias de mais de um sistema ideológico existente e as costuram em padrões que são mais ou menos unicamente seus. Pode-se assumir, no entanto, que quando as opiniões, atitudes e valores de vários indivíduos são examinadas, padrões comuns são descobertos. Esses padrões podem não corresponder em todos os casos às ideologias familiares, atuais, mas atenderão à definição de ideologia dada e, em cada caso, terão uma função dentro do ajustamento geral do indivíduo¹⁰⁷.

O autor inicia sua pesquisa em Los Angeles, nos Estados Unidos. O clima político e social da época é o de um mundo que se recupera do último conflito, e o sentimento de tensão ainda existe em diversos lugares. O medo gera sombras, muitas vezes irrealistas, que se estendem pelo coletivo e confundem a realidade, como os falsos monstros comunistas à espreita na esquina e o receio de se relacionar com pessoas que não correspondem ao padrão branco temente a deus, o qual abrange não apenas negros e outras cores, mas novamente os judeus.

Esses questionários tinham por objetivo elucidar os desejos fascistas/autoritários de seus respondentes, por meio de perguntas que se alternavam na obviedade de seu propósito. No decorrer do processo, eram investigados trabalhadores, estudantes, presos e sujeitos de vários credos, etnias e condições socioeconômicas. Na segunda etapa da pesquisa, eram separados os extremos de respondentes, os que mais e os que menos pontuaram nas escalas, para que fossem entrevistados pessoalmente, no intuito de afinar as respostas e colher novos dados. O resultado disso é o diagnóstico do que Adorno chama de *síndromes*, separando os entrevistados em 11 grupos de pontuadores, todos com características e modos de pensar semelhantes.

É importante ressaltar que independentemente de altos ou baixos pontuadores, as síndromes trazem características psicológicas e comportamentais que sugerem que todos os indivíduos, no seu íntimo,

107 ADORNO, 2019, p. 73

podem ocasionalmente defender questões tidas como autoritárias. Muitas das demonstrações de apoio partem de desejos pessoais e recônditos por poder, aceitação e até mesmo prazer.

Os indivíduos se espelham na figura do líder, que catalisa suas ideias e as coloca no mundo. Vários são os entrevistados que reproduzem inverdades diminuindo outros grupos, como o dos judeus, os quais acreditam fazer parte de um plano maior por poder e dominação, mas que também são tidos como menos inteligentes, sujos e uma classe inferior de sujeito, o que os coloca numa situação de perigo iminente e ameaça risível, uma ambiguidade não percebida por quem carrega este discurso.

Os pesquisados demonstram através de suas falas que muitas vezes não sabem com profundidade do que estão falando, mas acreditam piamente que estão certos do que dizem. Essas certezas sem embasamento acabam trazendo versões dos fatos descoladas da realidade para sustentar determinados argumentos ou medos, como por exemplo o de achar que o presidente dos Estados Unidos da América poderia estar envolvido em algum esquema comunista.

O discurso desses entrevistados muitas vezes alcança outros sujeitos que compartilham das mesmas crenças, criando uma rede de apoio não somente baseada em inverdades, mas que aumenta no ritmo com que seus participantes acreditam no que dizem. Ao separá-los em síndromes é possível entender ao menos parte dos mecanismos que os levam a ter determinados comportamentos e pensamentos.

As pessoas foram “classes” psicológicas por terem sido marcadas por processos sociais variados. Provavelmente isso seja válido para nossa própria cultura de massa padronizada em um grau ainda maior do que em períodos anteriores. [...] O individualismo, oposto à desumana compartimentalização, pode, em última instância, tornar-se um mero véu ideológico numa sociedade que é realmente desumana e cuja tendência intrínseca à “subsunção” de tudo se revela pela classificação das próprias pessoas. Em outras palavras, a crítica da tipologia não se deve negligenciar o fato de que um grande número de pessoas não são mais, ou nunca foram, “indivíduos” no sentido da filosofia tradicional do século XIX. O pensamento de *ticket* é possível apenas porque a existência real daqueles que se entregam a ele é largamente determinada por “*tickets*”, processos sociais padronizados, opacos e avassaladores que deixam ao “indivíduo” pouca liberdade de ação e individuação verdadeira. Assim, o problema da tipologia é colocado em base diferente. Há razões para procurar por tipos psicológicos porque o mundo em que vivemos é tipificado e “produz” diferentes “tipos” de pessoas. Somente identificando traços estereotipados, pode-se desafiar a tendência perniciosa à classificação e subsunção generalizadas¹⁰⁸.

A falta de criticidade e de conhecimento político afasta esses indivíduos da “verdade” pois eles tendem a procurar seus iguais, que

validam suas versões da realidade e as tornam mais sólidas perante a sociedade. Não é sempre que os objetivos e modos de ver dos altos e baixos pontuadores convergem, mas todos trazem características latentes que em maior ou menor grau beiram o autoritarismo. Eles justificam seus posicionamentos pelo senso comum já que não possuem profundidade ou embasamento nas opiniões que emitem, e tampouco aceitam que podem estar errados, uma vez que isso é contrário à tese de que são uma casta mais preparada e esclarecida da sociedade. Essa repetição constante de inverdades acaba engajando seus pares e calcificando essas mentiras como se fossem verdades, tornando cada vez mais difícil a comunicação.

É um desdobramento da imagem do burguês, em que o nobre, como sujeito que se valoriza e se coloca em maior destaque na sociedade, por pertencer a uma família antiga ou por laços de sangue com membros valorosos da sociedade, é substituído por uma versão que faz o mesmo, mas que é medida pelo seu êxito econômico e a partir disso galga controle e poder político recompensando seu próprio esforço pessoal e ampliando sua rede de influência. Esta sede por controle, somada ao poder de convencimento sobre seus grupos sociais, potencializa essas caricaturas da verdade, e o saudosismo (por tradição, pureza e outras características excludentes) ganha força. O fascismo se alimenta desses aspectos e sobe sua temperatura, como uma febre a ser controlada, colocando seus seguidores em polvorosa, bradando discursos de uma ideologia opressora para proteger seus direitos de classe abastada.

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens a ação pela qual podem ou reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de maneira radical (quando fazem uma revolução), seja de maneira parcial (quando fazem reformas). Em outras palavras, uma ideologia não possui um poder absoluto que não possa ser quebrado e destruído. Quando uma classe social compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade¹⁰⁹.

Com as constantes modernizações sociais e as evoluções tecnológicas, principalmente nas áreas da comunicação e da informação, esses

109 CHAUI, 2008, p.24

discursos autoritários ganham velocidade na forma com que viajam, e a própria mensagem acaba por servir como uma demarcação social, na qual quanto mais sujeitos forem engajados pelo que você tem a dizer maior também será seu prestígio dentro do grupo. “Não é só uma evolução tecnológica, mas também uma mutação do capitalismo” (DELEUZE, 1992, p.223). Neste ritmo, os indivíduos acabam associando a verdade com a capacidade com que as mensagens podem penetrar no tecido social e a frequência com que aparecem, no melhor estilo de que: se uma mentira é contada mil vezes ela se torna verdade.

Nesta seara, é válido lembrar que a propaganda e o ato comunicacional sempre foram uma grande arma do fascismo, já que além de atingirem grandes massas, conseguem evocar desejos e ímpetos em seus interlocutores, e quando bem utilizados são capazes de atuar como condutores e também mediadores da temperatura e intensidade com que esse público se inflama. A informação nesse sentido é entendida como um bem cujo valor consiste no quão extensivo se torna o ato de comunicar e influenciar (LOPES, 2018, p.78).

A moderna teia de Aracne

Existem várias versões para a história da jovem grega que possuía um prodigioso talento para bordados e fios, chamada Aracne. O que esses contos têm em comum é que neles o talento da artesã provocou a inveja da deusa Athena, que por sua vez aceitou duelar com a tecelã para definir quem tinha um melhor desempenho artístico com os fios. A deidade fora derrotada e sua fúria caiu sobre Aracne de modo terrível, o que resultou na transformação da jovem em aranha pela divindade, motivada por pena ou por punição. O conto, como muitos outros, nos traz uma lição, e esta sugere que devemos agir com parcimônia no que se refere ao orgulho e à arrogância, bem como ao deslumbramento pela técnica, que ocasiona ilusões e turva o significado comunicacional da obra; mas aqui, de Aracne, ficaremos com a *web*, com a arrogância e com o mito.

De fato, ocorreu uma revolução tecnológica no que tange à comunicação, com os tons e as possibilidades que a palavra sugere, já que foi esse emaranhado de fios invisíveis que aproximou a humanidade e tornou viáveis mudanças inesperadas em todos os âmbitos do tecido social, desde a economia, saúde, transporte, guerras, controle e influência. Estes impactos podem ser facilmente percebidos em eventos maiores, como a expansão de nações que progridem ao se relacionar entre si, ou o próprio sujeito que se expressa, socializa e tem a possibilidade de se colocar no mundo de outra forma.

Os sujeitos podem se agrupar em torno do que acreditam ser melhor para si e também para o outro, e com isso se tornarem um organismo maior, como se fossem células que ao se aproximarem se tornam maiores e atingem outras. Esse fenômeno expansivo também define rumos para a sociedade e muda o curso da história, mesmo

que de forma desordenada, mas prodigiosa, como um hecatônquiro cheio de cabeças e braços que tocam tudo e todos procurando dar tom e unidade a si próprio. O impulso que move essa monstruosidade vem das certezas que ela tece no decorrer de seu percurso, das frases repetidas inúmeras vezes para se convencer que é correto privilegiar um grupo em detrimento de outro, e de toda a energia que se recicla dentro de seus indivíduos e retroalimenta esses desejos e vontades enquanto sociedade.

Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Essa tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em especial, a identidade religiosa e étnica tem sido a base do significado desde os primórdios da sociedade humana. No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, a única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas¹¹⁰.

Esses fenômenos, apesar de emergirem anos depois da pesquisa apresentada por Adorno, corroboram o ponto de vista do filósofo que já nos alertava para o aglutinamento de pontuadores autoritários e de suas predileções por versões da realidade nas quais seus pontos de vista a respeito do funcionamento do mundo são os corretos. A propaganda nazista, assim como a fascista e a autoritária, evoca dobras na realidade que podem ser ilustradas através de um mundo idílico no qual sujeitos vivenciam o saudosismo de um passado que sequer existiu, mas que os agrada pois é o que eles defendem e gostariam de viver.

Se antes essas pessoas tinham a limitação geográfica para defender seus pontos de vista, agora há a possibilidade global de se pôr no mundo e encontrar seus semelhantes. Na prática de se comunicar e expor seus pensamentos em rede acabam esbarrando em outros sujeitos e gerando engajamentos que o próprio sistema possibilita, e estes indivíduos passam a enamorar-se de seu próprio avatar que é endossado por outros pares, e assim sucessivamente.

As redes citadas por Castells não só unem seus usuários e possibilitam seu engajamento e organização como grupo, mas confundem o sistema de comunicação pois emitem uma numerosa quantidade de mensagens falsas que passam a ganhar *status* de verdade devido à forma como são repetidas. Os pontuadores apresentados por Adorno

110 CASTELLS, 1999, p.41

comunicam suas teorias, na maioria das vezes falaciosas, sobre os mais diversos assuntos; tais discursos vão penetrando no tecido social e sendo absorvidos por outras pessoas.

Como dito anteriormente, o fascismo sempre usou a propaganda a seu favor, seja para convencer ou para fazer a manutenção do poder, e se potencializa com a sociedade da informação e a organização de redes, visto que ganha velocidade e um número mais expressivo de seguidores, que agora já não são mais tão tímidos ao expressar suas opiniões. Associar o ser mais visto com a verdade se torna uma tendência, como a mercantilização da informação, uma produção em massa de versões industrializadas da verdade.

Ao tomar a ideia de que a recorrente economia midiática do presente não cessa na produção e consumo dos acontecimentos (ARANTES, 2014), pode-se afirmar que:

O presente, no próprio momento em que se faz, deseja se ver como já histórico, como algo já passado. Ele se volta de algum modo sobre si mesmo para antecipar o olhar que se dirigirá a ele, quando terá passado completamente, será passado, como se quisesse “prever” o passado, se fazer passado antes mesmo de ter advindo plenamente como presente; mas esse olhar é o seu olhar, o olhar do presente¹¹¹.

Seguindo essa lógica, não é diferente o sentimento de quem pluraliza os discursos controversos do autoritarismo: tanto sentimento como discursos são potencializados pela técnica propagandística e em uma nova roupagem que possibilita ver seus resultados pouco tempo depois de serem compartilhados. Essa tendência não fica apenas no campo da informação, mas abarca grupos sociais e passa a criar guetos, nos quais outros nichos que não tenham ideias convergentes acabam se tornando o outro, o estranho, que se difere dos demais por suas opiniões e posicionamentos (ARANTES, 2014). Um dos possíveis resultados dessa cooperação em rede a favor de falácias é a dissolução interna de sistemas democráticos, visto que muitos indivíduos acabam influenciados pela torrente de informação, e isto acaba elegendo líderes que podem não ter, de fato, a representatividade esperada pelo seu povo, junto desses personagens autoritários.

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política características da década de 1990 era a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém-construídas, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade. Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela

111 HARTOG, 2003, p.127 *apud* ARANTES, 2014, p.166

preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla as outras estruturas sociais¹¹².

Como dito anteriormente, uma das mais eficientes ferramentas fascistas é a propaganda, pois é ela quem espalha o germe autoritário para os sujeitos e é através dela que os discursos são distorcidos e se criam as falácias. A (des)informação se torna produto de reprodução em massa a ser consumido por seus interlocutores sem haver uma preocupação com criticidade ou qualquer outro viés ético. Além de “criar” novas realidades, distorce fatos do passado na tentativa de diluir sua gravidade ou até mesmo os oblitera nos livros chegando ao extremo de fazer com que alguns acreditem que, por exemplo, o Holocausto (Shoah) nunca existiu.

A ferramenta comunicacional ajuda a dar legitimidade e corpo aos discursos interiorizados por pessoas como aquelas que responderam a pesquisa de Adorno nos anos de 1950. A globalização da informação tira estes sujeitos do isolamento e os coloca alinhados diretamente com seus iguais, os quais têm opiniões geralmente rasas e incompletas sobre o fazer político.

Opiniões são importantes, mas para fazer política pública é preciso ação. Na era digital, contudo, a opinião predomina sobre a ação. Passamos a viver no reino das opiniões: todos têm alguma opinião formada sobre tudo e se sentem na obrigação de opinar sobre qualquer coisa. Esse fenômeno é consequência direta da hiperconectividade e, em particular, do modelo de negócios das empresas detentoras de redes sociais [...] Ao opinar sobre tudo, do nazismo à Formula 1, o usuário contribui para a captura mais precisa de dados pelas empresas¹¹³.

As opiniões passam a substituir os fatos na fala de alguns, que dissimulam a verdade colocando em xeque questões que não são passíveis de ser tratadas como opinião, e usam do direito da livre expressão para de forma escancarada apoiar causas como nazismo, etnocentrismo, xenofobia, racismo, homofobia e tantos outros impropérios que, devido ao acúmulo de mensagens nas redes, passam a ter o peso de verdade para esses interlocutores. Discursos repletos de ódio que normalmente repetem a tendência vivida na época do regime nazista, no qual estes grupos são tidos como ameaças a serem eliminadas. A propaganda fascista é repaginada e agora viaja de forma mais rápida e hipodérmica.

112 CASTELLS, 1999, p.58

113 LAGO, 2019.

Quando o Abismo nos olha de volta

Após revisarmos a pesquisa de Adorno e entender o contexto no qual ela foi feita, ganhamos as lentes necessárias para entender essa personalidade potencialmente fascista, potencialmente autoritária, e que pode apoiar o retorno de um regime atroz. De todo modo, as constatações de Castells anos mais tarde nos fazem refletir sobre a abrangência e potência que esses atores ganham ao contar com novas ferramentas que os auxiliam em sua empreitada de desinformar.

É necessário conhecer o maior número possível das faces apresentadas pelo fascismo e seus simpatizantes, e olhar para a bocarra do monstro, criando técnicas para mitigar seus danos, impedir seus ataques e atrasar seu avanço.

Nota-se que as tecnologias da informação continuam em constante evolução, mas os dispositivos de controle que poderiam ser usados para filtrar os discursos e manifestações autoritárias são ainda insuficientes, em termos de celeridade, comparados aos seus adversários e seus asseclas. A identificação da origem das mensagens e de quem as emite é nebulosa, e sua gênese acaba não sendo combatida, ficando incólume.

Acredita-se que não há espaço para uma conclusão sobre como a sociedade da informação pode impedir o avanço da ascensão autoritária. É necessário expandir a pesquisa temporalmente e entender o funcionamento do próprio discurso fascista. Como diria Brecht, a cadela do fascismo está sempre no cio, e sempre haverá proles a serem combatidas. Arrisca-se, porém, que Adorno nos dá uma pista ao falar e diagnosticar as síndromes em seu livro. Em seu relato é possível notar que todos temos a semente autoritária implantada em nosso cerne, e que cabe a cada um de nós um constante vigiar para que ela não floresça dentro de nós.

É o olhar para o abismo e ser olhado de volta.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de: PALBART, Peter Pál. São Paulo: Editora 34, 1992. Título original: Pourparlers.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

LAGO, Miguel. **“Procura-se um presidente.”** mai. 2019, disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente>> Acesso em 20 jul. 2022.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.